



**TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA UFAC:**
PET – 10 Anos do Conexões de Saberes, Comunidades Indígenas

*Bruna Mendes Mendonça
Elcio Severino da Silva Filho Manchineri
Ernília Borges Sereno Kaxinawá
José Ruy do Nascimento
Ketlen Lima de Souza
Liliane Araújo Maia*

*Paulo Henrique Mesquita Cândido
Queren Souza de Castro
Ruwi Costa Silva Manchineri
Selmo Azevedo Apontes (Org.)
Thalia Coutinho Fernandes
Wuriu Costa Silva Manchineri*



**TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA UFAC:
PET – 10 Anos do Conexões de Saberes,
Comunidades Indígenas**

Bruna Mendes Mendonça

Elcio Severino da Silva Filho Manchineri

Ernizia Borges Sereno Kaxinawá

José Ruy do Nascimento

Ketlen Lima de Souza

Liliane Araújo Maia

Paulo Henrique Mesquita Cândido

Queren Souza de Castro

Ruwi Costa Silva Manchineri

Selmo Azevedo Apontes (Org.)

Thalia Coutinho Fernandes

Wuriu Costa Silva Manchineri



**TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA UFAC:
PET – 10 ANOS DO CONEXÕES DE SABERES, COMUNIDADES INDÍGENAS**

Bruna Mendes Mendonça, Elcio Severino da Silva Filho Manchineri, Ernízia Borges Sereno Kaxinawá, e outros.

ISBN: 978-65-88975-21-3

Copyright © Edufac 2021

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 - Distrito Industrial

69920-900 - Rio Branco - Acre

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial

Adelice dos Santos Souza, Ana Carolina Couto Matheus, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria Poças (presidente), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Dennys da Silva Reis, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Aquineí Timóteo Queirós, Francisco Raimundo Alves Neto, Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Dourado de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Rafael Marques Gonçalves (vice-presidente)

Coordenadora Comercial

Ormifran Pessoa Cavalcante

Projeto Gráfico e Capa

Nossa Gráfica

Revisão de Texto

Ormifran Pessoa Cavalcante

Selmo Azevedo Apontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre

T768t Trajetórias de estudantes universitários indígenas na Ufac: PET –
10 anos de Conexões de Saberes, Comunidades Indígenas /
Selmo Azevedo Apontes (Org.). – Rio Branco: Edufac, 2021.
174 p.

Vários autores

ISBN: 978-65-88975-21-3

1. Programa de Educação Tutorial – Universidade Federal do Acre
(UFAC). 2. Estudantes – Comunidades Indígenas – Acre. 3. Ensino
Superior – Pesquisa – Universidade Federal do Acre (UFAC). I.
Apontes, Selmo Azevedo (Org.). II. Título.

CDD: 370.91734098112

Bibliotecária: Alanna Santos Figueiredo - CRB 11^o/1003

SUMÁRIO

Apresentação

Ednaceli Abreu Damasceno 09

Introdução

Os Autores 13

Do Conexões de Saberes até PET Conexões de Saberes

Selmo Azevedo Apontes 15

Memoriais 27

- *José Ruy do Nascimento* 29

- *Liliane Araújo Maia* 35

- *Wuriu Costa Silva Manchineri* 49

- *Ruwi Costa Silva Manchineri* 57

- *Thalia Coutinho Fernandes* 61

- *Paulo Henrique Mesquita Cândido* 65

- *Ernizia Borges Sereno Kaxinawá* 71

- *Elcio Severino da Silva Filho Manchineri* 79

- *Ketlen Lima de Souza* 97

- *Quéren Souza de Castro* 103

- *Bruna Mendes Mendonça* 109

Perfil dos integrantes do PET Conexões de Saberes Comunidades Indígenas

Selmo Azevedo Apontes e Itamar Miranda da Silva 115

Tera’o – O caminho do nome: a linguagem do silêncio entre os Mbyá Guarani

Tataendygua Miguel – Jorge Martins da Silva 135

Estudo da população indígena discente nos cursos de graduação da Ufac – ano 2018: desafios às demandas reprimidas

Ruwi Costa Silva Manchineri, Wuriu Costa Silva Manchineri e Selmo Azevedo Apontes 157

Palavras de encerramento do livro

Os Autores 167

Posfácio: Universidade Para Todos

Joaquim Maná de Lima Kaxinawá 171

...

*Em virtude de sermos palavras indestrutíveis
Que em nenhum tempo, sem exceção, morrerão;
Em virtude de sermos palavras,
Nos será permitido cantar repetidas vezes,
Em diferentes formas,
Ó verdadeiro Pai Ñamandu, Grande Mistério,
O Primeiro!*

(JECUPÉ, Kaká. Parte dois: Ayvu rapyta. Os fundamentos do ser. In: JECUPÉ, Kaká Werá. *O trovão e o vento: um caminho de evolução*. São Paulo: Polar Editorial, Instituto Arapoty, 2016, p. 107)

APRESENTAÇÃO

As discussões que se apresentam neste livro, organizado pelo Professor Selmo Azevedo Apontes, que traz como título “Trajetórias Indígenas na Ufac: PET – 10 anos do Conexões de Saberes Comunidades Indígenas”, resultam do trabalho realizado pelo Grupo PET - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre, criado em 14 de dezembro de 2010, a partir do Edital N° 09 – Programa de Educação Tutorial PET 2010 – MEC/ SESu/Secadi, que convocou as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) a apresentarem propostas de criação de Grupo PET Conexões de Saberes, regulamentado pela Portaria MEC N° 1, de 17 de maio de 2006, que instituiu o Programa “Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares”, tendo como objetivo principal o fortalecimento de projetos inovadores das Ifes no sentido de assegurar a permanência dos estudantes oriundos de espaços populares.

Constitui-se numa importante coletânea de textos, que, de início, apresenta o percurso de como o Programa Conexões de Saberes, da então Secadi/MEC, passou a ser “acomodado” no Programa de Educação Tutorial – PET. De autoria do Prof. Dr. Selmo Azevedo Apontes, o artigo intitulado “DE ‘CONEXÕES DE SABERES’ ATÉ PET – Conexões de Saberes: Um Percurso”, apresenta um histórico, mesmo que breve, de como as proposições de Ações Afirmativas nas Instituições de Ensino Superior são resultado de respostas às demandas e pautas dos movimentos organizados, mas também, são proposições oriundas de ações que visam acomodar projetos novos em projetos já existentes para atender às Comunidades Populares, Tradicionais, e, também, não deixarem de, com a nova legislação, colaborar com o atendimento dessas populações.

No segundo momento do livro, o leitor encontrará um conjunto de memoriais de autoria dos estudantes bolsistas petianos do Grupo PET Conexões de Saberes, Comunidades Indígenas da Ufac. Uma leitura baseada nas narrativas desses estudantes sobre suas trajetórias como estudantes indígenas, a partir das memórias que carregam, pois suas histórias precisam ser contadas. São eles e elas: José Ruy do Nascimento, Liliane Araújo Maia, Ruwi Costa Silva Manchineri,

Wuriu Costa Silva Manchineri, Thalia Coutinho Fernandes, Paulo Henrique Mesquita Cândido, Ernízia Borges Sereno Kaxinawá, Elcio Severino da Silva Filho Manchineri, Ketlen Lima de Souza, Queren Souza de Castro e Bruna Mendes Mendonça.

A leitura do livro avança com o artigo intitulado “Perfil dos petianos – conexões de saberes, comunidades indígenas 2010-2020”, de autoria dos docentes Selmo Azevedo Apontes e Itamar Miranda da Silva, que apresenta uma descrição do perfil dos estudantes universitários do PET Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas no período de 2010 a 2020, demonstrando as etnias atendidas, a distribuição por gênero e por curso dos estudantes petianos do referido Grupo PET da Ufac.

O livro segue encontrando-se com a leitura do artigo intitulado “TERA’O – O CAMINHO DO NOME: a linguagem do silêncio entre os M’bya Guarani”; a compreensão do silêncio como a “consagração das palavras necessárias”, a “sublimação de tudo o que se pode dizer sem a voz humana”, do autor e ex-aluno petiano Tataendygua – Miguel Jorge Martins da Silva. O texto é uma produção acadêmica de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2019, ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre.

Já nos momentos finais do livro, temos o artigo “Estudo da população indígena discente nos cursos de graduação da Ufac ano 2018: desafios às demandas reprimidas”, que apresenta dados obtidos através do Nurca, a partir dos quais os autores Ruwi Costa Silva Manchineri, Wuriu Costa Silva Manchineri e Selmo Azevedo Apontes apresentam os resultados obtidos de uma prévia dos cursos que os estudantes indígenas estão frequentando. Esse estudo introdutório é uma amostra do significativo acesso aos cursos da Ufac pelos estudantes indígenas e dos cursos que ainda falta acessar.

Após as palavras finais dos autores, reconhece-se a importância e o valor do processo formativo dos participantes do Grupo PET Conexões de Saberes Comunidades Indígenas da Ufac por meio das atividades desenvolvidas na perspectiva da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, não só objetivando a permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior, mas também fomentando o diálogo educativo, em distintos espaços de vivências e práticas sociais, culturais e interculturais, incluindo os espaços de

aprendizagens da universidade, em nosso caso, da Universidade Federal do Acre.

E por fim, apresenta um posfácio do professor-doutor Joaquim Maná de Lima Kaxinawá, cujo título já diz muita coisa sobre o papel da universidade: “Universidade Para Todos”. Nesse texto, Joaquim Maná apresenta os desafios a serem vencidos para o atendimento das demandas formativas dos povos indígenas.

A maior importância das experiências vivenciadas no Programa de Educação Tutorial Indígena, trazidas no livro “Trajetórias Indígenas na Ufac: 10 anos do PET Conexões de Saberes Comunidades Indígenas”, reside no fato de suas páginas serem marcadas pela presença e pela fala dos estudantes indígenas participantes do Grupo PET, narrativas próprias de suas trajetórias. Assim fazendo, demonstra-nos o sucesso obtido contra muitas incertezas e dá-nos a dimensão dos caminhos a perseguir. É indiscutivelmente uma produção essencial sobre esse período de 10 anos do Grupo PET Conexões de Saberes Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre.

Ednaceli Abreu Damasceno

INTRODUÇÃO

Bruna Mendes Mendonça
Elcio Severino da Silva Filho Manchineri
Ernizia Borges Sereno Kaxinawá
José Ruy do Nascimento
Ketlen Lima de Souza
Liliane Araújo Maia
Paulo Henrique Mesquita Cândido
Quéren Souza de Castro
Ruwi Costa Silva Manchineri
Selmo Azevedo Apontes
Thalia Coutinho Fernandes
Wuriu Costa Silva Manchineri

Muitas vezes ocorrem programas pilotos que contemplam ações que trabalham com a diversidade dentro da Universidade. Porém, muitos desses programas não deixam um registro sistematizado da referida ação. Assim, este livro é uma edição comemorativa dos 10 anos do PET Indígena da Ufac – uma memória de experiências quanto ao processo de movimento até a entrada e permanência de alguns estudantes universitários indígenas, no Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas, conhecido como PET Indígena, da Universidade Federal do Acre.

Conhecermos trajetórias dos estudantes universitários do PET Indígena oriundos do Acre, Peru, Amazonas, Sergipe e do Mato Grosso do Sul é importante para reconhecer a diversidade presente, e quase silente, dentro da universidade. Veremos Memoriais apresentando a gênese e a diáspora de cada um dos 11 petianos até chegar à Ufac. O Memorial é passo importantíssimo para verificar de qual tronco esse galho veio, de qual raiz se origina e qual “Território material e imaterial” o alimenta, pois será essa fundação, esse chão que dará o suporte e fundamento para se sustentar na caminhada, também universitária. Partilharemos uma amostra do perfil de gênero, etnia e curso. Esses recortes darão um bom exemplo da riqueza da diversidade encontrada na universidade, de que tem muito a contribuir com um novo olhar sobre o fazer acadêmico, científico, extensionista e sobre a revisão de posições e atitudes de ensino.

Como é um texto comemorativo, também não deixará de apresentar dados, a partir de documentos oficiais, para balizar algumas

reflexões de demandas formativas dos povos indígenas ainda não atendidas, cursos ainda não frequentados e organização de especificações mais detalhadas, como a necessidade de ter um campo denominado “etnia” e não apenas a classificação genérica de “indígena”, para se conhecer a diversidade étnica presente e atendida pela Ufac.

Por fim, pensamos que a Universidade é como uma experiência de “dieta” específica, na qual cada estudante indígena tem que participar integralmente para aprender a experiência prática, e se tornar um especialista. Dessa forma, a experiência acadêmica é uma dieta que ajuda a perceber em quê a universidade pode contribuir no processo de afirmação de identidade, de coletividade, no processo de diálogo respeitoso com outras formas de saberes e fazeres. Nem mais, nem menos. Diferente. Local. Localizado.

Para que possamos ter respostas oficiais às demandas históricas dos povos indígenas é necessário o registro das experiências de trabalho com a diversidade, a fim de que possamos realmente ter uma universidade com rosto amazônico – uma universidade também indígena.

DE “CONEXÕES DE SABERES” ATÉ PET – CONEXÕES DE SABERES: um percurso

*Prof. Dr. Selmo Azevedo Apontes
Tutor do PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas
Universidade Federal do Acre*

Introdução

As proposições de Ações Afirmativas nas Instituições de Ensino Superior são resultado de respostas às demandas e pautas dos movimentos organizados, para que sejam retornos em formas de políticas públicas e não apenas projetos de governos. Outras Ações são resultado de “acomodações” de projetos novos para atender às Comunidades Populares, Tradicionais, por exemplo, que tiveram que ser vinculadas a projetos já existentes, também para não deixarem de atender à nova legislação no tocante ao atendimento das populações mais vulneráveis, ou aquelas que foram distanciadas do acesso e da permanência com qualidade no Ensino Superior.

Assim, esse texto apresenta, brevemente, um percurso de como o Programa Conexões de Saberes, da então Secadi/MEC, passou a ser “acomodado” no Programa de Educação Tutorial – PET. Essa “acomodação” passa a ter um programa PET com duas vertentes muito diferentes, tanto de natureza quanto de função, que, um dia não muito longe, terá que ser regularizada de acordo com as normativas de organização das atividades do Programa.

O texto está estruturado assim: *O Programa Conexões de Saberes: início meio e “fim”*, a *Introdução/anexação do Conexões de Saberes ao PET: acréscimo de pautas, breve percurso da tutoria, Palavras finais e Referências bibliográficas*.

1. O Programa Conexões de Saberes: início, meio e “fim”

Nos anos de 2004 a 2010, dentro das ações da Secadi/MEC, havia um programa chamado Conexões de Saberes que trabalhava especificamente com estudantes de origem popular, mapeando esses alunos para poder verificar como estava o perfil do ingresso desses estudantes nas Ifes.

As produções de pesquisas desenvolvidas pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, aliadas aos Laboratórios e Observatório das Juventudes do Brasil, geraram um grande debate sobre a invisibilidade dos estudantes de origem popular nas Instituições de Ensino Superior públicas.

Muitos documentos e seminários foram produzidos pelos núcleos do Conexões de Saberes das várias Universidades do país, evidenciando o baixo percentual de estudantes de origem popular nas Ifes e a necessidade de políticas públicas para o ingresso desses estudantes, a ser realizado de modo diferenciado, através de um sistema de cotas.

Muitas Ifes, nos anos de 2008-2010, já haviam instaurado vestibulares diferenciados para o atendimento às políticas de cotas, mas não era política governamental. Era política específica de cada Ifes, a partir da pressão popular e daquilo que era entendido como dever das Ifes em resposta às demandas populares.

O Programa Conexões de Saberes – diálogos entre a universidade e as comunidades populares, com início em 2004, pela Secadi/MEC, tinha um foco bem específico “na busca de ampliar a democratização da universidade pública”:

Diante desse quadro, o Programa Conexões de Saberes se configura como uma ação plural, integrada e estruturante, voltada para o enfrentamento dos limites que dificultam a permanência, com qualidade, do estudante de origem popular na universidade. Seus objetivos básicos são os seguintes:

I) Elaboração de uma agenda política nas universidades federais, visando à formulação de uma política nacional de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência de estudantes de origem popular na universidade.

II) Ampliar e conciliar a formação acadêmica dos universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, qualificando sua atuação do ponto de vista social e técnico-científico em diferentes espaços sociais, em especial, nas comunidades populares e na universidade.

III) Desenvolver projetos de extensão/ensino/pesquisa

que promovam o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade” (BARBOSA, SILVA, SOUSA, 2010, p. 9).

Tendo em vista o momento político em que vivíamos, tratava-se um tempo propício para que as demandas populares conseguissem se formalizar através de ações de Estado, como política pública, em vista de uma grande classe e grupos que ficaram distanciados do Ensino Superior no Brasil. Depois, em 2006, o documento inicial ganhou corpo com a *Portaria N° 1*, de 17 de maio de 2006, regularizando administrativamente e regimentalmente os núcleos dos Conexões de Saberes em cada Ifes.

Assim, iniciou-se um grande movimento para cobrar ações para a entrada diferenciada dos estudantes. No entanto, depois que as Ifes perderam a forma de gerir os vestibulares para ingresso, e adotaram o Enem e o Sisu, o governo passou a instaurar a política de cotas automaticamente, baseada em critérios que já haviam sido discutidos com alguns setores, e graças aos materiais produzidos pelos integrantes do Conexões de Saberes e pelos grupos do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, aliados aos Laboratórios e Observatório das Juventudes do Brasil.

No entanto, nas discussões que eram feitas em 2008-2009-2010, muitos movimentos indígenas diziam que o sistema de cotas, da forma como estava sendo previsto, não iria ajudar os estudantes indígenas oriundos das aldeias, mas somente os aqueles que tinham estudado em escolas das cidades.

A ideia do movimento indígena era outra forma de ingresso, em que cada curso abriria vagas específicas para estudantes indígenas, com entradas diferenciadas, e que atendessem às diversas etnias presentes nas regiões. Mas, não foi assim que ocorreu o sistema de cotas. Dessa forma, tal política gerou uma espécie de disputa interna entre os diversos grupos e camadas sociais.

Nos anos de 2008 e 2009, os coordenadores, secretários e assessores da Secadi/MEC já haviam alertado que não estavam conseguindo aprovar uma legislação que desse embasamento para a continuidade do Programa Conexões de Saberes, pois o foco era especificamente trabalhar com estudantes oriundos de camadas

populares. Todas as vezes que se tentava conseguir uma legislação seja no Congresso ou no Senado para apoiar os estudantes: pretos, indígenas, quilombolas, de baixa renda, do campo (assentados), essas matérias não conseguiam ser aprovadas. Teve momento em que a legislação que amparava essa causa foi anexada como um subitem em uma legislação do setor de saúde, para poder dar legitimidade administrativa dentro dos cronogramas jurídico-administrativos.

Quando se tentava aprovar uma legislação específica, a mesma era barrada e não se conseguia votos suficientes no congresso. Em reuniões anuais, o Secretário da Secadi informava sobre os trâmites realizados e tentativas feitas para tentar a aprovação, mas quando alguns deputados da “bancada do boi” viam as palavras “pretos, indígenas, quilombolas, do campo”, as negociações eram automaticamente encerradas, e o item para a inclusão era excluído automaticamente da proposição legal.

Entrei no Programa Conexões de Saberes em 2008, para ajudar, como professor, em uma ação denominada de Vestibular para os Indígenas. Depois, acabei fazendo parte como Coordenador Adjunto do Programa, que possuía 12 estudantes oriundos de Comunidades Populares, com objetivo de preparar ações afirmativas e realizar pesquisas sobre o perfil dos estudantes que ingressavam na Ufac. Assim, em 2010, fomos informados pelo secretário geral da Secadi/MEC que o programa Conexão de Saberes tinha duas opções: ou terminaria ou iria ser enquadrado, absorvido pelo Programa de Educação Tutorial – PET, que já possui mais de 30 anos de existência e possuía aparato legal para a suas ações.

Porém, o PET, em sua essência, não lidava com ações específicas voltadas para estudantes oriundos de comunidades populares, tradicionais e assentados. O PET, tal como vinha sendo feito, tinha uma só vertente: iniciando pelo critério de ingresso, que era maior nota, uma busca pelo perfil do acadêmico de excelência, quase que como critério de ingresso/seleção voltados para a meritocracia, tudo aquilo que o Conexões de Saberes vinha trabalhando para desmitificar, ou seja, mostrar que havia uma questão social séria por trás da pretensa “meritocracia”, em que alguns grupos e perfis eram sistematicamente distanciados do ingresso e permanência com qualidade no ensino superior.

2. A introdução/anexação do Conexões de Saberes ao PET: novas pautas

Dessa forma, já estava sendo gestada uma discussão entre os que coordenavam o PET e aqueles que coordenavam os Saberes Indígenas, e foram acrescentando alguns itens na Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010, que permitissem a possibilidade do ingresso dos Saberes Indígenas no PET. Vejamos:

Art. 2º O PET constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que tem por objetivos:

- I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;
- III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- IV - formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; e
- V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior. (Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010, publicada no D.O.U em 28/07/2010, páginas 103 e 104)

A Portaria 976/2010 trouxe inovações para a estrutura do PET como, por exemplo, a flexibilização e dinamização da estrutura dos grupos, união do PET com o Conexões de Saberes, a definição de tempo máximo de exercício da tutoria, a aproximação com a estrutura acadêmica da universidade e a definição de estruturas internas de gestão do PET.

Amparado pela possibilidade aberta pela Portaria MEC 976/2010, no segundo semestre de 2010, a Sesu/MEC abre um edital para a seleção de novos grupos PETs (Edital 09/2010), agora incluindo o

Conexões de Saberes – para ser trabalhado com os perfis de estudantes oriundos das camadas populares urbanas e do campo, quilombolas e indígenas. Vejamos trechos da fundamentação de abertura e de alguns objetivos do Edital 09 – 2010/MEC (<http://portal.mec.gov.br/pet/editais>):

Em cumprimento à Portaria MEC nº 591, de 18 de junho de 2009, com as alterações da Portaria MEC nº 975, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2010, que prevê a expansão de grupos PET vinculados a áreas prioritárias e a políticas públicas de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais e regionais, serão criados, nas Instituições Federais de Ensino Superior, grupos do PET, que doravante denominar-se-ão PET/Conexões de Saberes, voltados a estudantes oriundos de comunidades populares e orientados também para os seguintes objetivos:

2.3.1. Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como com suas instituições;

2.3.2. Aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares;

2.3.3. Estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social.

Observa-se na fundamentação do Edital e nos objetivos, qual é o perfil da natureza dos grupos Conexões de Saberes, a função acadêmica aliada à função social, reconhecendo o processo injusto do ingresso desigual, estabelecendo áreas prioritárias. Entre os objetivos, além de permanecer aqueles já presentes no PET, 2010, está também o reconhecimento da função social do acadêmico: visando uma ação qualificada em seu grupo social, como “liderança capaz de articular competência acadêmica com compromisso social”, aquilo que Gramsci chamava da função social do conhecimento: “ser um

intelectual orgânico”; a proposição de que o estudante de origem popular vinculasse seus saberes e dialogasse com o saber científico, para uma ação social qualificada.

O Edital de 2010 (<http://portal.mec.gov.br/pet/editais>) também regulava como o Projeto a ser submetido deveria delinear as ações, as atividades de estudo e pesquisa e a metodologia de seleção de estudantes, que tivessem o perfil específico de camadas populares. Vejamos:

3.3.4. Apresentação de projeto contendo: 3.3.4.1. Descrição das atividades de formação acadêmica e sociopolítica dos estudantes de origem popular, contemplando as diretrizes do Programa. 3.3.4.2. Descrição das atividades de extensão comunitária, apresentando caracterização das comunidades a serem beneficiadas pelo projeto, na perspectiva de valorizar as demandas e saberes das comunidades populares, integrá-las ao espaço das universidades e articular educação superior e educação básica. 3.3.4.3. Descrição das atividades de grupos de estudo e pesquisa, observando as linhas de intervenção: valorização das ações afirmativas nas universidades; saberes, práticas e demandas das comunidades populares, e acesso e permanência dos estudantes de origem popular na universidade. 3.3.4.4. Delineamento de metodologia de seleção dos estudantes de origem popular. A metodologia a ser proposta pela instituição deverá considerar obrigatoriamente os seguintes critérios: renda familiar; local de moradia familiar (áreas de remanescentes de quilombos, áreas indígenas, áreas de assentamentos e ribeirinhas, favelas, bairros periféricos ou territórios assemelhados); escolaridades dos pais; proveniência de escola pública e preferencialmente cursando até os 4 (quatro) primeiros semestres de graduação; e outros critérios complementares, de acordo com características locais”. (MEC – Ministério da Educação PET 2010 – Edital nº 09 – PET 2010 – Fonte: <https://propesq.ufsc.br/files/2010/08/pet-2010-edital-09.pdf>)

Dessa forma, houve a revisão da Portaria 976, de 27 de julho de 2010, republicada em razão das alterações implementadas pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013. Vemos a partir do Artigo 2º, inciso 6, itens que foram acrescentados para atender à demanda do Conexões de Saberes inseridos no PET:

VI – introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013)

VII – contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e (Incluído pela Portaria MEC Nº 343, de 24 de abril de 2013)

VIII – contribuir com a política de diversidade na Instituição de Ensino Superior – IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero. (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013).

§ 1º Os grupos PET serão criados conforme processo de seleção definido em edital da Secretaria de Educação Superior – SESu – do Ministério da Educação.

§ 2º A expansão dos grupos PET deverá estimular a vinculação dos novos grupos às áreas prioritárias e à políticas públicas de desenvolvimento, assim o como a correção de desigualdades regionais e interiorização do programa.

§ 3º Os grupos PET devem ser vinculados à Pró-Reitoria de Graduação ou órgão equivalente, sem prejuízo do envolvimento das Pró-Reitorias de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, ou órgãos equivalentes, a critério da Instituição de Ensino Superior – IES. (Incluído na Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013).

Com o acréscimo do Conexões de Saberes (e suas pautas), entre eles o grupo interdisciplinar Comunidades Indígenas, ao PET, foi necessário um movimento de adequação às legislações específicas, que anexa os objetivos das ações do Conexões de Saberes aos objetivos gerais dos PETs, mas com o diferencial de poder trabalhar com as ações específicas, voltadas para as temáticas de cada segmento.

Assim, durante longos anos de ações do Conexões de Saberes na

luta pelo ingresso diferenciado e pela permanência com qualidade, temos, de certa forma, iniciativas como políticas públicas de ações afirmativas voltadas para o ingresso e permanência: através de cotas de ingresso e de bolsa-permanência; porém ainda são insuficientes para a realidade da grande demanda reprimida a esse segmento (não excluindo os demais segmentos populares).

As cotas ainda não conseguem dar conta da demanda da pauta indígena e de uma grande quantidade de alunos indígenas para ingressar em uma universidade pública. Além do mais, o sistema de registro de concorrência das ações afirmativas precisa ser melhor especificado, tanto na forma de registro dos dados gerais e depois nos dados particulares: cada instituição deveria ter uma comissão interna permanente para separar esse grande bloco de ingresso através das ações afirmativas por cotas (social, escola pública, pretos, indígenas, pessoa com deficiência...) em cotas específicas – com acompanhamento de uma comissão; realizar um grande estudo institucional para evidenciar qual o público que está sendo beneficiado com essas políticas, e quais não estão. É importante, por exemplo, perguntar como estão os processos de permanência com qualidade desses estudantes oriundos de camadas populares.

Essas reflexões visam atender aos objetivos do programa, tais como contribuir com a política de diversidade na Instituição de Ensino Superior – IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Por outro lado, como tutor e professor, vejo que esse sistema de ingresso pela cota geral não viabiliza um movimento interno por grupos específicos. Por exemplo, não há, no momento de registro para concorrer às vagas de ações afirmativas, a especificação da etnia a qual o candidato pertence. Deveria ter um campo a mais, para poder se realizar um melhor mapeamento, a fim de se conhecer o perfil dos estudantes, por exemplo, beneficiados com as cotas para os indígenas na universidade.

A nosso ver, os moldes acadêmicos de ingresso de estudantes de origem popular não diferiram em nada dos demais estudantes; continua com os mesmos moldes. E isso talvez seja verificado no alto índice de tempo de permanência dos estudantes de origem popular nas Ifes. Ou seja, já temos, mesmo não atendendo à demanda,

acesso de estudantes indígenas e estudantes de origem popular em alguns cursos na Ufac. No entanto, agora há que se verificar e focar em como está sendo a permanência desses jovens: está sendo qualificada? Como está ocorrendo a visibilidade dos indígenas nas Ifes: são visíveis ou invisíveis? Se o ingresso está melhorando aos poucos, quais os impactos desses estudantes dentro dos cursos, nas formas das relações sociais da comunidade acadêmica, e em revisões dos moldes organizativos e avaliativos dos cursos, através das novas práticas pedagógicas?

Em relação à legislação que organiza a vida dos PETs, é necessária e urgente uma revisão completa das legislações que fundamentam suas ações, tendo em vista o Manual de Orientações Básicas – Mobi – ainda não ter sido atualizado a partir das portarias posteriores, o que causa um complicado movimento interno de atualização legal com tal desatualização. O Manual atual data de 2006.

3. Breve percurso da tutoria

Com a abertura do Edital 10/MEC/2010, a então professora Célia Leticia Gouveia Collet submeteu um projeto e foi aprovado, iniciando o grupo em dezembro de 2010 – com 5 estudantes universitários indígenas. A permanência oficial da professora como tutora foi até 2017. No ano de 2017, tivemos abertura de Edital para tutor, quando a professora Maria de Jesus Moraes assumiu até julho do mesmo ano. Depois, houve outro edital para tutor, quando assumi, a partir de agosto de 2017, até a presente data (junho 2021). As demais informações serão especificadas em outro texto, *Perfil dos Petianos Conexões de Saberes Comunidades Indígenas 2010-2020*, ainda nesta coletânea.

Uma das grandes dificuldades do Programa, principalmente para as ações a serem desenvolvidas, foi a conseqüente diminuição dos valores recebidos para custeios anualmente. Havia o envio de duas parcelas de valores por ano para custear as ações programadas. No ano de 2018, por problemas burocráticos, não conseguimos nenhum recurso de custeio. E no pouco recurso que conseguimos no ano de 2019, uma única parcela, optamos em investir no envio de dois representantes ao Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial – CenaPet para poder participar das discussões

nacionais que estavam acontecendo, principalmente em relação às perspectivas de continuidade do programa, diante dos sucessivos cortes por parte do Governo Federal.

Palavras finais

Dessa forma, o percurso das ações e pautas do Conexões de Saberes poderá ser percebido dentro do PET, ajudando a ampliar os horizontes do Programa para reconhecer que as Ações Afirmativas vieram como uma resposta em forma de política de Estado para com uma grande camada da população, sempre excluída dos processos de ingresso e permanência nas Ifes, e que a grande demanda reprimida das camadas populares e tradicionais clama por respostas e presenças em um espaço privilegiado de reprodução, produção, desconstrução e renovação de saberes e fazeres, com a introdução de novas pautas, outras prioridades, outras raças, gêneros e etnias.

Em nosso modo de ver, o PET só tem a ganhar com a inserção do Conexão de Saberes, ajudando a construir uma reflexão crítica real sobre os processos de ingresso, os perfis, classes sociais e pertencimento étnico. Com isso, contribui para formar o “intelectual orgânico”, para que não esqueça da sua origem e realidade social no processo de intervenção qualificada em diferentes ações sociais, aliando formação acadêmica com compromisso social, como estava no processo de abertura de Edital do MEC em 2010.

Por outro lado, entre os estudantes universitários, faz falta um movimento de alunos de origem popular com pautas comuns na universidade. Apenas se verifica um movimento maior, mais coeso, com maior presença e visibilidade do movimento negro e do movimento LGBT. Os demais, em nossa percepção, ainda têm pouca expressão. Em 2020, houve um Movimento Popular Universitário – MPU, buscando agregar estudantes para concorrer às vagas no Conselho Universitário – Consu. Essa iniciativa talvez possa tornar-se semente de uma organização dos estudantes de origem popular dentro da Ufac, para somar forças às demandas populares.

Para aqueles que são mais atuantes nos grupos PETs, com uma permanência qualificada e assumida, verifica-se uma continuidade de estudos em nível de pós-graduação, pois assumem a si próprios como estudantes universitários indígenas e procuram pautar sua

permanência com qualidade, para uma discussão acadêmica em grau equivalente com qualquer outro estudante universitário.

Como tutor, nosso papel é contribuir para essa permanência com qualidade para o exercício da vida acadêmica, para o diálogo e a constante reflexão, no sentido de preparar o ambiente para acolhimento dos diversos saberes, tanto os de origem popular, indígena, quanto para reconhecimento da valoração equitativa e respeito desses saberes.

Referências

BARBOSA, Jorge Luis; SILVA, Jailson de Souza ; SOUSA, Ana Inês. **Acesso e permanência de estudantes de origem popular: desafios e estratégias**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão, 2010. (Coleção Grandes Temas)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Editais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/editais>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Legislações/PET**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/legislacao>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mobi**: Manual de Orientações Básicas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/232-programas-e-aco-es-1921564125/pet-programa-de-educacao-tutorial-645721518/12228-manual-de-orientacoes-pet>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **PET 2010** - Edital N° 09 - PET 2010. Disponível em: <<https://propesq.ufsc.br/files/2010/08/pet-2010-edital-09.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MEMORIAIS

*Cada pessoa é única,
e a construção de ser realmente aquilo que se quer
perpassa toda uma vida.*

(Ketlen Lima de Souza)

DIÁSPORA DE UM XOKÓ

*José Ruy do Nascimento
Curso de Psicologia, Ufac
PET - Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Nasci em Propriá¹ – Sergipe (em uma casa)², no ano de 1963.

Meus pais

Meu pai chamava-se Salvador do Nascimento, e exercia a função de Cabo³ da Polícia, passando a sargento após 30 anos de trabalho, em 1975. Minha mãe, Maria Vandete do Nascimento ou D. Vandete, “Du Lar”, como era tida as mulheres que não exerciam outra atividade extra-casa, mas era uma exímia costureira (ponto-cruz, ‘rechi-liê’ e crivo), além de fazer remendos e roupas para toda a prole e de ser uma exímia cozinheira. Teve uma influência muitíssima forte em nossa educação⁴.

Meus avós paternos: José Anastácio do Nascimento e Maria Perminia do Nascimento.

Meus avós maternos: José Gaspar de Almeida Melo e Auri-pa Montes Santos. Meus avós paternos nasceram em Itabaína/SE, ambos moravam no sítio Mundé, isto é, Mundéu, “armadilha”. Exemplos: mundé-arataca, mundepeba mundeaguaia = espécie de armadilha; mundeaguaçu (+guaçu) = armadilha grande para onças; mundeoca (+oca) = cadeia, prisão; munde pica (+pyca) = armadilha

1 Propriá, segundo os mais velhos, tem muito a ver com o “Velho Chico”, pois onde está erigido o prédio do INSS era uma lagoa formada pelo “dedo” da água-mãe, em que os pescadores só pescavam piau (nome dado às piabas maiores). Assim diziam: “– Vamos pescar na lagoa, pois ali é puro piau”, assim surgiu PROPRIÁ.

2 “Na década de 60, nascer “em casa” era tido como parto ‘legítimo’, ‘original’ [Do Latim situs, a, um, adj.]. Na rua Taparatuba, 450, Bairro Brasília, que passou a se chamar, após algum tempo, B. D. José Brandão de Castro, líder do movimento que nos permitiu a retomada da Ilha de São Pedro, pertencente ao município de Porto da Folha/SE. É deste povo, o qual sou um ‘hietçanindé’, um remanescente dos antigos guerreiros”, do Povo Xokó.

3 “Era considerado ‘o moça’, pois nunca prendeu ninguém, nem bateu, muito pelo contrário, o primeiro ato tomado foi fechar o quartel, este servia apenas para reuniões da corporação. Olhe que naquela época existia um 05 (cinco) cabarés. O segredo? ‘A paciência é vantajosa’”, nos diz o I Ching, utilizado por Carl Jung e seu inconsciente coletivo e seus arquétipos.

4 ...do tamanho do céu, menor apenas do que Deus, diria Mário Quintana.

para apanhar passarinhos; mundéu pora (+pora) = caça que se apanha em mundéus. Ambos viviam da lavoura.

Meus avós maternos nasceram em Propriá/SE. Ele, sapateiro; ela, “du lar”.

Estudei o Infantil ou Jardim de Infância (pertencente à Diocese de Propriá), assim como o pré-primário, até a 8ª, hoje 9º ano, no colégio Diocesano de Propriá. Era um colégio de “elite”. Meus pais não tinham condições de pagar as mensalidades, mas Passos Porto, um Senador da República, era muito afeiçoado a meus pais e bancava tudo com bolsas de estudo integral, mas não podia reprovar. Após concluir a 8ª série, fiz a prova de seleção para estudar na Escola Técnica Federal de Sergipe. Fui aprovado em 3º lugar. Pergunta-se: de que forma você conseguiu manter-se em Aju (Aracaju), se seus pais não tinham condições financeiras para tal empreitada? Bem, em 1974, fui residir em Propriá e, logo na rua onde residíamos, o representante dos Irmãos Maristas: o Irmão Salatiel Franciscano do Amaral, ex-provincial por 2 mandatos na região Norte e Nordeste. Este, ao saber de minhas condições, mandou me chamar e disse: – É verdade que você foi aprovado em 3º lugar na Escola...? Eu: – Foi, mas eu não tenho condições em me manter em Aju. Ele: Segunda-feira, às 08h00min, vá até o MEB (Movimento de Educação de Base) que darei um telefonema para Salvador/BA.

Estava eu, às 07h40min, em frente ao MEB, em um ponto chamado Chafariz. Ele chegou, conversou com o Ir. Eduardo, Diretor do Colégio Marista, e, prontamente, ganhei uma bolsa de estudo. Após ter concluído o 2º grau, fui enviado para Ypuarana (Lagoa Seca/PB), para estudar e fazer o vestibular. O fiz, fui aprovado em Zootecnia (UFPB) e Psicologia (UEPB), escolhi Psicologia-Licenciatura.

Nos idos de 90, entra Lula como presidente e Haddad, ministro da Educação, em suma: extinguiu a Licenciatura em Psicologia. Decidi dá uma pequena volta aos “Brasis” em 23 anos.

Trabalhei em Mato Grosso (Pontes e Lacerda, em Pochoréu). Tive contato com os Xavantes, Bororo e Pareci. No estado do Amapá, trabalhei na aldeia Ariramba, com as etnias Galibi do Oiapoque, Galibi Maworno, Wapixana, Karipuna e Waiãmpi. Em Roraima, com as etnias Macuxi, Taurepeng, Wapixana, Soporá e Tucano.

Após este “rolê”, decidi continuar, voltar à Universidade. Fiz o

vestibular (Enem) em 2016, já aqui no Acre, mas as notas só poderiam ser aproveitadas na Uninorte. Mesmo assim, cursei apenas algumas disciplinas, pois, por ser no período noturno, senti que, por mais que me esforçasse, não teria o nível e o respeito da Ufac. Então tentei, via vagas residuais, a transferência, após 2 tentativas, obtive êxito para o curso de Psicologia, Ciências Sociais e Letras. Escolhi Psicologia. Entrar na Ufac é acreditar na utopia do “bem viver”, no idealismo prático que o sussurro existe e sopra no vento, é fenomenológico, como um lance de sorte, é cruzar o umbral da quintessência ou quinta-essência. Sou sonhador? Até à medula dos ossos. “Tire do maior mal, o maior bem”, disse Machado de Assis. A Ufac, para mim, falta horizontalidade.

A minha experiência com meu povo aconteceu na década de 80, quando obtivemos nossas Terras, já que sou remanescente do povo Xokó (eu não sou aldeado) e onde lectionei.

Ainda em minhas férias da Universidade, passava em Propriá/SE. Em uma certa ocasião, fui solicitado para lecionar, no Colégio Diocesano de Propriá, as disciplinas de matemática, física e química. No entanto, o que mais me impulsionou à diáspora foi o fato de ter sido aprovado em 1º (primeiro) lugar no concurso estadual para professor, na aldeia a qual sou remanescente, e não assumi o cargo, pois sou formado em licenciatura em psicologia, não em pedagogia. Na ocasião, fui até à Assembleia Legislativa de Sergipe, conversei com o Presidente da Casa (afora mais 3 (três) Deputados Estaduais... de balde.

Então, lembrei: – Eu já, isto é, já ouvi isso de populares e já li: “Santo de casa não obra (faz) milagres” e “Jesus até hoje não é aceito como filho de Deus na terra onde nasceu”.

Não reclamo, apenas agradeço ao Todo Poderoso por tudo. Sabe Deus! Viva Deus!... É um mantra. Se a janela foi fechada pelos homens, Deus escancara a do mundo e com um fabuloso, imensurável amor paternal está com você. Dizia Eistein: “Deus é sutil, não malicioso, Ele não joga dados.”

Assim, sinto-me semelhante a todas as pessoas, a todos irmãos e irmãs, apenas com uma diferença, que tenho o privilégio em estudar o Bacharelado em Psicologia, participar de minha aldeia fora da mesma, em uma excelente Universidade Federal, Graças a Deus

infinitamente como ele é, e de participar dessa minha, nossa aldeia chamada PET Indígena.

Não lamento, como diria Nelson Mandela: “Eu nunca perco, só ganho; quando não ganho, aprendo.”

Quando terminar o curso, pretendo alargar meu conhecimento servindo de ponte entre o Acre (o *Paraíso Perdido*) e Sergipe e outros povos para que cursem, façam Universidade, mas voltada ao próximo.

O que senti na época que fiz parte da retomada da Terra é que não se perdeu a simplicidade, a alegria, mesmo em tempos hodiernos, que há uma tentativa em preservar a cultura com a ajuda de professores(as) da UFSE como a professora Beatriz Góis Dantas, pioneira nesse campo. É bom salientar que sempre fui passar dias e até semana com eles, voltava leve, bem mais refeito.

Agora, quanto a uma narrativa⁵ de meu povo, ela foi ensinada por minha mamãe, que minha vovó transmitiu para ela e ela me repassou:

“Como o vento que ruge, eu venço meus inimigos, sem dó nem piedade; pela garra e pela astúcia, derrubo todos que querem me destruir, como o pão que alimenta e como pedra que não pode ser destruída, e sem mim, os que me cercam passam necessidade, assim sendo, com Jesus Cristo e na luta, serei vencedor”.

Uma mensagem: Eu posso ser quem você o é, sendo que eu sou.

O maior investimento que se faz, não é em bens materiais, mas em gente, pessoas humanizadas, pois *a alma da educação é a educação da alma*.

Continuação do Memorial reflexivo

Sempre me indaguei os porquês. Eu, um “Hietçanindé”, descendente dos antigos guerreiros Xokó, que trago orgulhosamente de forma atávica o sangue de meu povo, desde que iniciei minha diáspora. Cheguei ao Acre com o forte intuito em continuar estudando.

O meu contato com o *bem viver dos povos indígenas*, com o Alberto Acosta e seu *bem viver*, Emmanuel Levinas (Violência do Rosto),

5 Com uma pitada, óbvia, de quem os catequizou: os Capuxinhos.

Boa Ventura Souza Santos, e tanto outros como Martin Buber, ajudou-me expandir a compressão de que o bom e o belo andam juntos...

Como diria Levinas: “O infinito tem isso de excepcional, que o ‘ideatum’, ultrapassei a ideia”. Ainda não compreendera que imaginando outros mundos, acabamos por mudar também este nosso (Humberto Eco). A partir daí, a Psicologia tomou uma nova orientação: “eu não tenho um novo caminho, mas uma nova forma de caminhar”, como diz Tiago Melo (poeta amazonense, autor do poema *Monólogo do Índio*).

Aprendi que a linguagem, a sonoridade tem vibrações e é muita claro agora no livro *A fala sagrada*, pois ouvir está ligado à audição, uma função fisiológica. Escutar é algo mais complexo do que ouvir. Podemos ouvir alguém falar uma língua materna de algum parente de alguma etnia, ou alguma língua tão estranha a nós que nem mesmo conseguimos identificar. Escutar está ligado à comunicação, à capacidade de entender o que o outro quer e deseja comunicar. Emmanuel Levinas consegue exprimir quando diz: “... seguindo as pegadas dos filósofos do diálogo, exprime a *realidade do face-a-face* – esquema originário fenomenológico da ética como filosofia primeira... que é contrária exatamente do contato, no qual, se produzem a coincidência e a identificação”. Este sussurro fenomenológico não é por preferir, nenhuma fora no mundo interfere com o poder da Criação, da Substância. Sendo assim, a hermenêutica diatópica é algo inato, não apenas um lugar físico, mas algo que sopra no vento, feito o silêncio, como nos diz o poeta Fernando Pessoa: “Existe no silêncio uma tão grande, profunda sabedoria, que às vezes se transforma na mais perfeita resposta”. Seria como um refino do próprio SI, primeiro, concentração; segundo, meditação; e terceiro, a contemplação, leva-me a imaginar a solidão, a solitude e, por fim, a quietude. Ter vários pensares enfraquece.

Foi o contato direto com essas leituras, reflexões e diálogos com algumas pessoas que brotou o ergo = ação, realização: trabalho, efeito, resultado: Ergoterapia, pois foi esta descoberta, este mergulho, uma espécie de construto, não apenas utópico, mas idealismo prático, absorvi, isto é, coloquei em prática o Bem Viver, em prática por meio de mim mesmo, tipo uma criança que descobre que andar é prazeroso, a ser algo do tipo: “Antes, eu pintava feito Caravaggio”.

Foi assim, sentindo nesse *nirvana* que apresentei um artigo no XIII – LIA – Congresso de Linguagens e Identidades das/nas Amazônias, no campus da Ufac, 7 e 8 de novembro de 2019, com o tema: “Expropriação territorial, perturbações identitárias e emergência étnica: o caso dos Nawa do Acre e dos Kariri Xokó de Sergipe”. Aproveitando o momento, apresentei o artigo como trabalho da N2 da disciplina Pesquisa em Psicologia II, e obtive a nota máxima.

Para finalizar, estou aproveitando este momento de pandemia para a continuação com o contato com a terra, a partir do cultivo de tomate-cereja, Carolina e mais duas variedades; pepino caipira e híbrido pioneiro para conserva; cebolinha; arruda de cheiro forte; mamão papaya, havaí e formoso; couve manteiga; aneto/entro; lavanda verdadeira/alfazema; pimentão vermelho, amarelo, verde; maracujá amarelo e vermelho; abóbora mini paulista e titsukabuto F1; pimenta-de-cheiro, bico e malagueta; petúnia sortida e anã compacta sortida; gordétia dobrada sortida; abobrinha caseira italiana; cana caseira; calêndula/bonina dobrada; coentro; amor-perfeito gigante suíço sortido; orquídeas; cactos; suculentas; duas variedades de quiabo; ervas medicinais, e por aí vai e etc.

Assim, tenho visitado às famílias enlutadas pela pandemia. Vivo em uma “aldeia” de pessoas intrigadas da forma como vivo; resido sozinho, pois descobri que “uma pessoa feliz não precisa de religião, não precisa de nenhum templo; para ele, todo universo é um tempo”, como afirma Osho. Com isso, venci a ansiedade que insistia em me rodear.

Por fim, agradeço às pessoas com quem converso e que acreditam em mim, atuando como o sagrado que se revela, buscando, por si mesmo, na harmonia de tudo que existe, e não no sagrado que se interessa pela sorte e pelas ações dos homens.

Gratidão!

Paz profunda e inercial!

HISTÓRIA DA IDENTIDADE DE UMA PUYANAWA

*Liliane Araújo Maia
Curso de História, Ufac
PET- Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Palavras iniciais

Venho por meio desse memorial contar um pouco sobre minha trajetória como indígena até os dias atuais. Confesso que é um trabalho muito interessante, pois nos faz pensar sobre nós mesmos, sobre nossa própria identidade quanto a ser indígena numa sociedade em que muitos sofrem preconceitos por adquirir/se autoafirmar uma identidade diferenciada. Como diz Carlos Hilsdorf: “Escreva sua própria história ou terá que se contentar com a história que outros escreverão por você e pra você”. Assim, meu objetivo será contar até aqui como tem sido minha trajetória como indígena, como estudante indígena e como isso tem contribuído para minha vida pessoal. Ademais, conto um pouco sobre a história do meu povo e sua localidade e como se mantém para manter viva nossa cultura em meio a tantos ataques sofridos até os dias de hoje.

Introdução

Me chamo Liliane Araújo Maia, nascida em Cruzeiro do Sul/AC no dia 02 de outubro de 1996, a primeira filha de 6 irmãos. Minha mãe se chama Ederlândia Alves de Araújo; ela nasceu no município de Mâncio Lima, no dia 01/06/1982. E meu pai se chama Claudio-mar de Lima Maia, nascido em Mâncio, no dia 30/01/1976. Juntos iniciaram uma história e tiveram três filhas. Porém, o início desse relacionamento não foi fácil: a família do meu pai, que não é indígena, teve muita resistência em aceitar minha mãe como esposa do meu pai, o que na época não era aceitável para a família dele se envolver com uma indígena. Logo no início, decidiram ir embora de onde moravam e resolveram morar na capital do Acre, fazendo uma viagem de ônibus que durou uma semana. São vagas as lembranças que eu tenho dessa viagem, pois tinha quatro anos de idade, porém lembro de muitas vezes o ônibus atolar e muitas pessoas empurrarem

o ônibus, incluindo meu pai, para, com esse trabalho, passarmos pela balsa. Assim que chegaram em Rio Branco, minha mãe passou a trabalhar em casa de família e meu pai em uma indústria. Eles viveram juntos por um bom tempo, porém depois decidiram seguir caminhos diferentes.

O estudo

Em relação aos estudos, durante as primeiras séries, estudei a 1ª, 2ª e 3ª séries no colégio Iracema Gomes Pereira e em seguida, no ano de 2006, minha mãe decidiu voltar para a terra onde sua mãe mora atualmente: na Aldeia Puyanawa, onde dei continuidade dos meus estudos, iniciando a 4ª e a 5ª série na Escola Indígena Ixubay Rabui Puyanawa, o que pra mim foi um novo contato, uma nova trajetória, sendo o primeiro contato direto que tive com a Aldeia Puyanawa, aos meus 10 anos de idade. Mas, nessa idade ainda não compreendia muito bem o que era ser indígena. Confesso que durante esses dois anos que pude morar na Aldeia Puyanawa, foi um dos melhores anos da minha infância, onde pude criar minhas memórias mais divertidas, onde podia estar perto dos meus primos, tias, avós, além de estudar a língua materna, que até hoje se tem essa matéria no colégio, onde o professor ensina os nomes, o ABC, a base da língua Puyanawa. Estudei durante dois anos na Escola Indígena e em seguida voltamos para Rio Branco.

Quando retornei para Rio Branco de novo, fui morar com minha mãe que também decidiu retornar, dei continuidade nos meus estudos no colégio Dr. Carlos Vasconcelos. Confesso que em todo meu Ensino Fundamental que tive que concluir em Rio Branco, não me lembro de em nenhum momento ter estudado alguma temática indígena. No máximo, era no dia 7 de setembro que tinha o desfile e eu sempre ia fantasiada com adereços indígenas. Iniciei meu Ensino Médio no colégio Heloisa Mourão Marques, onde fiz três anos. Depois de alguns anos, minha mãe decidiu voltar novamente pra sua terra em 2014, e foi morar na aldeia, e eu continuei em Rio Branco, morando sozinha para concluir o ensino médio. Depois de oito anos sem pisar na aldeia, pude retornar à aldeia no ano de 2016. Foi nesse momento que pude realmente entender que fazia parte de uma família indígena, entender o que era morar em uma aldeia e compreendendo, aos poucos, minha origem.

Estudar, trabalhar, estudar

Logo no último ano do ensino médio, comecei a trabalhar como Menor Aprendiz numa empresa, o que pra mim foi uma mudança, pois logo de imediato não pensei em estudar, concluir o Ensino Médio e adentrar numa Universidade. Meus pensamentos naquele momento era apenas trabalhar e poder ajudar, porém já tinha o desejo de entrar na faculdade, mas com o trabalho era difícil. Então, continuei trabalhando até 2017. Fiz o Enem no em 2016, e em 2017 saiu o resultado e meu nome saiu na lista de chamada. Nesse momento foi de grande emoção, pois nos anos que eu estava trabalhando, eu fazia cursinho à noite, passava o dia trabalhando e, quando saía, já ia direto pro cursinho, tentar estudar algo, depois de um longo dia de trabalho. A princípio eu não tinha dúvidas do que eu queria, pois tudo o que queria era estudar. E saber que meu nome estava na lista de chamada foi quase que inacreditável. Me sentia na responsabilidade de estudar, sendo a neta mais velha dos meus avôs e a filha mais velha da minha mãe. E conseguir seguir em frente nos estudos para minha família era um grande avanço, pois poucos conseguiram entrar na faculdade.

Então, nesse momento eu tive que tomar uma decisão, pois eu não poderia trabalhar e estudar ao mesmo tempo porque o horário não batia. Por mais que eu precisasse trabalhar, eu queria muito estudar na Universidade Federal do Acre e ainda mais sendo a primeira filha a entrar na Universidade. Então, nesse momento tive que sair do trabalho e começar uma nova trajetória de aluna universitária. Para muitos jovens e adolescentes, estudar é o único caminho para uma mudança de vida. Me refiro a esse ponto, pois tem muitos que conseguem criar seu próprio negócio sem necessariamente entrar numa faculdade. Mas, no meu caso, não. Desde o Ensino Médio, sempre tive o desejo de entrar na faculdade e ser uma universitária e poder criar minha própria história sendo uma universitária e aluna do curso de História. Foi a partir desse momento que tive contato com a Universidade. Entrando nesse novo universo, em novos olhares e temáticas diferentes, foi que aos poucos eu fui descobrindo e entendendo mais sobre minha própria identidade. Tive que ir atrás, conhecer, pesquisar sobre minha própria história, pois foi só nessa fase de entrar na Universidade que pude entender de fato o que era

ser uma Estudante Indígena e foi a partir desse momento que minha história como futura pesquisadora e estudante indígena iniciou.

Breve história da consciência como Puyanawa

Como disse, meus pais vieram morar em Rio Branco quando eu era bem pequena ainda. Morávamos no município de Mâncio Lima. E assim como a ideia de sair de um lugar e encontrar outro caminho, outras rotas, meus pais vieram com essa perspectiva de mudar de vida, sair do município e ir para a Capital em busca de novas oportunidades.

Meus avós moram na Aldeia Puyanawa, e começaram a conviver juntos depois de meu avô passar 17 anos viúvo, perdendo sua primeira esposa em um parto. Meu avô chegou na aldeia nos seus 11 anos de idade para poder trabalhar, tendo que se adaptar aos costumes da cultura indígena. Nasceu no município de Rodrigues Alves e, desde o momento em que chegou na aldeia, passou a morar lá, onde conheceu minha avó e tiveram 9 filhos. Meu avô, que se chama Demócrito Alves, teve um papel fundamental na Aldeia Puyanawa, pois foi ele quem descobriu a antiga Terra Indígena, a chamada Maloca 7 de Setembro, além de conhecer toda extensão de terra, e ser um bom pescador. Agora, com seus 75 anos, ele apenas está na linha de frente para ajudar na organização da comunidade. Minha avó sempre morou na aldeia, filha de um casal indígena legítimo e está junta com meu avô até hoje.

A princípio eu tinha uma ideia romântica do que era ser indígena. Todos aqueles pensamentos que só andavam nus, e que eram capazes de curar qualquer corte como se fosse um certo poder. Ao longo dos anos, conforme fui aprendendo mais sobre a cultura, fui entendendo como é o processo de cura, da medicina tradicional indígena.

Nesse sentido, toda minha trajetória de descobrir sobre minha própria história, sobre minhas raízes, sobre meu pertencimento a uma etnia indígena, só me trouxe mais desejo de continuar na graduação e estudar mais sobre meu povo, que, graças à minha identidade, sinto que tenho como construir um conhecimento para colaboração do povo Puyanawa: posso contribuir com a história e compartilhar conhecimentos. Com isso, todas as vezes que tenho a oportunidade de estar na aldeia, de ter esse contato com os mais velhos, com

meus avós, tios e tias e primos, me sinto em casa, me sinto no local onde encontro paz. E a cada vez em que piso lá, sinto que posso aprender mais um pouco, desde a cultura, uma música, a língua, o artesanato, o que me faz me sentir mais perto dos ancestrais.

Portanto, a universidade foi uma porta para toda essa construção de pensamentos e conhecimentos, pois foi nela que pude ampliar minha visão sobre os povos indígenas. Uma das experiências fora da universidade, relacionada ao Movimento Indígena, foi no movimento que teve em frente à Assembleia Legislativa com tema “Demarcação Já”. Tive a oportunidade de conhecer o antropólogo Terri Valle de Aquino que teve grande contribuição para o processo de demarcação da Terra Indígena Puyanawa. Graças à Universidade, pude estar mais atenta quanto à história do meu povo, e pude aprender mais sobre a cultura quando participei do Festival Atsa Puyanawa, onde teve muitas brincadeiras, histórias, músicas tradicionais, momentos de concentração, um momento de interiorização.

Com minha graduação pretendo muito ainda contribuir para o processo da construção histórica do meu povo, continuar estudando, sendo capaz de adentrar no mestrado, sabendo mais a respeito e repassando aos mais novos. Espero ser uma grande historiadora, capaz de ajudar para o levantamento histórico de cada liderança, de cada pessoa que está na linha de frente desse processo para retomada de identidade étnica do povo Puyanawa.

Localização do povo Puyanawa

O povo Puyanawa está localizado no vale do Juruá, em Mâncio Lima, que assim como outras populações existentes no Acre, possuem uma grande história de luta e resistência. Sendo dividida em duas aldeias: Barão e Ipiranga, tendo uma liderança única, o cacique Joel Puyanawa e o pajé Luis Puyanawa. Somos o chamado Povo do Sapo: Puya = Sapo, Nawa = Gente, Povo; pertencente à família linguística Pano.

O povo Puyanawa, desde o princípio, não teve uma história muito fácil. Até o processo de demarcação, foi longo e de muita luta e resistência. Tendo o primeiro contato a partir de 1903, quando um índio de uma outra etnia disse, em um relato coletado, que havia um povo isolado. E desde então começou a caça ao povo Puyanawa.

Muitos foram mortos nas correrias feitas por seringalistas que tinham objetivos de ocupar terras. Além disso, muitos Puyanawa perderam suas terras, e os costumes tinham que ser deixados de lado ou eram proibidos de serem utilizados. As mulheres foram separadas dos seus maridos, e os homens, mandados para as colocações. Isso gerou uma grande desagregação da comunidade e os conhecimentos tradicionais foram repartidos aqui e ali, e mantido, quase que em segredo familiar, pelos sobreviventes. Dessa forma, para reverter o quadro, temos buscado aprender mais sobre nossa história, escutando e respeitando os mais velhos, ensinando a língua materna no colégio, cantando nossas músicas tradicionais e aprendendo mais com a sagrada bebida Ayahuasca para manter viva e ativa nossa cultura na comunidade que tanto sofreu ataques.

Uma narrativa da criação

Somos comumente conhecidos como o “povo do sapo” (Puyawa-kêvu/Puyanawa) porque nossa narrativa tradicional fala que viemos do sapo, o sapo que virou gente e que pula cautelosamente na “metáfora das flechas ancestrais”. Segundo nossos anciões, derivamos da junção do sapo e da folha (Pêy/Puya), relato da anciã Railda Manaitá. Esse relato foi coletado no ano de 2018, no trabalho de conclusão do Josimo Constant indígena Puyanawa, na aldeia.

Assim é a narrativa:

Titia (yaya): A mulher foi pilar o milho e sentou-se no chão, aí sentiu aquele negócio por baixo dela, ela achou importante para ela, aí se serviu do minhocão, debaixo de uma chuva. No que ela se levantou, a bichinha (o minhocão) colocou a cabeça do lado de fora, aí fez assim: txuka! A mulher (Dukawa) pegou um vasilhinho e tampou o buraco onde estava o minhocão.

A sogra: “Que você está guardando aí?” Dukawa: “nada não, Sogra!” Dati: “Que você tá cobrindo aí? (butahiki?)” Dukawa: “Não é nada, era umas coisas que estavam aqui, mas que joguei fora”. No outro dia, Dukawa disse a mesma coisa, a mesma conversa.

A sogra disse: “eu vou olhar o que que é”. A sogra destampou o vaso, aí o Minhocão disse: “não mexa não mi-

nha sogra porque quem está aqui é eu”. O minhocão disse que ela já era sogra dele. A sogra foi e disse: “eu vou dizer para meu filho (iiihhh, ãwã wakê êah vãde!)”. O minhocão disse: “Não diga não!” Mas a sogra disse: “eu vou dizer! Vou dizer que você colocou meu filho para ser corno”. Dukawa começou a crescer o bucho, o marido começou a desconfiar e disse: “por que está buchuda, mulher (ãwĩ aweska mĩ tuyaki?). Não é meu filho não!” Dukawa: “É!” O marido: “Não é!” A sogra ouviu a conversa e disse que a mulher tinha namorado com o Minhocão, por isso, já estava com o buchão. Puyawakêvu disse: “então não vou lhe querer mais não”. O marido pegou a mulher, mas antes foi buscar veneno na mata, machucou e aí fez aquela jequitaita medonha. Aí ele despejou na vagina da mulher, e da vagina começou a bulhar pequenas minhoquinhas (ĩ). O marido (Puyawakêvu) pegava na cabeça das minhoquinhas e metia no vaso do veneno. Cobra, soltava era cobra, aí quando mergulhava a cabeça das minhoquinhas, saia cobra venenosa. Diz que todo tipo de veneno, Puyawakêvu botou no vaso que era uma taça de barro (bapô). Aí quando ele soltou, a mulher disse: “tô com vergonha (txãy rahbi), eu vou me embora, vou te deixar e tu nunca mais vai me ver”. Aí o marido ficou dizendo: “num vai não! (kayãbaytê!)”. Dukawa saiu mundo afora e gritando “Iricariiii, Iricariiii”, era no período da noite. Aí gritou, até que acabou o grito dela e não escutaram mais. Aí já muito longe, ela gritava: “Iricariiii venha me comer (Iricariiii mã piwta!)”. Os dois filhos mais velhos de Irica estavam atrepados porque estavam pastorando alguns pássaros. O mais novo disse: “Hamm, irmão, mano, nós não temos mulher. Quem está chamando nossa mãe? (Hamm nũ ãwĩ ata suã duku êwa kãdaiki?)”. Dukawa continuou dizendo: “Iricariiii, vem me comer! Iricariiii! (mã piwta!)”. O irmão mais novo (bahku) disse: “mano (utxi), você fica aqui que vou lá embaixo”. Ele desceu e agarrou ela, e disse: “Quem é você? (mĩtsuahiki?). Para que está chamando minha mãe? Minha mãe é fera. (aweskã mĩ

ãwa kãdaiki?)”. Dukawa contou a história que inventaram que ela tinha tido relações sexuais com o minhocão e que o marido dela acreditou. O outro irmão desceu e eles disseram: “não, você vai com nós porque nós não temos mulher. Vamos embora junto com a gente? Você não vai ser comida não”. Levaram para casa, levaram também um bocado de nambu, mutum, cujubim, bichos de pena. A mulher deitou-se entre um e outro de noite e quando foi de manhã, um dos filhos pediu para sua mãe (Irica) assar fígado do queixada porque ele tava com fome, aí a mãe deles sentiu que tinha alguém diferente ali. Diz que ela tinha a unha muito grande e cutucou por debaixo da rede. Dukawa disse: “tua mãe tá me beliscando”. O filho disse: “Não cutuca não, mãe!” Mas Irica continuou sentido aquele cheiro diferente e cutucando ela. Até que o dia amanheceu, eles pularam fora e foram embora e não deram nem mais satisfação à mãe deles. Passaram meses com certeza e até que a mulher embuchou, a mulher já de buchão, aí um dos filhos disse: “Mãe, nós achamos essa mulher perdida e trouxemos para morar mais nós, mas a senhora não coma não”. Irica disse: “Como não!” Até que Dukawa teve o parto e foi a velha que fez o parto da mulher, aí diz que ela fez tudo, cortou aquela placenta, fez aquele mingau (tôstô), Dukawa comia, achou bom. Aí diz que ela sempre cuidava, mas Dukawa não soltava o nenê, fazia as coisas, mas com o bichinho agarrado na tipoia. Aí parece que a criança tava com um mês ou dois, foram fazer um mingau de milho (hêki pazba), aí Irica disse que tinha acabado a água e pediu para Dukawa ir buscar. Dukawa disse que ia, mas disse: “não vá comer seu neto não! (bihuta piãbaiki! Piãbaiki!).” Então ela foi. Quando Dukawa chegou que foi encher o vaso d’água que olhou, mas diz que Irica pegou um cepo, colocou no colo e cantava: “thu, thu, thu, thu, thu”. Dukawa disse: “me dá seu neto!” E no que Dukawa mexeu o mingau, viu o pezinho do bichinho passando no vasão de mingau. Era uma panela medonha que pegava uns três mil litros

de água. Dukawa viu o pezinho do bichinho passando e gritou “Ih ih ih ih”. Irica avançou nos cabelos da mulher, mas ela conseguiu pular em baixo e correu aos gritos: “barku, utxi, bahku, utxi”. Um dos irmãos disse: “escuta aí meu irmão o que é que tá acontecendo”, um dizendo para o outro. Aí Dukawa encontrou os dois irmãos e contou o caso. Os irmãos colocaram as mãos na cabeça coçando, aí diz que Irica já tinha feito o mingau (tôstô) do bichinho, tinha cozinhado né? Aí ela tirou para fora e fez aquela sopa boa, sentou ela e os dois caçulinhas dela, porque ela tinha quatro filhos e o último parto tinham sido gêmeos: Bautsi, Barku, Takar e Kaya. Os dois mais velhos chegaram e disseram: “Mãe, tá comendo seu neto? (ãwê bihuta pimã?)”. Irica tava era lambendo os dedos. Os dois filhos mais velhos disseram: “que que fazemos com você?” Pegavam um pau e batiam com toda força, o pau esbagaçava todinho, pegavam aquelas pedras (ruê), tacavam nela, chega faiscava fogo, mas ela num sentia não. Até que ela acabou de comer, arrotou e disse: “me mate porque comi seu filho, me mate!” Aí disseram: “e como é que a gente faz?” Aí ela foi, explicou e disse que eles pegassem um bocado de lenha, muita lenha do pau verde, fizessem a fogueira que ela ia sentar dentro e eles cobriam com fogo, com pau. Hammm, então cada qual pegaram o machado e foram para mata tirarem esses paus fortes. Derrubaram muitos paus e fizeram aquela coivara medonha, aquela ruma de pau medonha, aí tocaram fogo. Aí os irmãos diziam: “tá bom, mãe?” Irica: “ehhh, nada, bota mais lenha (bust kuĩta)”. Eles diziam: “mãe, e aí?” E ela dizia: “não tô sentindo nada (ikãbasiki)”. Até que ela foi disse: “meus irmãos vão chegar e vocês se escondam. Meus primos vão chegar e vocês se escondam, porque senão vão dá fim em vocês também”. Aí quando pensou que não, ela: “Tô!” Começou a explodir, levantava o pau d’arco, tava espocando e “tou” de novo, saiu um pé de quari-quari, “tou”, e assim ia, cada estalo que dava era um pé de árvore dessa madeira forte. E eles disseram:

“e aí, mãe?” Irica disse: “agora tô sentindo uma quenturinha dentro de mim, mas coloquem mais lenha, mais lenha!” Até que finalizou. Eles chamaram: “mãe (êwã)”, mas nada respondia. Agora morreu, acabou-se, não ficou nada, acabou-se tudo. Aí quando Irica não falou mais, lá se vem o coelho e chamou: “meu sobrinho, (ãwã piatsi), Cadê a sua mãe?” Aí os filhos contaram, o coelho disse: “se escondam que seus tios vêm chegando, a onça, tigre, leão, os irmãos de Irica”. O coelho (utsa) disse: “Entrem nesse buraco que vou pasturar”. Pela madrugada chegaram o tigre, leão, os bichos ferozes. Eles entraram dentro do buraco e o coelho ficou na ponta do buraco. Os irmãos de Irica chegaram fazendo aquele alvoroço medonho. O tigre pediu para o coelho entrar no buraco, mas o coelho disse que não tinha ninguém lá. Até que enfim, quando foi de madrugada, o leão chegou fazendo aquele alvoroço medonho, urrando, esturrando, berrando. Mas não encontrou nada, somente seus dois sobrinhos mais novos. Assim, cada qual foi para seu canto. Os dois mais velhos ficaram no buraco até que se ajeitaram por lá, a mulher (ãwĩ) viveu e foi encontrando mais famílias.

Titia (Yaya): Depois que Irica explodiu, os irmãos lá na frente brigaram, o vencedor cantou: “bay mãtxi, bay mãtxi, bay mãtxi, bay mãtxi (Foi se formando as ladeiras, esse mundo alto), ruê mãtxi, ruê mãtxi, ruê mãtxi, ruê mãtxi (foi formando um monte de pedra, essas pedras do rio Mõa, isso aí foi o que formou essas pedras). Bay waka, bay waka, bay waka, bay waka (aí foi formando os igarapés porque antes era um lago só)”. Na briga dos dois, o que foi vencedor tirou essas músicas. Aí foi se formando as águas da terra e a terra das águas, aí foi se formando as famílias das pessoas. Meu avô dizia: “Ahhhh, que tem gente muito no mundo”, ja a mamãe dizia que foi Deus que formou o mundo, mas vovô dizia: “Foi raça de Irica que formou gente”.

Titia (yaya): Juntou todos os bichos e fizeram aquela roda danada e no final não tinha mais nada. Pegaram a cinza

de Irica, botaram nas costas e foram embora. Os dois caçulinhas pequenos ficaram. Os dois homens foram embora para outra maloca. Aí, nessa arrumação começaram a se entrosar com os outros, começaram a conversar com os outros o que aconteceu, que a mãe deles tinha pegado fogo e agora estavam sem rumo para morar: “Ah, vocês podem ficar com a gente”. Aí, ele falou: “Como é que vai ser agora de nós?”. “Não se incomodem que vai ser tudo bem. Você vai ver. Você vai aqui nesta estrada. Você procura algumas pessoas que vai te indicar com quem você vai viver”. Aí, disse que chegou no meio da viagem. Andou, andou e encontrou um monte de terra e aí começou cantar uma música. Cantaram e cantaram e começaram a surgir terra, monte, montanha, serra e disse que apareceu uma ave bem pretinha cantando uma canção bonita. Ai, ele disse: “Você vomitou?” E ele respondeu: “Ainda não”. “Então vomite na minha mão”. O pássaro foi e vomitou e nada, só lama. Outro apareceu: “Você já vomitou?” “Não!” “Vomite aqui na mão dele”. Não saia nada, só espuma. Até que chegou um bem pequenininho e falou: “eu não vomitei não”. “Então vomite aqui”. Ai, o passarinho vomitou na mão dele e apareceu uma pedra, uma pedra brilhosa. Ele pegou e o pássaro disse: “Você sair pelo mundo que vai ser muito feliz. Com você não vai acontecer nada”. Ele andou, andou, até que apareceu um paxiubão. Tirou a capemba do paxiubão, armou dum lado, armou de outro, fez coco e fez uma canoa. Ele encheu d’água, passou uns tempos cheios d’água, até que apareceu aqueles micróbios. Quando apareceu aqueles micróbios, ele falou: “Agora vou botar outro remédio”, e preparou a água e aí apareceu esse negócio de ouro. E aí, nessa arrumação d’água apareceu um monte de gente. Apareceu um branco e depois aconteceu mais adiante. Só a voz falou: “Você não tá fazendo tudo direito não, filho, por quê?” “Porque ainda falta fazer um monte de folha noutra capemba”, até que apodreceu. Quando apareceu, ele falou: “Pode soprar!” Ele soprou e virou gente.

Adiante, andou, andou um tempo e encontrou um bando de macaco e o macaco desceu e começaram a brigar. Até que o homem venceu. Esse macaco é o cairara, cara de sola, chama “sape”. Aí disse que quando eles formaram o barro e fizeram o moleque de barro e botaram os olhos do macaco, a outro olho, quando matava outro macaco e tirava outro olho, espocava e botava a baba toda por cima, quando assoprava e levantava: Esse é o homem branco. Aí, a voz falou: “Ainda falta muita coisa. Você tira a folha de embaúba, machuca, machuca e sopra e vai aparecer muita gente”. “Justamente a folha de embaúba parece com cabelo de negro bem agarradinho. Aí, fizeram esta mesma coisa da capemba e apodreceu. Quando apodreceu, aquela gente viraram, quando soprou foi que viraram gente, se chama Puyadawa. Agora, outra capemba, esse aí viraram tudo sapo, sapinho miúdo, aí ele falou: *esse aqui vai ser Puya, Puyanawa*. Agora, depois foram catequizados e botaram *Poyanawa*. Poyanawa porque era sapo que virou gente”.

Palavras finais

Por fim, quero dizer aos futuros estudantes indígenas que nossa história individual que cada um carrega e que futuramente vocês mesmo poderão contar a sua própria. Digo, tenham orgulho da sua própria história, da sua etnia, da sua identidade indígena que carrega. Todos nós somos protagonistas da nossa própria história, então, como estudantes indígenas temos a missão de contar a história do nosso povo, do povo brasileiro de um modo geral. Não precisamos ter medo nem vergonha de ser quem realmente somos e ocupar nossos espaços de fala. Por isso, desejo uma boa jornada e bons aproveitamentos e estudos para um futuro que nos espera.

Referência

CONSTANT, Josimo. **História, memória, conhecimentos tradicionais e as desafiadoras mudanças climáticas sob o olhar da perspectiva indígena Puyanawa**. 2018. 46f. il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2018.

MEMORIAL: “O DO LADO ESQUERDO”

Wuriu Manchineri
Curso Ciências Econômicas, Ufac
PET - Conexões de Saberes Comunidades Indígenas

Introdução

Me chamo Wuriu Manchineri e venho por meio desse memorial discorrer sobre a trajetória da minha vida a partir das minhas lembranças, das lembranças dos meus familiares e minha visão acerca dos acontecimentos que mudaram a minha vida e que ainda hoje mudam constantemente.

Meu nome é derivado da língua indígena Manchineri e que possui significado meio que abstrato, onde pode conter muitas observações acerca dele, podendo ser um nome comum dentro da aldeia como um “zé”, assim como um significado mais direcional “determinado e forte”. Esse nome foi dado a mim pela minha finada avó. Ela em um dia em que meus pais foram visitá-la e onde conversavam de diversos assuntos, até que em determinado momento, minha avó toca a barriga da minha mãe e diz que o gêmeo do lado esquerdo iria se chamar de *Wuriu* e o do lado direito iria se chamar *Ruwi*. Minha família é composta pelos meus pais Elcio Manchineri e Maria das Graças, meus irmãos Alana Manchineri, Wauana Manchineri, Ruwi Manchineri e Elcio Filho Manchineri.

O encontro dos meus pais

Meu pai é filho de indígenas e minha mãe filha de seringueiros, assim, desde muito cedo, aprenderam de uma forma difícil que os seringueiros e os indígenas não eram vistos com bons olhos e muito menos bem tratados. Meu pai nasceu na terra indígena que se chama comunidade indígena Mamoadate, localizada na parte rural da cidade de Assis Brasil, onde o acesso se dá apenas por barco ou avião, todavia, minha mãe nasceu no seringal cajueiro, localizado na cidade de boca do Acre, estado do Amazonas. Meu pai cresceu vendo meu avô “seu Zé Urias” ir para cidade como representante indígena, pedir as demarcações de terras indígenas e seus direitos. Por outro lado, minha mãe cresceu vendo meu avô “seu Expedito”

ser subserviente aos coronéis e seringalista. Desta forma, nasce nos meus pais a vontade de querer mudar essa tão difícil realidade vivida por seus pais. Foi assim que meu pai começou a participar do movimento indígena e minha mãe do movimento dos seringueiros. Quem conhece a história do Chico Mendes sabe que ele era querido tanto pelos indígenas como pelos seringueiros. Quando ele morre, o Estado inteiro se comove e tanto indígenas quanto seringueiros vão em massa para a cidade de Xapuri para velar e enterrar o corpo de Chico Mendes. Logo após o caixão ser enterrado, as pessoas ficaram do lado de fora do cemitério, foi então que minha mãe viu meu pai a primeira vez e se interessou por ele. Depois do enterro minha mãe volta para Rio Branco e encontra meu pai novamente em uma festa do Partido do Trabalhadores, aí, então, os dois começam a conversar e se conhecer melhor, e, algum tempo depois, minha mãe fica grávida e por conseguinte resulta nos nascimentos dos meus irmãos e eu.

Contudo, vale ressaltar que nessa história do casamento da minha mãe e do meu pai houve muitas situações problemáticas, envolvendo preconceito tanto da família do meu pai, como preconceito vindo da família da minha mãe e até mesmo de colegas de trabalho de ambos. O preconceito cerne da família do meu pai estava estabelecido na ideia de que meu pai poderia somente se casar com uma índia, quando isso não ocorre, minha mãe tem certa dificuldade de se aceitar na família Manchineri.

Por outro lado, a família da minha mãe, mais especificamente o meu avô, carregava consigo os preconceitos herdados dos coronéis da cidade e dos seringalistas que diziam que os índios eram preguiçosos, vagabundos e que só gostavam de beber e não tinham futuro algum. Quando meu avô descobre que minha mãe pretende se casar com um índio, ele bate em minha mãe e a proíbe de ver meu pai, mesmo ela já estando grávida de minha irmã mais velha, mas então minha mãe foge de casa para morar com meu pai. Contudo, com grande esforço do meu pai de apaziguar a situação e com grandes conversas que minha avó tivera com meu avô, ele então consegue aceitar meu pai e celebrar, algum tempo depois, o casamento dos meus pais. Todavia, minha mãe explica para nós (irmãos) que meu avô tinha muita dificuldade de aceitar meu pai por conta do preconceito que meu avô sofrera no Nordeste, por ser índio, por conta

disto, quando ele vem para o Norte atrás de extrair borracha, ele esquece seu passado e passa a identificar-se como não-índio, por vergonha e medo do preconceito.

Minha experiência com as aldeias indígenas

Ao longo da vida profissional do meus pais, eu e os meus irmãos fomos crescendo ouvindo histórias das aldeias indígenas do Acre, assim como íamos a reuniões sobre as mais variadas pautas indígenas que meus pais participavam (as vezes como ouvintes e as vezes como palestrantes). Por conta disso, nasceu em nós a vontade de conhecer os povos indígenas na região do alto Purus. Lembro bem que meu pai foi convidado a ir em uma aldeia indígena do povo Jaminawa, lá meu pai faria o intermédio de um projeto de remanejamento de animais silvestres. Todavia, minha mãe, também, foi convidada a ir para executar um trabalho de ensino, junto aos professores indígenas. Depois de muita insistência nossa, meus pais permitiram que eu e os meus dois irmãos fôssemos com eles nessa viagem. Chegando lá, o povo Jaminawa preparou uma janta para todos os membros do projeto de remanejamento de animais silvestres; lembro-me que foi uma carne de caça, mas não recordo de qual animal, mas, provavelmente, era carne de paca.

Disto isto, ao logo da semana que foi passando, vivíamos experiências muito interessantes. Recordo-me de uma vez acordar bem cedo junto do meu pai e mãe, irmos ao centro da aldeia onde o líder indígena se prepara para matar um boi para servir em um jantar mais elaborado. No momento do sacrifício, o líder indígena apontou uma arma para a cabeça do boi e atirou, o animal não morreu na hora, ficou agonizando até morrer. Entretanto, aconteceu uma ação bem chamativa, o líder indígena, enquanto o animal não morria, pegou uma faca e cortou seu pescoço e com um copo de aço, colocou por debaixo da garganta do animal, até preencher todo o recipiente; quando ficou cheio ele bebeu todo o sangue e então matou o animal com uma facada no coração.

Por outro lado, tivemos outra experiência com esse povo indígena. Eu e o meus irmãos saímos para vasculhar a área da aldeia e por conta disso acabamos, então, encontrando uma casa onde eles produziam diversos artesanatos como vasos de barro, pratos, dentre

outros utensílios, assim como, havia uma máquina de tecelagem onde eles produziam desde roupas simples até redes para dormir. Esses artesanatos sempre eram pintados com os traços dos Jaminawas e esses traços contavam sempre uma história, contudo, não me recordo bem a respeito dessas histórias.

Preconceitos vivenciados

Em todos os anos vividos por mim até o momento, foram poucas às vezes que pude vivenciar o que seria o preconceito, mas ainda assim, vivenciei algumas situações, mesmo ainda muito novo. No bairro onde moro atualmente, existe um rapaz de etnia preta, que mora a poucas casas da minha, ao logo da minha infância, lembro que ele sempre sofria muito *bullying* por conta da sua cor, sempre ouvia outros garotos o chamando de preto safado, pinche e outros tipos de nomes pejorativos. De alguma maneira ele internalizou esse sentimento de agressão. Quando eu brincava de futebol com meus irmãos e amigos no campo perto da minha casa, assim que acabava as partidas ficávamos conversando sobre vários assuntos... o tal menino, em certo momento, começa a brincar junto a nós, ao passar do tempo, quando pegou certa intimidade com o nosso grupo de amigos, eles sempre chamava a mim e aos meus dois irmãos de selvagens, índios preguiçosos, que não devíamos estar aqui e sim em uma aldeia, entre outras coisas ditas, essa ação acabou marcando muito nossas vidas. Hoje ele é uma pessoa bem mais amigável e deixou de cometer tal ação. Por outro lado, por conta desse trauma de infância, eu acabei criando um sentimento de repulsa à minha cultura e do que eu sou. Quando iniciava cada ano escolar o professor sempre chamava cada estudante pelo seu nome completo, toda vez que chegava meu nome, eu torcia bastante para que o professor não pronunciasse meu sobrenome, com medo dos colegas de turma descobrissem que eu era índio e que, por conta disso, fizessem *bullying* comigo e o meu irmão, mas no final das contas não havia como não saber que eu era indígena e, ainda assim, em alguns poucos momentos, alguns colegas acabavam fazendo comentários preconceituosos bem ruins e isso acabava me deixando triste e envergonhado. Esse sentimento muda quando me mudo para Brasília e meus colegas de turma, ao invés de comentar algo pejorativo a mim, agem completamente ao

contrário; fazem perguntas de como são as comunidades indígenas, quais línguas são faladas nas aldeias, como sentem vontade de ir visitar as aldeias para conhecer melhor e outros tipos de perguntas. Para mim, foi um impacto muito grande, onde pela primeira vez, tive orgulho de dizer que eu era indígena e que pertencia ao povo indígena Manchineri. Foi então, que no ensino médio, nasce de novo meu entusiasmo de aprender mais da minha própria cultura e do meu povo, assim como, planejar ajudar as comunidades indígenas ao me formar em uma faculdade.

Experiências vivenciadas ao longo da vida escolar

Em suma, as experiências que eu pude vivenciar ao longo da minha vida, meu histórico particular, escolar e acadêmico foram muito importantes para a formação do indivíduo que eu sou hoje. Começo falando da minha vida escolar no Colégio Paulo Freire, que fica localizado na quadra 609, na rua L2 Norte, no estado de Brasília. Eu e a minha família moramos praticamente a vida toda no estado do Acre, porém, no ano de 2011, meu pai foi convidado a fazer parte de uma equipe como assessor técnico, onde desenvolveu produtos e projetos, sendo como público alvo as comunidades indígenas. A empresa que o contratou chama-se GIZ (*Gesellschaft fur Internationale Zusammenarbeit*), e assim nos mudamos para Brasília.

O meu novo colégio era um pouco diferente do que eu habitualmente vivenciei nos colégios de Rio Branco. Na minha nova escola os estudantes eram instigados a ter uma formação interdisciplinar, tanto que, as provas de matérias específicas, como matemática, possuíam questões introduções de biologia, assim como também, tínhamos semestralmente que desenvolver projetos contendo pelo menos duas áreas dos conhecimentos: exatas, humanas ou biológicas. O meu primeiro projeto que desenvolvi com meus colegas de turma foi uma peça teatral, onde tínhamos o intuito de demonstrar a realidade das diferentes classes sociais em Brasília. Contudo, o que me marcou nesse projeto foi uma ação que fizemos e que só muito tempo depois descobri que era totalmente errado a se fazer; como não tínhamos no grupo pessoas pretas, resolvemos pintar nossas caras de tinta preta e representá-los. Quando eu descobri que aquilo se caracterizava como *Black face* (termo usado para evidenciar ações

que as pessoas brancas, que escureciam suas caras, para representar pessoas negras de forma pejorativa), me veio um sentimento de culpa por termos sido tão desrespeitosos e não termos perguntado para alguns dos nossos professores se aquilo seria errado. Mas isso se tornou um aprendizado para mim e para os meus colegas de projeto, tenho certeza de que, depois daquilo, amadurecemos bastante.

Todavia, além da parte cultural vivenciada na escola, meus pais também fomentavam que nós (eu e os meus irmãos) consumíssemos não só por conta da escola, mas por vontade própria. No ano de 2016, na parte da primavera em Brasília, onde as flores do ipê começam a ficar coloridas, o Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) recebeu uma exposição chamada *ComCiência*. Essa exposição, na minha visão, mostrava a simbiose dos reinos animal e vegetal se alinhando às características morfológicas humanas; nela o expectador poderia ver um cacto com pele humana e sague vermelho escorrendo pelos seus poros, dentre outras obras que seguiam o mesmo padrão, contudo com vários outros tipos de animais e seres inanimados. A minha percepção do que o autor dessa exposição queria nos passar é de que todos seres vivos na terra estão ligados de alguma forma e que isso não é nenhum problema, mesmo que de uma certa forma pareça diferente do resto de tudo.

Em junho de 2016, eu e os meus irmãos fomos a uma exposição dos famosos quadros da pintora mexicana surrealista *Frida Kahlo*. O quadro ou obra que me prendeu uma certa atenção se chama *A cama voadora*, onde podemos indagar uma perda de um filho tão esperado pela autora. Assim como outras obras que representam esse momento tão marcante da vida de Frida Kahlo, onde nos mostra a agonia de não poder ter mais filhos e a infelicidade dela em decorrência dessa situação. Essa exposição ocorreu no Centro Cultural da Caixa e foi inteiramente gratuito. Assim como a outra exposição que visitamos no CCBB.

Esses momentos foram muito marcantes para mim no que se refere ao aprendizado da interpretação de obras artísticas que eu nunca antes pude fazer, e no que se refere à parte cultural cobrada no vestibular da UnB que contextualiza, em suas questões, na prova de humanas e exatas, exposições artísticas que ocorrem em Brasília. E foi em uma dessas questões do vestibular que envolvia uma expo-

sição que havia acontecido onde imitava a *Noite Estrelada*, de Van Gogh com luzes de LED, que tive êxito em acertá-la de primeira, e foi nesse mesmo vestibular que fui aprovado na UnB, no curso de gestão do Agronegócio.

Universidade Federal do Acre e o PET Conexões de Saberes

O advento da minha entrada na Ufac está diretamente ligada com a rescisão do contrato de trabalho do meu pai com a GIZ. Quando recebemos a notícia, eu já estava cursando Gestão do Agronegócio na UnB e pensava que meus pais iriam me deixar em Brasília para concluir o curso, porém, não foi o que ocorreu. Tive que voltar com meus pais para Rio Branco e toda a minha família, exceto minha irmã que já era noiva e estava esperando um filho do meu cunhado.

Em decorrência dessa situação, tive novamente que prestar o Enem para galgar entrada na Universidade Federal do Acre. E com isso, no ano de 2017, tive o prazer de ver o meu nome na lista de chamada para o curso de História. A minha escolha por esse curso se deu pelo fato de ser uma disciplina que tive bastante facilidade de aprendizado no cursinho preparatório e por gostar da grade curricular das matérias que eu iria vir a ter no curso.

Todavia, em um almoço de família, antes mesmo das aulas começarem, minha irmã (integrante do PET indígena) começou a falar sobre o que seria o Programa de Educação Tutorial e como isso fez com que ela desenvolvesse muito bem a sua escrita e sua percepção das comunidades indígenas do nosso Estado. Dito isto, quando as aulas começam em pouco tempo depois, o programa de bolsa abre processo seletivo e então me inscrevo e consigo entrar no programa juntamente com meu irmão. É dentro do PET Indígena que venho desenvolvendo até hoje meus artigos, pesquisas e resumos, assim como, participação em eventos regionais e nacionais do programa.

Meu primeiro trabalho dentro do PET foi desenvolvido para buscar explicações da adoção que a universidade optou por não colocar cota específica para as comunidades indígenas no SISu, visto que em outras instituições, como a UnB, adotavam esse tipo de variação de cotas e o estado do Acre, onde se tem uma das maiores concentrações de terras indígenas, não optou por seguir o mesmo modelo de cotas étnicas específicas.

Dito isto, os vários acontecimentos ocorridos na minha vida e na dos meus irmãos acabaram nos moldando e resultando no que somos hoje. Somos indivíduos que buscamos saber o porquê de cada coisa que acontece à nossa volta, indivíduos que sofreram no passado e que agora isso nos faz forte. E que cada dificuldade ou preconceitos vividos no passado nos fez entender lá na frente, que isso era algo estrutural e muito maior que do que imaginássemos que fosse. Portanto, hoje buscamos ser agentes transformadores dentro da nossa sociedade e indivíduos capazes de fazer a diferença. E é com este memorial que deixo uma mensagem onde nossas memórias mais ruins e tristes nos ajudam a entender o ocorrido e nos fazem crescer como pessoas mais responsáveis.

MEMORIAL – MINHAS CONEXÕES – “O DO LADO DIREITO”

*Ruwi Costa Silva Manchineri
Curso de Educação Física, Licenciatura, Ufac
PET – Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Olá, meu nome é Ruwi Costa Silva Manchineri. Nasci em Manaus/Amazonas, no dia 09 de outubro de 1996. Fato interessante é que sou gêmeo de outro petiano chamado Wuriu Costa Silva Manchineri. Meu pai Elcio Severino da Silva Manchineri e mãe Maria das Graças Costa Silva trabalham nas causas indígenas, um mais ativo que o outro; no caso, meu pai que trabalhou em algumas organizações indigenistas como tesoureiro, assessor técnico, demarcou terras indígenas, preservando seu território, entre outros.

A Gracinha, minha mãe, trabalhou em alguns momentos com meu pai viajando para diversas Terras Indígenas aqui em Rio Branco-Ac, agora ela trabalha como professora de ensino fundamental. Eles são os responsáveis por me guiar, educar e me mostrar que todas as pessoas têm o mesmo nível de importância, independentemente da cor, religião e gênero, e isso foi algo bom porque em minha infância, por conta de *bullying*, preconceitos, foi difícil de me afirmar como indígena, mesmo tendo todos os traços; o convívio ficava difícil por conta das chacotas, palavras de perjúrio e baixo calão.

Falo que eles [meus pais] me guiaram por que eles passaram por isso e hoje tenho orgulho de quem sou por causa deles e de minha família. As suas lutas me mostraram pessoas extremamente fortes e com um propósito em conjunto, trabalhar sempre para melhorar as causas indígenas. Não tem como falar neles sem falar dos meus avós: Zé Urias, nasceu no seringal Petrópolis, na localização chamado Bom Destino, mesmo lugar da minha vó. Ele saiu de sua aldeia para tratar do câncer que minha vó tinha, que algum tempo depois veio a falecer por conta da doença. Ficou na cidade decidindo morar, dando oportunidade pra ele trabalhar nas causas indígenas. Tenho orgulho dele porque a vida dele inspirou a do meu pai, pois ele começou com demarcação de Terras Indígenas.

Então, há muito tempo minha família, desde do meu avô até meu

pai, vem lutando pelas causas indígenas. Meus avós maternos nasceram em Estados diferentes: minha vó nasceu no estado do Amazonas, município Boca do Acre; meu avô nasceu no estado do Ceará, município Cacus. Ele veio de navio parando no município de Boca do Acre, na época tinha um movimento no Estado para trabalhar na seringa como seringueiro. Ter a chance de fazer parte desta família onde se encontra um legado muito forte e uma história de vida, que é passada de geração em geração, e poder dar continuidade é uma honra.

A propósito, como havia falado no início, sobre o lugar de meu nascimento em Manaus-Amazonas, o trabalho do meu pai em alguns momentos, deu oportunidade de trabalhar em outros Estados, isso foi o caso de umas das escolas onde estudei em Brasília/DF. Entretanto, falarei agora da escola em Rio Branco-AC, onde moro atualmente, onde fiz o ensino infantil, fundamental 1 e 2. Mudei muitas vezes de escola, então falarei de algumas que marcaram minha vida.

Estudei na escola de ensino infantil Imaculada Conceição no Segundo Distrito. Meu Ensino Fundamental 1 foi no Padre Carlos Casavecchia e o Fundamental 2 foi em dois colégios: Colégio Acreano e Instituto São José. Voltando à Brasília, foi onde fiz todo meu Ensino Médio, tive oportunidade de frequentar uma escola muito boa, CEM Paulo Freire. Infelizmente, no meu terceiro ano, reprovei por 2 vezes. O terceiro ano foi um momento turbulento porque me via querendo me formar e passar em uma faculdade. Decidi estudar por conta própria, pois vi que na época tinha uma oportunidade de terminar meu Ensino Médio e tentar passar em uma faculdade; o Exame Nacional do Ensino Médio-Enem dava essa possibilidade.

Na época em que morava lá, o contrato do meu pai estava acabando e, por conta disso, tínhamos um prazo para poder voltar a Rio Branco. Então, coincidiu com a época do Enem: mudamos antes de fazer a prova. Tivemos que pagar uma passagem para Brasília, a fim de fazer a prova. Lembro que estava muito nervoso porque foi um investimento dos meus pais. Um dia antes da redação, passei muito mal por conta dessa pressão. Porém, deu tudo certo. Fizemos a prova e voltamos a Rio Branco, quando saiu o resultado, vi que tinha tirado o mínimo para poder fazer a conclusão do Ensino Médio, e no SISu também tinha chance de passar em uma faculdade. Conversamos e enxergamos a possibilidade de Educação Física-Licenciatura.

Hoje sou acadêmico de Educação Física, e estou no sétimo período. Agradeço aos meus pais por enxergarem o potencial que muitas vezes eu não via; como falei, eles foram fundamentais para minha formação, tanto nesses ensinamentos, quanto na graduação.

Continuando a história, foi muito gratificante poder tirar a conclusão do ensino médio e logo de cara entrar na Universidade. Poder estudar na melhor faculdade aqui do Acre é algo significativo por conta do seu currículo. Esperava uma estrutura física boa. Quando estava fora da Ufac, ouvia falar muito bem de sua biblioteca, quadra e refeitório, o seu corpo docente era bem falado por conta da sua boa formação, enfim, a faculdade tem muito renome dentro do Estado e fora dele. Encontrei a possibilidade de me formar em uma das melhores faculdades do Acre.

Minha experiência com o movimento indígena começou desde cedo. Quando criança, meu pai me levava em suas viagens às aldeias na região acreana. Tive a oportunidade de ir à aldeia aonde meu pai nasceu e pude conhecer meus primos, primas e tios. A primeira impressão foi que, mesmo vivendo longe, eles me trataram como se fosse de casa. Passei alguns dias e foi como se já vivesse lá há bastante tempo. Foi uma experiência única que vivi junto com os povos da floresta. Já maior, quando ainda morava em Brasília-DF, meu pai estava em um encontro chamado ATL (Acampamento Terra Livre). Um dia, fui convidado por ele, a visitar esse movimento e nesse mesmo dia, aconteceu uma marcha pacífica, que iniciou no Eixo Monumental até o Palácio da Alvorada. Na caminhada, pude notar que aquelas pessoas eram totalmente ao contrário do que foi implantado em minha cabeça: índio preguiçoso, índio burro, índio fedido. Naquele momento passei a ter mais orgulho do que sou e pelo povo a quem pertenço, porque não somente era uma mobilização pra passar em um jornal, mas a luta pelos direitos que muitas vezes são deixados de lado. A mobilização indígena não é somente por uma pessoa, pois é vista como mobilização de todo um povo.

Como dito antes, quando criança, fazia algumas viagens às aldeias do Acre, junto de meu pai. Minha experiência em outras aldeias foi a Jaminawa. Passei um mês lá por conta do trabalho que meus pais estavam desenvolvendo. Participei de algumas reuniões que tinham o intuito de construção de alguns projetos, como manejo

de caititu, tracajá e demarcação de Território Indígena, fora alguns outros projetos que estavam em andamento como: tecelagem, revitalização e fortalecimento da cultura Jamináwa e Manchineri (mas primeiramente com o povo Manchineri).

A minha expectativa com o curso que estou fazendo é poder me estabelecer e ajudar tanto ao local onde estou morando quanto ao meu povo, pois meu intuito é desenvolver alguns projetos que ajudarão a saúde alimentar e física e futuramente poder expandir para todos os povos indígenas do Brasil.

Contando um pouco sobre o povo Manchineri, este povo está localizado no território brasileiro na Terra Indígena Mamoodate, Terra Indígena Manchineri do Guanabara, Cabeceira do Rio Acre, localizadas nos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira e divisa Brasil e Peru. No território peruano, o povo Manchineri está localizado no rio Madre de Dios, no município de Boca Mano, Aldeia Diamante. Estão também localizados no município de Bélgica, no Peru, Aldeia Monte Salvado. Na Bolívia, eles vivem próximos à cidade de Cochabamba. A simbologia do meu povo é muito forte nas pinturas, histórias e matérias de trabalho; sua principal conexão é com espiritual e com seus antepassados.

O recado para os futuros acadêmicos indígenas é nunca esquecer de suas origens; não esquecer de sua conexão com seu povo; eles te fortaleceram para as futuras lutas. Tenha sempre o propósito de algum dia voltar e ajudar sua aldeia. Creio que todos nós, que estamos na cidade, podemos ajudar de alguma forma. A formação pode retratar isso, tendo muitas vagas nas universidades que os indígenas podem estar ingressando; temos exemplos de indígenas que atuam na política, como advogados e professores. Então temos muitas pessoas que podemos nos inspirar e você pode ser essa pessoa também.

OLHAR SOBRE UMA TRAJETÓRIA

*Thalia Coutinho Fernandes
Curso de História, Bacharelado, Ufac
PET – Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Me chamo Thalia Coutinho Fernandes, nascida na cidade de Rio Branco/AC no ano de 1997, filha de Eloiza Esteves Coutinho e Raimundo Nonato de Lima Fernandes, neta de Maria Pastora Esteves Coutinho e Manoel Dourado Coutinho, sendo esses avós maternos nascidos ambos no município de Feijó/AC e paternos, sendo Otilia Cordolino de Lima e Oto Fernandes nascidos na cidade de Sena Madureira/AC. Já dando ênfase à origem indígena, essa que vem por parte da avó materna, vale ressaltar que minha avó não teve a felicidade de ser criada por sua família de sangue, portanto logo teve que residir com outra família na cidade de Rio Branco/AC. Até então, ela não tinha conhecimento da sua origem indígena, vindo a descobrir apenas na sua fase adulta, a partir daí passando a ter contato com os parentes indígenas.

Em relação à educação escolar, tive passagem pelas escolas Sheila Maria Mendes Nasserala, Francisca Aragão e Anice Dib Jatene, sendo essas voltadas para o ensino infantil, já o ensino fundamental foi realizado na escola Senador Adalberto Sena, concluído em 2012 e o médio na escola Lourival Sombra Pereira Lima, concluído em 2015, sendo ambas escolas da cidade de Rio Branco/AC.

Concluindo o ensino médio em 2015, onde fiquei um ano me preparando para ingressar na faculdade. No ano de 2017 entrei na Universidade Federal do Acre, uma trajetória não muito fácil para entrar, mas com muita dedicação para alcançar o objetivo, e uma sensação de muita gratidão e felicidade, onde eu esperava aprender muito em relação a todo o contexto geral e encontrar um caminho do conhecimento a qual ainda não tinha esbarrado.

Pude ingressar no curso de Bacharelado em História, o qual nos leva a ter um contato com um conhecimento muito grandioso, justamente por se tratar de um curso da área de humanas e onde são abordados temas diversificados, fazendo com que seus alunos possam ter conhecimento daquilo que, muitas vezes, passa despercebido

na sociedade. Sendo um desses pontos o estudo referente aos indígenas, toda a cultura que perpassa perante cada povo, cada etnia, um ponto onde muitos querem calar, fechar os olhos para uma vasta área riquíssima de conhecimentos e também de aprendizado. Portanto, ainda não tive a experiência de visitar uma aldeia indígena, mas sempre buscando ter contato com o meu povo Shanenáwa, no perímetro urbano.

Já enfatizando sobre a expectativa de vida para o futuro, um dos objetivos é buscar cada vez mais conhecimento e buscar levar isso para a sociedade, buscar crescer na área acadêmica levando, assim, para um mestrado e possível doutorado.

Voltando agora a falar mais sobre a origem indígena, pertencço à etnia Shanenáwa, que significa povo do pássaro azul, tendo como família linguística Pano. Esse povo está situado à margem esquerda do rio Envira, localizado na cidade de Feijó/AC. Sendo distribuídos em quatro comunidades indígenas: Morada Nova, Cardoso, Paredão e Nova Vida. Vale ressaltar que os Shanenáwa possuem uma organização centralizada na figura de poder do cacique, que tem o dever de se dedicar aos interesses referentes à comunidade, além de ter toda uma organização familiar, sendo compostos por um casal de velhos, filho(a)s solteiro(a)s, filhos casados e suas esposas, netos e filhos de criação. Organizados em cinco clãs, onde os filhos fazem parte do clã da mãe e, como uma regra geral, só podem casar com indivíduos do mesmo clã, mas nem sempre isso acontece.

Um ponto para se enfatizar é a questão do resgate da língua e da cultura, e onde o papel dos professores Shanenáwa está sendo de uma importância grandiosa para a etnia, pois os professores e pesquisadores estão correndo contra o tempo e registrando os saberes da etnia através das narrativas orais, para coletar, preservar e dar novos significados aos conhecimentos sistematizados nas narrativas. Assim, será abordada nesse texto uma das narrativas referentes ao povo Shanenáwa. Narrativa essa, presente no material didático, contendo histórias, saberes e práticas da etnia, elaborada por professores e comunidade Shanenáwa, localizada no município de Feijó/AC. O nome dessa história é: “Puteni”.

PUTENI

Todas as mulheres, quando iam ganhar neném, era através de um cirurgião, que, quando cortava a barriga das mulheres para tirar o bebê, tirava também um pedaço do fígado para comer e por isso muitas mulheres não resistiam e morriam.

Uma outra mulher, que iria parir pela primeira vez, mandou seu marido buscar o cirurgião para tirar o bebê. A mãe da mulher não parava de chorar com pena da sua filha e com medo dela morrer no parto. A mãe levou ela para um paiol. Chegando lá, ficou esperando a chegada do cirurgião com o seu genro. Quando, de repente, um rato se transformou em uma mulher cheia de filhos. Ela era muito bonita e o cabelo de cada um era mais lindo do que o outro. E ela disse para a mãe da mulher: “Cumade, por que você está chorando?” E ela respondeu: “Porque minha filha quer parir e o cirurgião vai vir cortar a barriga dela e vai tirar um pedaço do fígado dela pa comer, e ela pode morrer”. E o rato disse: “Cumade, não estraga a barriga da tua filha não. Eu conheço uma folha da mata que faz a mulher parir sem ser cortada”. E ela disse: “Cumade, faz isso pra mim. Não quero que minha filha morra”. Então ela foi buscar a folha ushumakaina, no acero do roçado. Trouxe e fez para ela beber e passar na barriga e assim ela fez e assim rapidamente teve seu filho. E todos da aldeia ficaram admirados e queriam saber como a mulher pariu sem ser cortada na barriga e a mãe dela disse que tinha sido o rato que se transformou em uma mulher muito bonita cheia de filhos que ensinou para ela, pra filha dela parir. Todos ficaram alegres com a notícia e a descoberta, menos o cirurgião que ficou com raiva porque não ia comer mais o fígado das mulheres. E a mãe da mulher deu ainda o resto da mulher para ele levar para comer. Ele pegou e jogou uma praga que como foi o rato que ensinou a mulher parir, todas as mulheres iam parir assim daquele dia em diante.

Não é incomum nos mitos de criação do mundo a mulher desaparecer ou se transformar em algum elemento da natureza, através da morte ou da mutação, logo após dar à luz. E também o nascimento de uma criança sempre está relacionado a alguma coisa, muitas das vezes, simboliza ao crescimento do plantio, e que também as crianças são todas como o futuro e é para elas que eles lutam para preservar sua cultura.

Vejo as crianças como o passado, presente e futuro de uma comunidade, onde será empregado todo o conhecimento que será gerado de geração em geração, buscando sempre trazer o fortalecimento das raízes indígenas.

Portanto, a mensagem a ser deixada para os futuros universitários indígenas, e também para toda a comunidade indígena, é que nunca se deixem levar pelo que a sociedade impõe sobre os indígenas, busque sempre mostrar o quanto de riqueza e conhecimento os povos indígenas possuem, e busquem sempre levar o movimento a crescer. E que as pessoas possam respeitar e valorizar a verdadeira riqueza cultural, e o vasto campo de conhecimento que os povos indígenas disponibilizam para o conhecimento, sendo eles da natureza, das medicinas, das narrativas orais e vários outros elementos de extrema importância para a preservação do povo.

Referência

FERREIRA, Paulo Roberto Nunes; CRUZ, Teresa Almeida (orgs). **Retrato cultural dos Katukina, Kaxinawa, Shanenawa, Jaminawa e Manchineri**. Rio Branco: FEM, 2004.

SOU ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO YAMANWA KAYĀBETY

Paulo Henrique Mesquita Cândido
Curso de Ciências Sociais, Ufac
PET – Conexões de Saberes Comunidades Indígenas

Sou Apurinã, aluno petiano Paulo Henrique Mesquita Cândido; dentro dos princípios culturais do meu povo me chamo *Yamanwa Kayābety*. Faço parte do grupo PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Nasci no dia 10 de julho de 2001, na maternidade Bárbara Heliadora, localizada em Rio Branco – AC. Atualmente estou morando com meus pais: Francisco de Moura Cândido (Nos princípios culturais do meu povo é chamado de *Ywmuniry*) e Maria Leusilene Mesquita de Melo. Sendo assim, meu pai indígena e minha mãe, branca. Seguindo as relações sociais, o Povo Apurinã segue uma corrente patrilinear, ou seja, passado de pai para filho.

Francisco de Moura Cândido é formado em administração, fez mestrado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília (UnB), fez Doutorado em Antropologia Social na UnB e atualmente está fazendo Pós-Doutorado na Universidade de Helsinque, Finlândia.

Minha Mãe, Maria Leusilene, concluiu o ensino superior e atualmente é dona de casa.

Sou da aldeia Camicuã, do povo Apurinã, localizado no sul do Amazonas no município de Boca do Acre.

Meu avô, Raimundo Pinheiro Cândido (nomeado nos princípios Culturais do povo Apurinã como *Katāwiry*), morou muitos anos na Terra Indígena Valparaíso, juntamente com meu bisavô *Yungāwa*, localizada no sul do Amazonas, no município de Boca do Acre. Meu avô e sua descendência fazem parte de uma das famílias mais tradicionais do povo Apurinã, denominada *Pequeno*. Desde novo, Raimundo Pinheiro foi selecionado para ser pajé e desfrutar dos saberes espirituais da floresta e de sua medicina tradicional, mas quebrou a regra quando se casou com minha avô Francisca da Silva Moura, por esse motivo não concluiu o ritual de iniciação do povo

Apurinã denominado de *Kamaty*. Meus avós, quando casaram, saíram da aldeia e foram morar na cidade de Boca do Acre/AM, tiveram 4 filhos: *Ywmuniry*, *Tikaru*, *Txarynga* e *Munhaty*. No ano de 2001, meus avós, pai e tias migraram para a cidade de Rio Branco/AC - por melhores condições de vida.

Morei sempre em Rio Branco. Toda minha educação foi sempre em instituições públicas: meu Ensino Infantil na Escola Oscar Felício de Souza; Ensino Fundamental na Escola São Camilo, ambas instituições perto da minha residência; Ensino Médio no Colégio Estadual Barão de Rio Branco – CERB, localizado no centro da cidade.

No ano de 2018, cursando o 3º ano do ensino médio, estava nas últimas semanas para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. Tive condições de pagar um Pré-Enem, mas mesmo assim, me deparei com muitas dificuldades ao longo do caminho, pois a realidade da precariedade do ensino do ensino público brasileiro é lamentável, sem estrutura, condições e tampouco preparação para o Enem. Me dediquei várias madrugadas para atingir o total de pontos do curso que sonhava em fazer. E no final de tudo, consegui ingressar na Universidade no ano seguinte, após o término do meu ensino básico. Entrei na Universidade Federal do Acre em 2019, por Ações Afirmativas através das cotas para indígenas.

Atualmente, estou no 3º período do curso em Bacharelado em Ciências Sociais. Este curso ampliou minha visão, modo de agir e de pensar, me deu outros olhares de como enxergar o mundo. Me identifiquei com todos os professores, os quais me motivaram a permanecer no curso, nos mostrando serem bem solidários, amigáveis e nos qualificando para o mercado de trabalho futuramente.

No início do meu ingresso, não senti dificuldade como os demais alunos. Ciências Sociais é o curso dos meus sonhos, para o qual eu já havia estudado com o Dr. Francisco Apurinã algumas disciplinas em casa, bem antes de entrar para a Universidade. É um curso que apresenta três vertentes importantes que precisam ser entendidas e estudadas com delicadeza, e, dentre as três vertentes sociais, me apaixonei por uma delas: a Antropologia.

Sempre tive noção de onde vim, quem sou e de minha ancestralidade como indígena. Desde bem novo já sabia a qual povo pertencço,

minha ancestralidade, minha língua materna, minha aldeia, história do meu povo, sua origem, onde se localizam, meu clã, o que não devo comer e qual minha ordem social dentro da comunidade indígena.

Em 2019 participei de um processo seletivo para o PET, fiquei em 1º lugar na entrevista da classificação seletiva. Me incluí, sabendo da importância e representatividade que estava em minhas mãos, no qual já fiz vários documentos em favor ao PET, como: relatório da minha pesquisa de campo na aldeia Camicuã em 2019, projeto de pesquisa concluído este ano com o tema “Um Direito Negado: A Luta dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi pela Demarcação da Terra Indígena Lourdes/Cajueiro”, participação em uma live com alguns petianos sobre temáticas indígenas e sobre a resenha do livro Cuxiuara, O Purus dos Indígenas: Ensaio Etno-Histórico e Etnográfico sobre os Índios do Médio Purus.

Conheço todos os meus parentes Apurinã das Aldeias: Camicuã, aldeia Ka'mapa, Aldeia Katspero, Valparaíso e da Terra Indígena do KM 45 e 124. Recentemente, viajei para a aldeia Ka'mapa (Cajueiro) e Masekure (Loudes) para a realização de um projeto e elaboração do cronograma de atividades nessas duas aldeias com os povos Apurinã e Jamamadi, faço parte de uma instituição indigenista denominada *Instituto Pupykary*, no qual exerço função como palestrante, pesquisador e auxiliar de projetos.

Após minha conclusão do curso, pretendo fazer um Mestrado em Antropologia Social e um doutorado na mesma disciplina como forma de navegar com mais profundidade e entender melhor o ser humano e as demais culturas, poder ajudar meu povo e contribuir de certa forma. Quem sabe um pós-doutorado em Psicologia, com o objetivo de entender mais a mente do homem, já que a Psicologia, psiquiatria e antropologia andam juntos na mesma vertente de saberes.

O povo Apurinã faz parte da família linguística Aruak (também Arawak ou Maipure), do ramo Purus, e autodenomina-se *Pupykary*. A língua mais próxima da Apurinã seria a do povo Manchineri*, mas alguns Apurinã afirmam que eles também compreendem um

* No Brasil os Manchineri estão localizados nas Terras Indígenas Mamoadate (rio Iaco) e Cabeceira do rio Acre, no município de Assis Brasil (AC). Há também uma considerável população desse povo no Peru – os Piro (CÂNDIDO, 2015).

pouco da língua do povo Kaxarari, devido à sua saída conjunta da *iputuxite* (Terra Sagrada), como versam nossas histórias míticas. De acordo com os velhos, dentro das narrativas, existe o *kairiko* (a Casa de Pedra), de onde surgiram os Apurinã. Quem conhece esse lugar diz que a paisagem, refletida nas inúmeras e peculiares vidas de seus habitantes, é diferente de tudo já visto antes. Assim ensinou meu avô:

O *kairiko* é cuidado pelos encantados, lá é sagrado, ninguém pode entrar, mexer ou destruir. As árvores como a castanheira, jatobá, samaúma e outras..., que em outros lugares são consideradas árvores enormes, chegando atingir mais de 20 metros de altura, lá a gente pega seus frutos com as mãos diretamente das árvores de tão baixinha que elas são. Os animais de lá são todos diferentes e muitos deles falam com a gente, briga com nós quando fazemos coisas erradas. É lá que tem a cachoeira que Yakunero, mãe de Tsurá, tomava banho e saía novinha, ela já era velha, mas quando saía d'água parecia que tinha 20 anos (risos do meu pai). Foi lá que os irmãos de Tsurá taparam com pedra a volta grande do rio para a cobra não levar Tsurá que tinha sido engolido por ela, até hoje as pedras estão lá do mesmo jeito. Foi lá também que Tsurá deu vida a todos os seres (Katãwiry, entrevista realizada em fevereiro de 2019, Rio Branco-AC).

É importante destacar que, para nós, tudo passa a ter sentido a partir do *kairiko* e que, para além do surgimento do povo Apurinã, trata-se da criação de uma nova terra e de tudo que existe nela. É também a partir desse lugar que se explica nossa mobilidade, isto é, as constantes habitações em diversos lugares, cujo principal motivo são as brigas e mortes dentro do próprio povo – fato explicado em nossa criação*, comumente motivadas por disputas, feitiçarias e vinganças entre os *kusanaty*. Também os arranjos matrimoniais

* Na história de Tsurá, demiurgo que criou os alimentos e frutas e que deu início à saga dos Apurinã, pode-se ver a primeira vingança: ele e seus irmãos vingam a morte de sua mãe. Foi esse o começo da vingança no mundo.

eram e ainda são causa de desentendimento quando há insatisfação entre as famílias e as aldeias. Ademais, como veremos mais à frente, outro forte evento que colaborou para atizar sucessivos deslocamentos foram as “correrias”, que ocorreram à época da exploração da borracha na Amazônia.

Trilhando os últimos caminhos, deixo minha mensagem para você futuro universitário indígena. Saiba sua história! Estude sobre seu povo, se relacione com todos seus parentes, ajude sua aldeia, traga benefícios da sua vida acadêmica para sua etnia e defenda seus amigos indígenas. Somos a minoria, já sofremos demais nas mãos dos brancos; nós separados somos fracos, nós juntos somos superiores. Se sinta orgulhoso de ser indígena.

Referências

CÂNDIDO, F. M. **Nos caminhos da BR-364: povo Huni Kuin e a terra indígena colônia 27**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015, 195p.

KATÃWIRY. **Entrevista realizada em fevereiro de 2019**, Rio Branco-AC.

PERCURSO APÓS SAIR DA ALDEIA ATÉ INGRESSAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

*Ernizia Borges Sereno Kaxinawá
Curso Ciências Econômicas, Ufac
PET – Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Eu sou indígena, aluna e petiana Ernizia Borges Sereno Kaxinawá. Faço parte do grupo PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre. Nasci em 29 de outubro no ano de 1992, em uma colocação que se chamava Reforma; não era aldeia, porque nessa época a Terra não era demarcada como Terra Indígena ainda, que se localiza no alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre, na Terra Indígena Ashaninka do Rio Breu.

Nasci e fui criada na aldeia, com os meus pais: Amauri Cerqueira Sereno Kaxinawá. Meu pai é indígena. Ele não concluiu seu Ensino Básico e é agricultor e aposentado. Minha mãe não é indígena. Ela não concluiu o seu Ensino Básico e é dona de casa e aposentada. Meu pai sempre morou na aldeia juntamente com os outros nossos parentes, mas atualmente ele mora em Rio Branco, juntamente com a minha mãe e outros meus irmãos e irmãs. E ainda mantém contato com nossos parentes através de redes sociais, assim como eu. Meu avô, José Sereno Kaxinawá, nasceu na colocação Reforma, município de Marechal Thaumaturgo, do Povo Kaxinawá. Minha avó, Analha Cerqueira Kaxinawá, nasceu em uma colocação chamada Badejo, município de Cruzeiro do Sul. Meu avô que, inclusive, faleceu há três anos, morou a vida inteira na aldeia Jacobina 1. Durante o casamento com a minha avó, que também era indígena, eles tiveram onze filhos. Todos eles desde sempre moram na Aldeia. Meu avô era considerado um homem muito importante para o nosso povo, pois era um dos mais velhos do grupo; ele que conhecia e contava as histórias do nosso povo e também sobre nossos costumes, culturas e conhecimentos medicinais. Na minha infância, tive a oportunidade de conhecer, participar e praticar a minha cultura, graças aos meus avós e aos meus pais.

Desde de criança até minha pré-adolescência, morei na aldeia. Toda minha educação foi feita em instituições públicas, que se localiza na aldeia Jacobina 1, onde eu morava, na escola chamada de *Xinã Bana* que significa “Pensamentos Novos”. Não fiz Ensino Infantil, porque na aldeia ainda não tem. Comecei a estudar aos meus 10 anos, na época tinha apenas três aulas por semana. Fiz, da primeira até a quarta série, na aldeia; não sabia ler e escrever direito e, ainda aos meus 14 anos, tinha muitas dificuldades. Porém, com muita força de vontade de aprender mais, foi quando eu quis sair da aldeia e morar na cidade pra poder ter mais oportunidades, mas não tive apoio da minha família.

Quando meu pai, que já era aposentado, veio receber aposentadoria dele em Cruzeiro do Sul, trouxe toda a família com ele, inclusive eu. Já tinha uma irmã que morava em Cruzeiro do Sul, que já tinha fugido de casa também, mas não queria saber de estudar e, sim, só se divertir. Por conta disso, os meus pais não me deixavam morar com ela, achando que eu seguiria o mesmo caminho dela, mas o meu objetivo era outro: queria apenas estudar e concluir os meus estudos.

E quando chegou o dia de subir o rio Juruá de volta para Aldeia, resolvi fugir, não fui com eles, fui morar com a minha irmã. Um mês depois consegui me matricular na escola Governador Hugo Carneiro, que se localiza em Cruzeiro do Sul, no centro da cidade. Devido a minha idade, só consegui matricular num programa chamado Educação para Jovens e Adultos – EJA, que é para pessoas que não conseguiram terminar seus estudos na idade certa ou aqueles que estariam atrasados, que era o meu caso. Concluí meu Ensino Fundamental nessa Escola.

No final de 2011, resolvemos mudar para Rio Branco, capital do Acre. Em 2012, comecei meu Ensino Médio. Como esse programa de ensino (EJA) é muito acelerado, terminei meu Ensino Médio em dois anos: o primeiro foi na Escola chamada José Rodrigues Leite, que se localiza no centro da cidade de Rio Branco; já o segundo ano foi na Escola CEJA que fica localizada perto da ponte metálica do lado da Gazin, no centro de Rio Branco.

Naquele período da minha vida, não tive a oportunidade de estudar em escolas particulares e nem condições para pagar Pré-Enem, para poder me preparar melhor para o Exame Nacional de Ensino

Médio (Enem). A realidade da precariedade do Ensino Público brasileiro é lamentável. Me preparei com várias dificuldades de aprendizagem durante o Ensino Médio, que foram apenas só dois anos de ensino. Me dediquei muito nas matérias, para eu poder fazer uma boa pontuação. Mas não foi o suficiente. Não consegui ingressar na faculdade. Foram quatro anos tentando ingressar na faculdade. Até que em 2018, entrei na Universidade Federal do Acre, por Ações Afirmativas através de Cotas para Deficientes.

Agora já estou no meu 5º período do curso Bacharelado em Ciências Econômicas. Ampliei minha visão de mundo assim que ingressei na universidade. Boa parte dos meus professores motivou a turma mostrando meio de se incluir no mercado de trabalho a partir do curso que escolhemos. No início do meu ingresso, tinha noção das dificuldades que enfrentaria para conseguir desenvolver meus trabalhos, atividades, apresentações a partir da exigência dos professores. Meu curso envolve muita matemática e tenho certa dificuldade com a matéria, mas desde o início, me esforço bastante para o aprendizado dela e de todas outras disciplinas.

Quando ingressei na faculdade, já tinha noção/conhecimento da Resistência/sobrevivência dos indígenas desde a colonização até os dias atuais. Em 2019, participei de um processo seletivo para ingresso no PET - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas, e no mesmo ano, me incluí no PET e percebi a importância do movimento indígena e o quanto é necessário a continuidade de nossos povos.

Tive a oportunidade de conhecer meus parentes, a cultura e costumes do meu povo Kaxinawá também conhecido como Huni Kuin e trago comigo todas as experiência e aprendizagem que eu tive e ainda tenho do meu povo. Após eu ter saído de lá de minha aldeia, visitei uma única vez, devido à distância e também, na maioria das vezes, eu não tinha condições financeiras para visitá-los, tendo em vista a grande distância de Rio Branco até o Juruá, mas eu e minha família tínhamos programado uma visita aos nossos parentes no final de 2020. Porém, devido à pandemia, por causa do contágio do Covid-19, essa visita foi cancelada. Infelizmente, ainda não estamos em circunstâncias para nos locomover em segurança. Mas, assim que possível, visitaremos.

Após a minha conclusão do curso, pretendo fazer mestrado, para

ter uma especialização melhor na área que estou cursando: Economia. Os benefícios que a universidade me proporciona por eu ser indígena me faz perceber que é necessário me incluir e ajudar meu povo em atividades que podem resultar em auxílio em questões pessoais ou coletivas.

Meu povo Kaxinawá ou Huni Kuin pertence à família linguística Pano, que habita a floresta tropical no leste peruano, do pé dos Andes até a fronteira com o Brasil, no estado do Acre e sul do Amazonas, que abarca respectivamente a área do Alto Juruá e Purus e o Vale do Javari. Ocupam as terras indígenas nos rios Breu, Jordão, Tarauacá, Murú, Humaitá, Envira e Purus. O Povo Huni Kuin é dividido em dois clãs: clã da Onça e o clã do Veado. Eu pertencço ao clã do Veado. Minha família mora na aldeia Jacobina 1 no rio Breu, no município de Marechal Thaumaturgo. Essa localidade fica ao redor do rio Juruá (Rio Juruá denominado Yuruá no Peru) que nasce nas escarpas da Cordilheira dos Andes, na vertente oriental da Serra do Contamana, situado no departamento peruano.

Vou deixar aqui uma narrativa, que é uma história bastante conhecida pelo meu povo, a história do *Kapa Yuxibu*: *Kapa* é o esquilo, *Yuxibu* significa espíritos, almas ou encantados, meu pai que me contou. A história é assim:

Tinha uma índia moça que não queria se casar, nessa época só tinha uma aldeia e todos viviam sem roupas. Essa índia não aceitava se casar com ninguém, porque ela copulava com minhocão da terra. As mulheres sentavam em cima de uma esteira feita de palha, já os homens sentavam em bancos em formato de jabuti. A mãe dessa índia desconfiou e descobriu que onde a filha sentava tinha um buraco na esteira, e quando ela puxou a esteira, viu um buraco no chão onde ficava minhocão. Então ela ferveu a água e jogou no buraco e matou minhocão. Os outros parentes descobriram e ficaram com raiva da jovem índia, então eles comeram uma fruta *pãmãwã* (pamba) e todos viraram Queixada e comeram todos os legumes e frutas que eles tinham, e depois foram embora, deixando para trás a jovem índia sem alimento. Na casa onde essa índia morava tinha uma cumieira onde ficava

um Pajé fumando, o *Shuru Rume* dele, que é uma erva que servia para acalmá-lo e ter pensamentos bons. No entanto, o pajé já havia morrido, antes dos parentes virem queixada. Nessa cumieira tinha uma *Txitxã* (cesta de palha), onde ele colocava ou *Shuru* dele. A índia estava sozinha, quando ouviu um choro de uma criança vindo lá da cumieira, que chorava assim: *shuru rãku rãku shuru rãku rãku*. E quando ela foi ver, era um menino. Então ela resolveu criá-lo. Esse menino crescia da noite pro dia, e ela passou a comer *mai* (argila), que só tinha num lugar muito longe da casa dela. Quando o menino ficou adulto, ele perguntou para mulher o que tinha acontecido, e ela contou toda a história. Então eles copularam e assim tiveram filhos, já tinha bastante gente e a quantidade de *mai* que eles traziam já não era o suficiente para durar muitos meses. Então todos eles resolveram ir buscar o *mai*. E mais uma vez, a mulher ficou sozinha; já fazia muitos dias que eles tinham ido buscar e ainda não tinham voltado, era o último *mai* dela. Ela foi ao garapé pegar água e lá estava o *Kapa* (o esquilo) comendo ouricuri, que é um tipo de coco da mata. Quando ele viu ela, se espantou e ficou acuado, e ela estava triste por ser a última refeição dela e por não saber quando os outros iriam voltar. Então a mulher ficou com raiva e começou a xingar o *Kapa*, falando: “seu cabelo de fogo, você sozinho está comendo esses coco e eu aqui chorando sem saber quando que eu vou comer de novo”. E voltou para casa. Demorou umas horas, aí apareceu um homem bem baixinho do cabelo da cor de fogo e feiosinho, quando a mulher viu ele, perguntou: “de onde você é?”. E ele respondeu: “Sou eu aquele que você xingou”. E ela falou: “Não. Eu tava xingando o *Kapa*”. Então ele falou: “Sou eu mesmo”. E ela: “Não acredito”. E ele repetiu o que ela tinha dito, xingando ele, aí ela acreditou. E ele perguntou para a mulher, porque ela estava triste e tão brava e ela contou toda a história. Então ele perguntou se ela conseguiria mostrar para ele onde que era plantado cada legumes e frutas, a mulher

respondeu que sim, ele falou então: “Me mostra”. Ela foi falando os nomes dos legumes e frutas, mostrando o lugar, e ele pegava um pouco de terra de onde ela mostrava. Quando terminaram, eles voltaram para casa e ele falou para mulher: “Agora você deita na rede, se enrola, fecha os olhos, não abre até que eu te peça para você abrir e não tenha medo”. E assim ela fez. O *Kapa* começou a soprar a terra que ele tinha pegado em direção de cada legumes e frutas, começou a fazer um barulho muito forte, que a casa começou a balançar, a casa toda começou a se balançar e a mulher continuou lá, enrolada na rede; quando parou de fazer barulho e balançar, ele pediu que ela saísse. Quando ela saiu e abriu os olhos, viu que todos os legumes, todas as frutas estavam lá como se não tivesse nunca acabado: tinha muita banana madura pendurada na casa, e ela ficou muito feliz e animada. E falou: “Eu vou pegar umas bananas e vou me encontrar com a minha família. Eles devem estar perto e muito cansados”. E ela pegou, colocou no paneiro (uma cesta feita de cipó). Mas ele pediu que ela não contasse que tinha sido ele que tinha feito tudo aquilo, e ela concordou. Ela foi e encontrou com sua família e eles não trouxeram mais o *mai*; deixaram o *mai* no caminho e vieram embora. O *Kapa Yuxibu* se escondeu para que ninguém visse ele, só ao anoitecer ele saiu e foi para Aldeia. Sem falar quem ele era, ficou lá com os outros, conseguiu se casar com a mulher e tiveram dois filhos. Quando os filhos estavam grandinhos, ele foi caçar de dormida com os dois filhos; quando anoiteceu, ele virou morcego e veio para Aldeia ver como estava a esposa. Ele chegou, viu que ela estava com outro homem, no terreirão com os demais da aldeia, então ele voou entre eles, e voltou para o mato. Quando amanheceu, ele foi e matou um tatu bem gordo, tirou a banha e reservou. Quando anoiteceu novamente, ele virou no morcego, e foi ver a esposa. Chegando lá, ela estava com o mesmo homem no Terreirão. Como eles não vestiam roupa, ele passou e cortou os testículos do

homem e levou com ele, e o homem morreu. Amanheceu e ele preparou um *Kawa* (é um tipo de assado na palha da sororoca), com os testículos do homem e a banha do tatu. E avisou para os filhos que não comessem, chegou em casa e falou para mulher que tinha preparado especialmente para ela. A mulher muito feliz comeu o *Kawa*, e começou a ficar doida, e o resto dos parentes começou a desconfiança dele e se reuniram para matar ele e os filhos. Como o *Kapa* era *Yuxibu*, ele já sabia o que eles queriam fazer com ele. Então, ele fez um *Binu Keneya* (*Binu* é uma borduna, tipo arpão, e *Keneya* é a pintura). E ele avisou para os dois filhos que não saísse de perto dele, porque os parentes da mãe deles queriam matar eles, então os parentes da mulher dele foram em direção a ele com *Binu*, *Raxi* (outra borduna com a ponta parecido uma pá), para matar. Quando eles se aproximaram, o *Kapa* pegou o *Binu* dele e bateu na coluna da casa e deu um balanço bem forte que todos caíram no chão, e o *Kapa* saiu pulando nos galhos dos legumes e fruta e levando com ele tudo que ele tinha plantado, deixando apenas a mandioca para a mulher, e os filhos dele o acompanharam. E essa é a história do *Kapa Yuxibu*.

Agora deixo uma breve mensagem para você, universitário(a), ao futuro universitário indígena, que está lendo meu Memorial. Espero que tenha tido a oportunidade de vivenciar momentos incríveis, juntamente com seu povo, assim como eu tive a oportunidade de vivenciar com o meu. Espero que o seu futuro acadêmico esteja interligado à colaboração e ajudar seus parentes, que não tiveram a chance de estar onde você está. Busque conhecer sua cultura, a cultura de diversos povos. Desta forma saberá que existem vários povos na luta diária ao Combate contra o racismo, a indiferença e a perseguição. Defenda o seu povo e tenha orgulho de onde você veio: tenha discernimento e objetivos no decorrer da sua graduação, não apenas como aluno, mas sim como um aluno indígena à procura de oportunidade construtiva para o seu desenvolvimento intelectual, mas nunca abandone ou esqueça de suas raízes. E se não teve a

oportunidade de conhecer ou vivenciar momentos incríveis nas aldeias, procure conhecer, acredito que será uma experiência incrível.

Referências

POVOS INDÍGENAS no Brasil. Disponível em: <[pib.socioambiental.org/pt/Povo:Huni_Kuin_\(Kaxinawá\)](http://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Huni_Kuin_(Kaxinawá))>. Acesso em: 22 set. 2020.

VISITE o Brasil. Disponível em: <<https://www.visiteobrasil.com.br/sudeste/acre/belezas-naturais/conheca/rios>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE: JUNIOR MANCHINERI

*Elcio Severino da Silva Filho Manchineri
Curso de Ciências Sociais, Ufac
PET – Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Introdução

Esse memorial tem como objetivo construir uma identidade que durante muito tempo não existia. Minha trajetória de vida se reflete em muitas experiências que enriqueceram meu conhecimento, e que me ajudaram a desenvolver minha própria identidade. Quem sou eu? Uma pergunta que eu me fazia durante toda uma infância e até mesmo adolescência, já que pertenço à etnia Manchineri, e sou um jovem indígena. Porém, não nasci na comunidade. Nascido no município de Rio Branco, o que muitos consideram como “índio urbano” ou “aculturado”, que deixou de ser índio, pensamento esse que é construção de uma visão equivocada por parte de intelectuais do romantismo e pós-romantismo.

Ao longo da jornada que percorri, acredito que, se não fossem as experiências em terras indígenas, nos movimentos indígenas que participei como o Acampamento Terra Livre (ATL) que me mostrou outras realidades étnicas, talvez, não construiria verdadeiramente minha identidade. Sendo assim, esse memorial percorre um caminho social, envolvendo minhas relações sociais, relações essas que, de alguma forma, ajudaram no meu crescimento, por meio de discriminação, racismo, mas, também, conhecendo a realidade do meu povo, meus parentes, as narrativas tradicionais conhecidas como mitologia, história e a própria comunidade, que se localiza nas extremidades do município de Assis Brasil.

Um pouco de mim

Meu nome é Elcio Severino da Silva Filho Manchineri, conhecido “socialmente” como Junior Manchineri (apelido), nome esse que terei o prazer de contar ao discorrer sobre esse texto. Nasci no dia 9 de setembro de 2000, na Maternidade Bárbara Heliodora, às 15h, Rio Branco, Acre. Sou filho caçula, de uma família composta

por 8 indivíduos, contendo uma diversidade única, mas ao mesmo tempo plural. Inicia-se com Toya Manchineri (Pai) e Gracinha Manchineri (Mãe) gerando, assim, os filhos, Alana Manchineri (irmã), Wauana Manchineri (irmã), Wuriu e Ruwi (Irmãos-gêmeos) e Luna Manchineri (Sobrinha). Dessa forma, finalizo uma apresentação rápida sobre os componentes da minha família, lembrando que por ser Manchineri, tenho parentesco sanguíneo com outros Manchineri, já que o povo Manchineri tem uma grande composição no Estado do Acre, até às divisas territoriais com o Peru e Bolívia.

Minha infância se parece com a história ou relatos de um jovem pesquisador, mas antes de iniciar essa aventura, quero explicar um pouco sobre meu nome e apelido. Carrego o nome de meu pai, como disse no início, me chamo “socialmente” Junior Manchineri. Primeiramente, meu nome nasce de uma aposta entre meu pai e minha mãe: meu pai apostava que minha fisionomia (aparência) seria totalmente semelhante à dele; já minha mãe, acreditava que seu filho caçula (eu) teria a fisionomia de seu pai, meu avô, ocorrendo assim uma aposta entre os nomes Elcio e Expedito (nome do meu avô). Quando nasci no dia 9 de setembro de 2000, a expectativa era grande para com quem eu iria parecer, e, felizmente, meu pai venceu a aposta, carregando o nome Elcio Severino da Silva Filho Manchineri. Percebe-se que não tenho “Junior” no meu nome. Porém, minha irmã mais velha, Alana Manchineri, quando criança, criou a mania de me chamar de “Juninho”, apelido esse que se estabeleceu para a vida.

Como dito, minha infância se reflete em uma grande experiência de vida de um pesquisador. Durante toda minha infância, acompanhei meus pais em suas idas para as aldeias. Meus pais, desde sua juventude, trabalham com o movimento indígena junto a outras grandes lideranças indígenas, e até mesmo com instituições não governamentais que trabalham com a temática e movimento indigenista. Ouso dizer que viajei para a maioria das aldeias do Estado do Acre. Durante minha infância, conheci alguns antropólogos, uma profissão que sou apaixonado até os dias atuais; conheci muitas culturas, muitas etnias e reconheci a existência de outras línguas tradicionais indígenas. Esse processo desenvolveu minha visão sobre os povos indígenas. Mesmo sendo tão jovem, aprendi que existe diferença entre as etnias; elas não são iguais, como muitos pensam,

consciência essa que tenho desde pequeno, por meio dessas viagens às comunidades indígenas. Infelizmente, por ser muito novo, esqueci alguns desses momentos. Todavia, daqueles de que lembro tenho muito carinho, porque faz parte do meu desenvolvimento pessoal, e me ajudou desde pequeno a entender o que muitos ainda hoje não conhecem verdadeiramente, que são os povos indígenas do Estado do Acre.

Meus pais

Tenho o grande prazer de dizer que todos os meus irmãos, incluindo a mim mesmo, estamos em uma Universidade federal, o que é muito bom e expressivo, dado o número crescente de indígenas adentrando em Universidades públicas e particulares. Pode não parecer algo tão positivo ou “diferente”, mas a verdade é que cada um de nós encaramos dificuldades durante nossa trajetória como protagonistas de nossa própria história.

Aqueles que eu tenho a honra de chamar de pais, que são eles Toya e Gracinha Manchineri, foram os grandes responsáveis pela nossa educação, pela construção de um caráter social e político, determinando éticas e valores morais, sem que nos limitassem a outros conhecimentos. Meu pai nasceu no dia 8 de julho de 1968, nas extremidades do município de Sena Madureira, no Estado Acre, ousou dizer que meu pai vem de uma linhagem de liderança muito forte, já que meu Avó era líder em sua comunidade, tal título e encargo que meu pai abdicou para vir à cidade, usufruir de outros conhecimentos e experiências. Desde jovem, ele entrou no movimento indígena, construindo, assim, sua identidade. Reconhecido no âmbito nacional e internacional, viajou por muitos países, levando a temática indígena, representando grandes instituições em nível mundial. Minha mãe, nasceu no dia 17 de junho de 1967, no seringal Cajueiro, no município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, uma mulher guerreira que representa resistência e luta, assim como meu pai; feminista, que atua nos movimentos sociais de cunho partidário, sindicalista, indigenista, dentre outras qualidades e efeitos notáveis. Uma pedagoga e Mestra em Políticas Públicas que, desde jovem, adentrou o Movimento Social, ligado ao Partido dos Trabalhadores, onde construiu sua identidade, e assim integrou profundamente esse

ambiente social e político. Penso que minha mãe carrega um ideal político-social de se admirar: uma feminista que procura meios para uma sociedade igualitária, que não somente respeite, mas que reconheça o poder feminino como um movimento social e político, que está além de uma visão machista opressora. Atualmente ela é Secretária de Mulheres Estadual do Partido dos Trabalhadores.

Meus pais se conheceram posteriormente à redemocratização que ocorreu após a Ditadura Militar de 1964, por meio de movimentos organizados; participaram de um documentário que relata um pouco sobre como eles se conheceram, como ocorreu toda a trajetória de vida, até consequentemente se conhecerem, o casamento, a vivência nos movimentos sociais, os filhos que tiveram, ou seja, descreve todo um percurso solo e conjugal.

Meus avós

Meus avós paternos, começando pelo meu avô Jose Severino, conhecido em sua comunidade como “Zé Urias”, ressaltando que os nomes dados aos indígenas que nasceram durante o período da borracha no Estado do Acre, tiveram, em sua certidão de nascimento, nomes “civis”, não sendo considerado como nome os que tinham na aldeia; nasceu no seringal Petrópolis. Meu avô, Zé Urias, é uma grande liderança histórica para o povo indígena Manchineri e, também, para uma grande porcentagem de outras comunidades, afinal, desde sua juventude, ao lado de outras grandes lideranças das demais etnias, juntaram forças pelo direito indígena, boa parte dessa luta se reflete na constituição de 1988, onde os direitos étnicos indígenas foram assegurados por meio dos movimentos sociais indígenas, em vários âmbitos da sociedade. Minha avó, Maria Severino de Souza, é uma pessoa que marcou a vida de muitas pessoas, infelizmente não tive a oportunidade conhecê-la. Porém, por meio das histórias que meus pais contam, era uma pessoa que representava muita paz e tranquilidade, que faz falta na rotina de muitas pessoas, como meu pai. Ela faleceu no ano de 1993, por conta de um câncer de estômago. Era muito reconhecida por seu vasto conhecimento sobre a medicina tradicional, tendo relatos por parte dos meus pais para com meus irmãos, sobre seus feitos medicinais. Ela também nasceu no seringal Petrópolis.

Meus avós maternos, representam um pouco das pessoas que, da década 1950 até 1970, viveram nos seringais. Meu avô, chamado expedito, nasceu em Sobral, no Ceará. Durante a imigração de muitos homens que buscavam por uma vida melhor, meu avô foi deles que veio para o Estado do Acre, durante o período da borracha, onde conheceu minha avó, sua esposa. Teve suas experiências na seringa, retirando a borracha, vivendo daquilo para seu sustento, participando de vários embates com os povos indígenas por conta das demarcações e da extração da borracha, faleceu no ano de 2000, por conta de um problema cardíaco. Minha avó nasceu no município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, onde viveu junto de meu avô, tiveram 8 filhos. Minha avó, assim como uma grande parcela de outras mulheres que viviam em seringais como esses, tinha o trabalho em casa, que muitas vezes estava ligado a cuidar dos filhos, dentre outras coisas de casa.

Um pouco sobre meu povo

O povo Manchineri que no passado, era conhecido como “Yine”, que significa gente ou pessoa, é uma etnia indígena que se encontra nas extremidades e jurisdição dos municípios de Assis Brasil e Sena Madureira, na terra indígena Mamoadate, nas margens do rio Iaco, partilhando a terra com os Jamináwa, nesse vasto território indígena desde 1970, que, segundo pesquisas apontadas em um documentário chamado “Manxinerune Himatkale Pirana – MTA”, essas terras se estendem em 313.647 hectares.

Os Manchineri se encontram nas divisas territoriais de outros países como Peru, onde existe uma população de 4.000 indígenas Manchineri; na Bolívia, onde a população abrange 150 indígenas autodenominados Manchineri; e finalmente no território brasileiro, no Estado do Acre, onde atinge 937 indígenas, somando um total de 5.087 indígenas autodenominados Manchineri. Pertencem ao tronco linguístico Aruak. Ressalto uma importante informação relacionada às “variedades” de clãs que existem, como: Manchineri, Coxitineri, Rarauineri, dentre outros.

A cultura, a organização social e política, os saberes e espiritualidades são de cunho [origem] Manchineri. Para o povo Manchineri a terra é o nosso lar, a nossa fonte de existência e sabedoria,

reconhecendo-se propriamente como uma etnia que tem espírito guerreiro e coração pacífico. Segundo a cosmologia, somos parte da natureza, desde a criação do homem e universo. Devemos enfatizar algumas mudanças que ocorreram com o passar do tempo, devido à chegada do não-indígena às comunidades, que sofrem assim uma alteração em várias áreas, como espiritualidade, cultura, política, sociabilidade e economia.

Minha visão sobre os Manchineri

Depois de uma breve descrição sobre minha etnia, venho agora pôr em prática minha visão particular, daquilo que percebi e que vivi, convivendo com meus parentes Manchineri, em sua comunidade. A terra a que pertencço, como foi dito, se localiza na terra indígena Mamoadate, na aldeia extrema; lá tenho familiares e parentes sanguíneos próximos.

Gosto de apresentar minha comunidade como um povo receptivo, mas, a meu ver, todas as aldeias que estive enquanto criança, sempre foram muito receptivas... lembro-me de perguntar ao meu avô Zé Urias (grande liderança indígena para o povo Manchineri) sobre essa receptividade que os povos indígenas costumam ter em sua comunidade, seja para com outros “parentes” ou não-indígenas. A resposta que obtive naquele dia me surpreendeu de forma a refletir por muito tempo: “a receptividade e o tratamento que os povos indígenas têm para com não-indígenas ou indígenas pertencentes a outras etnias se dá por meio de uma visão que não discrimina, que não tem preconceito, que não tem racismo, mas vê todos como iguais, sem um ideal de inferioridade ou superioridade, procurando sempre uma relação de “harmonia e paz, respeitando as diferenças”. Posso dizer, sem hesitar, que os povos indígenas e suas lideranças carregam em sua luta e resistência, que são travadas dia após dia, uma sabedoria e um conhecimento tradicional que deve ser valorizado e reconhecido: temos muito a aprender com os povos indígenas.

Me atendo as músicas tradicionais Manchineri, mesmo não tendo domínio nenhum da língua referente a minha etnia, ainda assim procuro ao máximo aproveitar cada momento, cada instante, ouvindo essas canções que chamam a atenção, que nos prendem em sua melodia e sua história. Gosto de pensar, já que ainda preciso aprender

muito sobre meu povo, que isso se trata de uma conexão espiritual. Assim, essas canções, não somente me prendem, mas revelam um grau elevado de espiritualidade pertencente ao povo Manchineri.

Algumas narrativas Manchineri: *Tso'lati* e *A mulher e a cobra*

Nesta narrativa, são fornecidos elementos e fenômenos que alicerçam a fundamentação do universo e o pensamento Manchineri, o qual se conecta à organização social, política e cultural, de modo que contribui para o entendimento do modo de vida desse povo. Segundo o relato de Zé Urias Manchineri:

Tso'lati vive com fome. Até que, um dia, descobre sua verdadeira origem e quem era sua mãe. Começam as brigas, e os planos de vingança são executados pouco a pouco, contra aqueles que mataram sua mãe. Através de atitudes que pareciam brincadeiras, que as onças não sabiam imitar, seus irmãos matam todo o bando de onças. No meio da matança, *Tso'lati* se transforma em deus. Um deus que vinga a morte da mãe, que se torna exemplo de luta para os antigos, que para sobreviver fugiam dos inimigos. (Entrevista cedida por José Severino da Silva – Zé Urias Manchineri, a Soleane Manchineri, 2019).

Ao adentrarmos na narrativa, compreendemos que *Tso'lati* era diferente de seus parentes onças e ele acaba por descobrir sua verdadeira origem. Como sua mãe havia sido assassinada por animais – poderíamos relacioná-los como espíritos, visto que no universo indígena tudo é provido de espírito/alma. A história não afirma, mas provavelmente, as próprias onças cuidaram das crianças da mulher assassinada. Envoltas em uma atmosfera de brincadeira, a vingança foi aos poucos executada. Ela representa o limite entre falar e magoar outra pessoa, um atributo da personalidade indígena, do decoro. Sua personalidade misteriosa, dúbia, é precisamente indecifrável, assim como ocorre com suas narrativas.

A mulher e a cobra: dizem que tinha um casal morando nesta terra. Este casal tinha duas filhas solteiras; elas não podiam se casar porque não havia outras pessoas ou outro povo. Cada vez que o pai procurava alimento, todas

iam junto. Um dia, o velho foi mariscar rio acima, ia flechando todo tipo de peixe. Chegaram num lugar distante. As meninas vinham atrás, brincando na praia como de costume. A filha mais velha era mais gaiata. Mais ou menos meio dia, o sol estava bem quente, eles viram uma cobra no balseiro. Ela estava se aquecendo. A filha mais velha ficou parada uns minutos, olhando, e pensou: “se você fosse um homem, eu dormiria esta noite com você”. A moça não falou, apenas pensou. Meia noite, quando ela estava dormindo, sentiu uma mão passando nos seios dela. Então acordou e viu que era uma pessoa. Quando chegou a coragem, a moça perguntou-lhe: “– Quem é você?” Ele respondeu: “– Sou aquela cobra que, quando você ficou parada olhando para mim e falou ‘se você fosse um homem eu dormiria com você’, sou a pessoa que você quis dormir”. A moça lembrou que ela tinha pensado assim quando viu a cobra. Só que, naquele momento, não era uma cobra, era um homem verdadeiro. Ela aceitou passarem a noite juntos. E foi assim até que a moça ficou grávida. A cobra se transformava em homem e não havia diferença. O homem dizia para a moça para que toda manhã fosse ao porto. Ela fazia isso, quando chegava ao porto, encontrava muito peixe dentro da canoa. O homem aparecia somente pela noite e nunca se deixava ver. Os pais da menina não sabiam o que ela estava fazendo. Mas, com o passar do tempo, a barriga foi aparecendo, os pais perguntaram à filha. Ela disse que sempre estava chegando um homem e foi ele que a engravidou. Ela sempre saía em busca de frutas para comer, até que chegou a época de ganhar nenê; nasceu um menino. Quando a criança tinha três meses de vida a mãe começava a fazer atividades cotidianas da casa. Um dia, ela combinou com a irmã para irem buscar mandioca no roçado. Deixou o filho com a avó, dando conselhos para que não dormisse até ela voltar do roçado. A velha concordou. Quando a criança começou a chorar, ela colocou-a na rede, balançou e ficou cantando para o neto,

mas o sono atacou e ela dormiu na rede com a criança no seu colo. Quando a velha acordou, viu uma cobra no seu peito e a cabeça bem pertinho da sua boca. Com o susto, a velha jogou a cobra em cima do fogo. Quando foi caindo, a cobra se transformou em pessoa e começou a chorar novamente. Aí a velha teve pena dele e o tirou do fogo. Quando chegou a mãe da criança, deu carão em sua mãe e disse: “Eu falei para você não dormir”. Quando era mais ou menos seis horas da tarde, o pai da criança estava no caminho, chamando a sua mulher. Perguntando-lhe o que aconteceu com a criança. Ela respondeu que a mãe dela havia queimado. Daí o pai levou o filho. E a mãe começou a andar pelo mundo, encontrando muitos animais que falavam a mesma língua que ela falava.

Aqui termina a história, segundo os velhos que a contaram.

A trajetória de um jovem Manchineri

A minha trajetória escolar se inicia em uma escola chamada Nazaré Dourado, onde cursei a 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental I. Logo em seguida, fui transferido pra escola Theodolina Falcão Macedo, onde cursei a 3ª serie. Na 4ª serie, fui transferido pra Instituição de Ensino Instituto São José, onde fiz a 4ª serie. As memórias de meu Ensino Fundamental I são quase inexistentes em meu pensamento, memórias essas que, no momento, estão no meu subconsciente.

No ano de 2011, fui morar em Brasília, capital do Distrito Federal, junto com meus irmãos e meu pai; iniciei meu ensino em uma escola pública chamada CEF-05, de Brasília.

Algumas curiosidades que se revelam em desconhecimento e totalmente interessantes pra um pensamento mais crítico e até mesmo curioso é que durante a minha adaptação escolar em meu novo colégio, muitos me perguntavam da onde eu era, e quando respondia que era do Estado do Acre, muitos me perguntavam se eu sabia falar português, já que os mesmos acreditavam que o Acre não era território brasileiro.

Seguindo uma trajetória de inconstância em meu Ensino Fundamental I, no meu Ensino Fundamental II, isso mudara, visto que

cursei meu Ensino Fundamental II completo na escola CEF-05 de Brasília, onde me adaptei, fazendo novas amizades e conhecendo um lugar diferente, com características regionais distintas. Brasília foi para o meu ensino escolar uma ferramenta muito importante devido à educação, que ousou dizer ser “melhor” que a do Estado do Acre. O meu capital cultural, teoria fundamentada por Bourdieu, se enriqueceu de uma maneira expressiva.

Lá [em Brasília], tive a oportunidade de visitar museus, exposições artísticas, ver de perto um cenário político o qual não estava acostumado, como a Câmara e Senado Federal por meio de visitas escolares. Todo esse percurso está também fragmentado por várias experiências de discriminação e preconceito que sofri durante esse caminho, afinal a vida de um jovem indígena não é fácil, devido a uma onda de pressupostos e pensamentos que nascem de uma generalização e estereótipos que se fundamentaram com a ajuda de intelectuais do Século XIX, que trabalharam uma identidade nacional, excluindo os indígenas.

O ano de 2016 foi um tanto quanto corrido. Iniciei meu Ensino Médio (1º ano) em uma escola chamada Setor Leste, que ousou dizer ser uma das melhores escolas públicas do Distrito Federal. Durante o decorrer do ano, participei do Acampamento Terra Livre-ATL, movimento nacional, quando estive vendo debates de grandes lideranças indígenas, conhecidas em todo Brasil; participei das marchas e vi várias apresentações de variadas etnias indígenas. Certo momento de 2016, meus pais deram a notícia que voltaríamos para Rio Branco, já que o contrato que mantinha meu pai trabalhando em uma instituição governamental alemã acabara, e assim, minha mãe pedira transferência para voltar a trabalhar para o Estado do Acre.

Em agosto de 2016, foi a época que voltamos para o município de Rio Branco, no meu caso, voltei para a escola Instituto São José, onde percorri meu Ensino Médio completo. No mês de setembro, quando comecei a estudar definitivamente no São José, foi uma época de muita adaptação, não conhecia praticamente ninguém, passando por uma nova etapa, chamada socialização.

Tive a sorte fazer bons amigos durante minha adaptação em cada escola por que passei, tanto em Brasília, quanto em Rio Branco, amigos esses que levarei para vida toda com muito carinho.

No ano de 2017, iniciara o 2º ano do Ensino Médio, participei de um processo de seleção em minha escola para Jovem Aprendiz, período que foi de muito crescimento, mas de muita dificuldade em conciliar escola/trabalho. Estudava no Senai/AC, junto com uma colega de escola que, também como eu, participou do programa de seleção e foi chamada, fazendo o curso de Programa em Gestão, com a duração de pouco menos de 365 dias; aprendi muito sobre o ramo empresarial, sobre como ser um bom gestor, dentre muitas coisas. Durante dois períodos, estagiei na Escola São José, auxiliando tanto na coordenação como em outras áreas, como atendimento, recursos humanos, apoio aos alunos do Ensino Fundamental I. Infelizmente, quando estava próximo de terminar, desisti, por conta de uma pressão e um cansaço na conciliação entre deveres do programa de Jovem Aprendiz e como aluno do instituto São José, baixando gradativamente meu índice escolar, preocupando meus pais e a mim mesmo. Mas todo conhecimento adquirido durante esse processo ainda vive.

No ano de 2018 iniciei o 3º ano do Ensino Médio, onde representa, para muitos alunos, em sua grande maioria, a fase final de um processo escolar básico, o ano que faria o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para valer, a fim de passar pra um curso de Ensino Superior.

Durante minha trajetória estudantil, pensei em muitos cursos superiores, como: Direito, Filosofia, História. Mas, durante meu 3º ano, se solidificou em meus pensamentos uma vontade inexplicável de cursar psicologia, curso que, até os dias atuais, penso em fazer em algum período da minha vida. Por uma grande jogada do “destino”, não obtive resultado para poder passar em Psicologia na Universidade Federal do Acre, escolhendo minha segunda opção – Ciências Sociais, por meio das Ações Afirmativas-ABI (Cotas).

Ressalto que, durante os anos de 2017, 2018, foram anos que, consecutivamente, participei de um programa chamado Jovem Parlamentar Acreano. Relato, em uma produção textual, sobre essa experiência enriquecedora, que reflete os âmbitos sociais, políticos e econômicos, participando da Mesa-Diretora, e aprovando um projeto na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, uma lei de Ação Afirmativa, ligado às pessoas que detêm algum tipo de deficiência física ou mental, para que, de alguma maneira, por meio das empresas, venham ser empregados.

Quando adentrei o meio acadêmico universitário no ano de 2019, calouro de Ciências Sociais (ABI), passei por um grande processo de crescimento. Estamos falando de um novo momento, uma nova perspectiva, novas amizades, ou seja, uma “nova” realidade de adaptação para um jovem indígena que acabara de adentrar a Ufac, um ambiente que não estava acostumado, uma sensação de muita alegria, pois, entrar em uma Universidade Federal não é nada fácil...

Durante o andamento das atividades de “Boas Vindas”, participei de algumas palestras tanto sobre meu curso, quanto sobre a própria Ufac; questões mais técnicas, e de caráter institucional. Logo no início do semestre participei de um processo de seleção para entrar no PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas, havendo uma entrevista, para com os concorrentes as bolsas. Felizmente consegui entrar no Grupo PET, conhecendo jovens indígenas de outras etnias, havendo uma comunhão étnica de conhecimentos e culturas distintas.

Seguindo adiante, no mesmo ano, participei como monitor do Neabi e como Integrante do PET Indígena, no Acampamento Terra Livre, que teria sua primeira edição no município de Rio Branco, na Universidade Federal do Acre, reunindo lideranças, jovens e mulheres indígenas e até mesmo não-indígenas, como professores da própria instituição, acadêmicos da Ufac, e especialistas na temática indigenista. Foi um período de muito crescimento, podendo ver várias apresentações culturais, várias danças, músicas e línguas distintas. Infelizmente durante um dos dias, no horário de almoço, onde ocorria no Restaurante Universitário, tiveram relatos de acadêmicos que desrespeitaram boa parte desses povos indígenas que também almoçavam junto com esses estudantes, como comentários racistas, discriminatórios e opressores, que foram relatados ao Neabi, para, posteriormente, ser criada uma nota de repúdio para esses estudantes.

No segundo semestre, estive prestando monitoria voluntária para minha professora de Introdução à Sociologia, professora Dra. Márcia Meirelles, nas turmas de Engenharia Elétrica e Medicina. Na turma de Medicina, era ofertada a matéria “Tópicos e Pesquisas Bibliográficas”. Foi uma experiência muito boa; no caso, era turma de calouros de Medicina, que entrou no segundo semestre de 2019, onde, junto com uma colega de turma das Ciências Sociais,

aprendemos bastante sobre a metodologia de ensino, e brevemente sobre a vida de um professor. Na turma do 3º período de Engenharia Elétrica, era ofertada a matéria Tópicos Especiais de Humanidades, matéria que, segundo uma análise minha, seria a única matéria de “Humanas” que teria na grade curricular, já que é um curso extremamente voltado à área das Exatas. Na minha percepção, um olhar de um graduando em Ciências Sociais, essa matéria, se valorizada da maneira correta pelos estudantes, seria uma forma de ampliar sua visão do mundo dos cálculos, e de adentrarem uma realidade social, política e até mesmo econômica, aprendendo mais sobre as “Humanas”, ressaltando a importância da transição de conhecimentos, tornando-os mais capacitados para exercerem sua profissão.

Os dois semestres iniciais, para um calouro de Ciências Sociais, são um tanto quanto sistemáticos. Particularmente, vejo as Ciências Sociais como um curso que gera intelectuais que ajudam a ter uma compressão e entendimento mais profundo sobre os conhecimentos desse mundo. Durante todo o ano, é comum uma grande parcela de leitura sobre a área social, política e antropológica, mas sem deixar de procurar outras fontes de conhecimento, como a Filosofia e a própria Psicologia Social, por isso torna-se um curso que bebe da fonte do conhecimento de várias áreas de atuação; é inimaginável como as Ciências Sociais pode debater e se relacionar com outras áreas de conhecimento, ou seja, ela não se atém somente a ela.

Gosto de pensar que me adaptei rápido à vida de acadêmico, óbvio que não é fácil; se torna bastante corrido; existem obrigações e deveres para com a universidade. Mas, depois de um tempo de encaixe para com a rotina de um universitário, consegui participar de vários cursos, eventos, monitorias (como foi dito anteriormente) Centro Acadêmico e Colegiado de curso.

É notória a importância de expor um pouco sobre programas e organizações que atualmente participo. Primeiro, sou suplente no Colegiado Acadêmico de Ciências Sociais: no 2º período, concorri, junto com uma colega de turma, à suplência no Colegiado Acadêmico, posteriormente, obtendo a vitória e adentrando o meio acadêmico de transição entre aluno/professor, professor/aluno, papel fundamental para os discentes participantes do Colegiado de seu determinado curso.

Segundo, sou integrante do Centro Acadêmico, cujo nome da gestação é Cabanos (1835-1840), fazendo alusão a uma revolta social, juntando toda uma gama de oprimidos, como negros, indígenas e pobres, unindo-se contra o governo. Sou encarregado da função de Relações de Culturais; junto com meus companheiros, que têm suas determinadas funções, somos a representação dos alunos de Ciências Sociais de forma majoritária, procurando, a todo momento, ajudar e informar, enriquecer nosso curso, participar de debates sobre o campo acadêmico, e por se tornar uma gestão que faça uma intermediação dos alunos para com o corpo docente.

Terceiro, sou componente de uma instituição fundada inicialmente por meus pais, que se desenvolveu e veio a se tornar realidade, depois de uma longa jornada de aprendizagem (institucional). O nome dessa instituição é Manxinerune Tsihi Pukte Hajene (Matpha), que está traduzido na língua materna do povo Manchineri e significa, aproximando uma tradução, Indígenas em Contexto Urbano. Os vários integrantes que a Matpha possui são indígenas Manchineri que vivem em contexto urbano. Porém, é importante ressaltar que o trabalho que fazemos em nossa instituição se adequa, atingindo também as comunidades indígenas.

Durante a pandemia que vivemos, o trabalho que a Matpha desenvolveu e desenvolve tem ajudado gradativamente, tanto as comunidades indígenas quanto os indígenas em contexto urbano, procurando apoio e parcerias de outras instituições não governamentais que defendem e participam dessa luta pelos direitos e reconhecimento dos povos indígenas. Alguns desses trabalhos que a Matpha desenvolveu até o momento, foram distribuições de sacolões para famílias indígenas que estavam passando por dificuldades em plena pandemia (e passam devido a muitos fatores), confecção de máscaras para distribuição em vários municípios do Estado do Acre, emissão de testes rápidos para Covid-19, que foram fornecidos por meio da parceria com a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira – Coiab, participação em reuniões de cunho governamental para discutir sobre a situação dos povos indígenas na pandemia e procurar soluções na área da saúde, para atender às comunidades indígenas.

Existe um longo percurso até eu concluir definitivamente meu curso, estou apenas no 3º período de 8, uma jornada que vai durar

alguns poucos anos. Porém, tenho firme clareza de que, quando concluir, assim, finalmente tiver meu diploma de Cientista Social, planejo ir direto ao Mestrado na área de Antropologia, tendo preferência na UnB, e, se possível, pretendo iniciar meu Doutorado (especialização em Antropologia), assim que concluir o Mestrado.

O futuro carrega uma trajetória abstrata do amanhã... nunca sabemos o que pode ocorrer no nosso dia a dia; é para isso que servem as metas e objetivos, até mesmo sonhos. Claro que não se tornam imutáveis. Eles se adaptam àquilo que vivemos, aos nossos desejos, às mudanças que ocorrem sem que queiramos. Traçar objetivos e metas ajuda a nortear o que queremos no amanhã (em nosso futuro).

Meu maior desejo quando me tornar um pesquisador especializado em Antropologia, é poder viajar o mundo, conhecendo novas culturas, modos de viver e pensar, sociedades, línguas, indivíduos, conhecimentos que estão além da minha percepção.

Tenho um grande intuito de me tornar um escritor, poder passar em forma de leitura aquilo que vivi, expressar na escrita o que, muitas vezes, não expressamos nas palavras que saem da nossa boca, palavras que também podem mudar pensamentos solidificados por uma ideologia, gerando assim a manipulação desse indivíduo, grupo ou sociedades. Costumo dizer que o conhecimento é uma ferramenta que abre portas para dimensões cognitivas, sem o qual jamais chegaríamos. O conhecimento deve atingir a todos, mas esse mesmo conhecimento pode ser um instrumento de manipulação, quando gera desigualdade nos âmbitos sociais, políticos e econômicos.

Quero me tornar professor universitário depois que solidificar minha identidade e minha história para com meu povo (Manchineiri), para com os povos indígenas, para com as sociedades. Logos após essa solidificação, quero poder, novamente, ter a oportunidade de dar aula daquilo que sou apaixonado, que é a antropologia, levando aos alunos a “distribuição” do conhecimento de forma adequada e pedagogicamente; que venha gerar curiosidade, um pensamento crítico, maneiras de pensar independente; procurar formas de construir uma identidade e, acima de tudo, pensar e refletir. Reflexões geram pensamento, e esses pensamentos podem se tornar uma linha de pensamento, podem se tornar uma música, uma frase, uma dúvida, uma certeza, e coisas que estão além do que possamos pensar em pouco

tempo. Jamais deixe de refletir e pensar, são ferramentas que fazem parte do nosso dia a dia.

Uma pequena mensagem de motivação

Uma das ideias primordiais dos movimentos indígenas é a desconstrução de uma visão que se perpetua na sociedade brasileira desde muito tempo: uma visão que muitos de nós, indígenas e não indígenas, estamos “acostumados” a ouvir, como: “o índio está no passado”; “se não está na comunidade, não é mais indígena”; “volta pra aldeia, índio”; “os índios atrapalham o desenvolvimento”; “os índios são todos iguais”, etc.

Se, por um momento, nós traçarmos uma linha de semelhança e vivência entre jovens indígenas, e até mesmo entre aqueles que não são tão jovens, muito provavelmente iremos ouvir relatos de uma trajetória composta por preconceito, discriminação, racismo e até mesmo agressão, sendo ela, física ou verbal. Eu, como um jovem indígena, tenho a esperança e a fé de que outros jovens indígenas possam ler esse memorial, e até mesmo se identificarem com alguns pontos.

Que esse memorial possa, de alguma forma, ajudar na construção de sua identidade, assim como ajudou na construção do meu “ser”.

Venho, assim, procurar palavras que de algum modo, possam ajudar a vida de um jovem indígena, em sua motivação de permanecer, resistir e lutar, alguém que toda sua vida escolar se reflete em sofrer preconceitos e discriminações por pertencer a alguma etnia, devido à falta de (des)conhecimento que as pessoas têm para com os povos indígenas.

Uma das motivações que me faz resistir e lutar é a oportunidade, de em algum momento, poder contribuir com a luta dos povos indígenas, participar da desconstrução dessa imagem errônea, poder enriquecer cada vez mais minha etnia, (re)conhecer outras etnias, lutar pelas políticas públicas para com os povos indígenas e que venha a me tornar uma referência para muitos outros jovens.

Como ser humano, como pessoa, tenho meus desejos pessoais, que também me motivaram a continuar nessa luta e resistência. Ser indígena numa sociedade que tampouco não consegue diferenciar as etnias que se estabelecem em seus respectivos Estados e municípios é ser alvo de piadas, de preconceitos, de agressões, de desconhecimento

étnico, e, assim, se tornar um “estrangeiro” em sua própria terra (historicamente falando).

Tenho em mente que, futuramente, aqueles que estão lendo esse memorial, possam me reconhecer em algum outro momento de transição e crescimento, onde já terei contribuído para o movimento indígena, para o meu povo e para a minha família. Assim, que minhas “ambições” possam fazer parte dos seus objetivos e metas, como uma referência de luta e resistência, e muita contribuição para com os povos indígenas, para com a sociedade. Jamais desista. Seja a própria personificação de resistência. Torne-se um(a) jovem que almeje um grande futuro, e que esse futuro venha se tornar realidade, e que essa realidade seja composta por um crescimento, daquilo que costumo citar em alguns momentos, “crescimento de nossa humanidade”. Sem nossa “humanidade”, nunca poderemos mudar a sociedade.

A ideia principal é que jovens indígenas sejam protagonistas em sua própria história. Não é errado ter seus desejos pessoais, assim como eu tenho os meus, porém, imagino que é de demasiada importância que sua trajetória reflita no movimento indígena e na sociedade em que você convive, que cada um de nós possamos contribuir para o enriquecimento dos povos indígenas e do conhecimento tradicional, seja na área de Ciências Sociais, Economia, Educação Física, Engenharia Florestal, História, Direito, entre outros.

O importante é que, assim como aqueles que lutaram e que lutam até os dias de hoje, se orgulhem desse protagonismo, luta e resistência. Que todo esse processo venha se concretizar em nossa trajetória singular até atingir sua pluralidade.

MEMORIAL: TRAJETÓRIAS

*Ketlen Lima de Souza
Curso de Psicologia, Ufac
PET- Conexões de Saberes Comunidades Indígenas*

Meu nome é Ketlen Lima de Souza. Nasci na cidade de Rio Branco, estado do Acre, em abril de 1994. Minha mãe é paranaense, de alguma cidade do interior, se chama Maria Tereza Lima Domingos, e é funcionária pública; meu pai é indígena do povo Apurinã, nasceu na comunidade indígena, no Estado do Amazonas, município de Boca do Acre, seu nome é Antônio José de Souza. Atualmente meu pai mora lá, e participa da vida na aldeia. Ele é cacique.

Meus avós maternos são Maria do Carmo Lima e Pedro Domingos Sobrinho; ela é de Serra Talhada, Pernambuco, tem 79 anos. Meu avô já morreu faz algum tempo, uma década, de câncer de próstata. Ele nasceu no município de São José do Mipibu, Rio Grande do Norte. Esses dois juntos andaram meio Brasil até chegar ao Acre, na década de 80, no auge da pecuária no Estado. Meu avô dizia que se tornaria fazendeiro aqui. Morreu sem realizar essa façanha.

Meus avós paternos são Iracema de Souza e Miguel Oliveira. Minha avó nasceu e cresceu na aldeia, em Boca do Acre. Quando os pais dela morreram, ela e as irmãs decidiram morar na cidade, Rio Branco. Já faz 15 anos que ela morreu, como consequência da diabetes. Meu avô Miguel (marreteiro e tinha uma baleeira – barco que desce e sobe rios vendendo mercadorias, nessas descidas e subidas eles se encontraram) é branco, nordestino, dos olhos claros, ainda é vivo, mas com a saúde muito debilitada, mora em Boca do Acre e conta muitas histórias de sua juventude (quando iniciei esse memorial, ele ainda era vivo, morreu em novembro de 2020).

Nasci e cresci em Rio Branco, moro no mesmo bairro desde que era bebê. Eu entrei na escola com cinco anos, em 1998, na época Escola Estadual Jorge Felix Lavocat; passei os dois anos completos para alfabetização, o que eu lembro ser chamado de Pré I e II. Na mesma instituição, fiz o Fundamental I. Em 2004 terminava essa etapa e iria para o Fundamental II. Em 2005 fui transferida para a Escola Humberto Soares da Costa, mas fiz apenas a quinta série nessa

escola, porque cheguei a presenciar uma briga. No ano seguinte, fui para a Escola Doutor Mário de Oliveira, e terminei a oitava série. Em 2009 estudei os três anos do Ensino Médio no Colégio Estadual Barão do Rio Branco.

Nessa trajetória da Educação Básica, eu já representei o folclore produzido e reproduzido nas escolas: na quarta série fiz o papel da Vitória Régia numa peça de teatro, em comemoração ao dia do Índio. Já no Ensino Médio, ainda em função de representar uma mitologia, encenei uma sereia, Iara, para a feira escolar de final de ano. Um fato que eu lembro claramente, era sempre ser escolhida para isso por causa do cabelo, comprido, muito liso e escuro.

Imaginei que iria demorar mais para entrar no curso de Psicologia, isso me surpreendeu um pouco; da mesma forma que é um mundo novo, acontece muito rápido, correria para organizar a documentação necessária, não perder prazos e, enfim, esperar as aulas começarem.

Entre na Ufac em 2019, utilizei a cota na modalidade “cursado integralmente em escola pública e ter renda familiar de até um salário mínimo e meio”. A sensação é de muita alegria, até porque é a única universidade pública do Estado; isso tem tanto peso quanto prestígio, também tem muita curiosidade em saber como vai ser, o que vai se conhecer como conteúdo, tanto quanto pessoas. Esperava encontrar na Ufac linhas que reforçassem quem eu sou e me ajudassem a ser melhor a cada dia.

Não tenho experiência no movimento indígena, assim como não tenho experiência de vida em aldeia, porque já nasci na cidade, meu pai retornou para a aldeia depois que minha avó morreu, em 2005, e, a partir disso, ele reassumiu todas as questões que antes estavam adormecidas para ele. Nessa época eu tinha 12 anos e não entendia o que significava isso para luta e resistência dos povos indígenas. Considero hoje que ele retomou o que é seu, ele é cacique, viaja muito, representando o Povo Apurinã, esteve em muitas manifestações em Brasília e exerce outras atividades.

Não tenho experiência de vida em aldeia do meu povo, nem de outro povo. Fui à Boca do Acre apenas uma vez, para a formatura do Ensino Médio do meu irmão mais novo, na qual fui madrinha dele. Nessa ida até lá, demos uma volta de carro, quando meu pai apontava os lugares e dizia seus nomes. Chegamos na beira do rio

Purus, onde o rio Acre desemboca: é uma paisagem bonita. Mais à frente, do outro lado do rio Purus, fica a Camicuã, aldeia Apurinã. Na base do barranco tinha muitos barcos de vários tamanhos... mesmo pedindo, meu pai não nos levou.

Penso que no futuro serei uma pessoa melhor do que sou, serei também mais livre do que estou. As experiências de vida, sejam elas quais forem, tristes ou alegres, nos transformam de qualquer jeito. Com o tempo, vamos aprendendo a lidar melhor com as decisões e resultados; o aprendizado da vida faz a gente crescer, particularmente, a Psicologia já contribui demais para esse processo transformador.

Atualmente penso com frequência em fazer o Mestrado em Linguagem e Identidade, por ser algo próximo, bem como dialoga em alguns pontos com a Psicologia Social, com a qual me identifico, por ser dentro da Ufac; considero que ministrar aulas seria uma experiência futura agregadora.

Originalmente o povo Apurinã ocupava toda a extensão do rio Purus e seus afluentes. Atualmente, a maioria se concentra na região do Médio e Baixo Purus, que corresponde ao Sul do Amazonas, até o Estado de Rondônia. Este povo possui Terras Indígenas demarcadas. Contudo, ainda luta por outras partes da sua terra que não foram incluídas em processos anteriores. Soma-se a isso a luta constante contra invasões de fazendeiros e madeireiros que, desde da posse do presidente Bolsonaro, tem piorado.

O contato com os brancos se deu de forma definitiva durante a exploração da borracha. Por volta de 1870 acontece o primeiro surto da borracha. O descobrimento desse “produto”, altamente rentável pelo mercado internacional, fez milhares de pessoas migrarem para essa região. O que a levou apenas em 10 anos a alcançar o caráter de região “civilizada”. O segundo ciclo da borracha aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, pois o Japão detinha os seringais da Malásia sob domínio. Um acordo entre Estados Unidos e Brasil transportou 50 mil nordestinos para a Amazônia.

O Serviço de Proteção ao Índio tinha um posto no rio Seruini, o posto Marienê, que foi fundado em 1903, depois das mortes de aproximadamente 40 Apurinãs e 7 seringueiros. Nos primeiros anos, este posto foi considerado um sucesso, pela quantidade de produção e pela quantidade de indígenas que reunia, além, claro, do objetivo de

“inseri-los” na sociedade “civilizada”, tornando-os “úteis” ao país (segundo a política do SPI da época). O posto marca um período relevante na memória e história dos Apurinãs, que, contudo, é envolvido com corrupção, exploração, violência e mortes. Hoje essa área é demarcada como Terra Indígena Seruini-Marienê.

Na década de 1970, evidenciou-se muitas lutas sociais; dentre elas estava o fortalecimento do movimento indígena pela luta de suas terras. Para os Apurinãs no município Pauini significou a resistência contra o projeto da prefeitura, de passar uma estrada por suas terras. Outro conflito foi com a madeireira Manasa que envolvia a foz do rio Seruini e partes da Terras Indígenas Tumiã e Guajahã, que levou à aceleração do processo de demarcação da última. A empresa Agro Pastoril Novo Horizonte ou Zugmann esteve em conflito com Apurinãs dentro da TI Seruini-Marienê, em que um líder foi morto e outros ficaram gravemente feridos.

Das narrativas Apurinãs considero interessantes as que relatam sobre várias terras. *Tsura*, o que corresponde a um deus criador, o qual criou muitas terras como: *atokatxu*, terra do sol; *kasyry*, terra da lua; *axãtaru*, terra de onde vieram os índios, na direção da “estrela das seis horas”; *mepa*, terra de origem, na pedra. *Kopa* é a terra “de cima”, onde mora o próprio *Tsura*. O rio Purus esconde uma terra. Debaixo dele existe uma cidade de encantos que ora são pessoas, ora são animais (cobras, onças). Entre tantas terras, três considero as mais importantes: *kairiko*, casa de pedra; *yputuxite*, terra sagrada; e *kamaraneruxutu*, terra que morre. Os pajés seriam capazes de transitar por essas terras, e quando morrem em *kamaraneruxutu*, a terra de transição, que é a única em que existe morte, eles vão para outras em que podem ser imortais.

Assim como em outras sociedades, que possuem narrativas fundadoras que explicam a origem do mundo e das coisas que o cercam, os Apurinãs igualmente possuem cosmologia própria, que explica tais fenômenos. Em particular, as terras mencionadas por último se parecem com o mesmo esquema céu-terra-inferno da cultura ocidental cristã, sendo esta terra em que vivemos uma transição, onde a morte é inerente.

As narrativas das terras dão sentido de como são as coisas ao redor do ambiente em que vivem, e como elas se conectam espiritualmente

ao espaço, estabelecendo ordem ao caos, usando linguagem socialmente dominante.

Cada pessoa é única, e a construção de ser realmente aquilo que se quer perpassa toda uma vida. A nossa formação enquanto ser humano tem base em quem somos e de onde viemos e no despertar da consciência de que devemos nos colocar no mundo como agentes de transformação.

Para muitos dos jovens indígenas conseguir adentrar o espaço universitário é missão de vida, defesa de seu povo e da ancestralidade que essa sociedade capitalista tenta destruir por muito tempo, mas que nunca chegou de fato a conseguir. Porque de muitas heranças que nos foram dadas, a resistência faz eco por mais tempo do que podemos compreender. Seja qual for o espaço que conquistamos e iremos conquistar, ele nos pertence como a qualquer outra pessoa, e quem nos define somos nós mesmos.

Referências

APURINÃ, Francisco. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos**: os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas. Tese Doutorado em Antropologia Social - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília [s.n], p. 50-60, 2019.

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho**: histórias apurinãs. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP [s.n], p. 53-143, 2004.

AMPLIAÇÃO DA VISÃO DE MUNDO APÓS INGRESSAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

*Quéren Souza de Castro
Curso de Letras Francês, Ufac
PET – Conexão de Saberes Comunidades Indígenas*

Eu sou indígena, aluna e petiana Quéren Souza de Castro; faço parte do grupo PET - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre (Ufac). Nasci em 28 de julho no ano de 2000, na maternidade Bárbara Heliadora, que se localiza em Rio Branco, capital do Estado do Acre. Desde então, moro com meus pais: José Braga e Alzenira dos Santos. Meu pai não é indígena. É formado em Teologia e é autônomo. Minha mãe é indígena. Ela não concluiu seu Ensino Básico e é dona de casa. Ela não chegou a morar na comunidade juntamente com nossos outros parentes, mas mantém contato com eles por meio das redes sociais, assim como eu. Meu avô, Francisco Alves, nasceu na Aldeia Rodrigues Alves, município de Assis Brasil do povo Manchineri. Minha avó, Antônia Vieira, nasceu na cidade, em Rio Branco, Acre. No período do casamento dos meus avós, meu avô, que, inclusive faleceu há quase quatro anos, morou na cidade apenas enquanto era casado com a minha avó, que não era indígena. Eles tiveram cinco filhos durante o casamento. Todos eles desde sempre, moram na cidade. A custódia ficou para minha avó. Meu avô voltou a morar em sua comunidade. Ele era considerado uma pessoa muito importante para o seu povo, carregava consigo a cultura e preservava todos os costumes e conhecimentos. Na minha infância, o visitei pouquíssimas vezes aqui na cidade. Ele só vinha para Rio Branco resolver assuntos que não podiam ser resolvidos no município que se localiza perto da comunidade.

Desde sempre, morei em Rio Branco. Toda a minha educação escolar foi feita em instituições públicas que se localizavam perto da minha casa. Apenas o 2º e 3º ano do ensino médio fiz em outra instituição de ensino. Meu ensino infantil foi feito na creche Eufrosina Silva de Oliveira, no bairro Alto Alegre. Meu ensino fundamental

foi realizado na escola Joelma Oliveira de Lima, e na escola Prof. Pedro Martinello, que se localizam no bairro Montanhês, onde cursei meu primeiro ano de ensino médio. Porém, em 2015 consegui uma vaga de emprego como Menor Aprendiz. Em 2016, me transferei para um colégio perto do meu trabalho, que se chama Barão do Rio Branco, se localiza no centro da cidade. A conclusão do meu segundo e terceiro ano foi nesta mesma escola.

Naquele período da minha vida, não tive a oportunidade de estudar em escolas particulares e nem condições para pagar Pré-Enem, para poder me preparar melhor para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). A realidade da precariedade do ensino público brasileiro é lamentável. Me deparei com várias dificuldades de aprendizagem durante o ensino médio. Me dediquei muito nas matérias, para eu poder fazer uma pontuação boa. Mas não foi suficiente. Não consegui ingressar na faculdade no ano seguinte, após o término do meu ensino básico.

Entre na Universidade Federal no ano de 2019, por Ações Afirmativas através da Cotas para Indígenas. No momento, estou no meu 3º período do curso em Licenciatura Letras - Francês. Ampliei minha visão de mundo assim que ingressei na Universidade. Boa parte dos meus professores motivou a turma mostrando meios de se incluir no mercado de trabalho a partir do curso que escolhemos. No início, tinha noção das dificuldades que enfrentaria para conseguir desenvolver meus trabalhos, atividades, apresentações, a partir da exigência dos professores. Como meu curso envolve uma língua estrangeira, desde o início, me esforço bastante para o aprendizado dela.

Antes do meu ingresso na faculdade, não tinha noção/conhecimento a fundo da resistência/sobrevivência dos indígenas, desde a colonização até os dias atuais. Em 2019 participei de um processo seletivo para ingresso no PET, e no início do ano de 2020, me incluí no Programa e percebi a importância do movimento indígena e o quanto é necessário a continuidade de nossos povos.

Através do desenvolvimento do meu primeiro projeto e artigo científico, pude perceber a necessidade de pessoas que defendam o movimento indígena e procurem encontrar políticas afirmativas para a permanência dos indígenas dentro das aldeias e dentro do meio social (onde são bastante discriminados).

Ainda não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente meus parentes, nem a cultura do meu povo Manchineri. Meu primo em 2º grau, conhecido como Sabá, convidou eu e minha irmã para visitarmos a nossa comunidade esse ano de 2020. Porém, devido à pandemia por causa do contágio da Covid-19, essa ida foi cancelada. Infelizmente, ainda não estamos em circunstâncias para nos locomovermos em segurança. Mas, assim que surgir a oportunidade, visitaremos.

Após minha conclusão do curso, pretendo fazer mestrado, para ter uma especialização melhor na área que estou cursando: Letras. Os benefícios que a universidade me proporciona por eu ser indígena me fizeram perceber que é necessário me incluir e ajudar minha comunidade em atividades que podem resultar em auxílio em questões pessoais ou coletivas.

O meu povo Manchineri mora no município Assis Brasil, região Sul do estado do Acre. Como eles são divididos em clãs, ocupam a Terra Indígena (TI) Mamoodate, TI do Seringal Guanabara, no São Francisco e no Macauã. A aldeia Rodrigues Alves, à qual minha família pertence, fica ao redor do rio Iaco, onde a nascente fica no Peru. Tem início no Igarapé Mamoodate e vai até os limites do Brasil com o Peru.

Vou deixar aqui uma narrativa, que está disponível no site Programa Povos indígenas – parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA), que é rica em mostrar a cultura e costumes do meu povo. O filho de um famoso pajé Manchineri diz assim:

Tinha o Karrunhotí. Ele ia sozinho na mata tomar cipó. Ia só e com quem ele ia curar, na mata pura. Atava uma rede nas árvores e tomava. No dia seguinte o sujeito estava bom. E num ia mulher de jeito nenhum. Ele era o mesmo que o Tuxau [o chefe político], ele era mais que o Tuxau. Ele conhecia outras coisas diferentes do Tuxau. Ele colocava a rede, começava a cantar, e quando chegava a hora, ele dizia “chega aqui”. Aí chegava o que estava doente, o que ele podia tirar, pegando assim, ele tirava, o que num podia ele chupava. No outro dia estava bonzinho. Ele mostrava o que ele puxava. Karrunhotí matava. Quando tinha uma morte, vingava mesmo. Eles brigavam entre eles, porque um queria ter mais poder que

o outro. Ele fazia assim antigamente. Meu pai contava assim. Diz que ia caçar, um tio, um sobrinho, ele mandava onça acompanhar. Aí se perdia, a onça aparecia e dizia “não, o caminho é bem aí!”, a onça contava. Trabalhava pelo Karrunhotí. Meu pai cantava, cantava sozinho assim (CHARUTO, filho de um famoso pajé Manchineri, Ananias Batista).

Nesta narrativa, Charuto explica como o sujeito chega a realizar técnicas xamânicas (conjunto de práticas e crenças mágicas do xamã), uma delas é o encontro com algum ser sobrenatural, um exemplo disso, é o Caboclinho-do-Mato (um índio que tomou muito cipó, se transformou em encantado, assim, transportado para o mundo espiritual sem morrer), um homem pequeno que vive na mata. Ele é incumbido por controlar o quanto se pode ou não caçar. Os ensinamentos, geralmente, são feitos em sessões de ayahuasca, pois é considerado perigoso o encontro em estado consciente com algum ser.

Agora deixo uma breve mensagem para você, universitário(a) ou futuro universitário indígena, que está lendo meu memorial. Espero que tenha tido a oportunidade de vivenciar momentos incríveis juntamente com seu povo. Espero que o seu futuro acadêmico esteja interligado à colaboração em ajudar seus parentes, que não tiveram a chance de estar onde você está. Busque conhecer sua cultura, a cultura de diversos povos, não apenas povos indígenas. Dessa forma, saberá que existem várias comunidades na luta diária ao combate contra o racismo e perseguição. Defenda o seu povo e tenha orgulho de onde você veio: “Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com a sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (KRENAK, 2020). Tenha discernimento e objetivos no decorrer da sua graduação, não apenas como aluno, mas sim como um aluno indígena à procura de oportunidades construtivas para o seu desenvolvimento intelectual, mas nunca abandone ou se esqueça de suas raízes. E se não teve a oportunidade de conhecer ou vivenciar momentos incríveis nas aldeias, procure conhecer, procure ser mais proativo, acredito que será uma experiência incrível.

Referências

ISA. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. Santa Catarina: Departamento de Antropologia Social da UFSC, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

O QUE A UNIVERSIDADE FEZ PELA MINHA ACEITAÇÃO DE IDENTIDADE?

Bruna Mendes Mendonça
Curso de Jornalismo, Ufac
PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas

Sou Bruna Mendes Mendonça. Nascida de última hora, em Ariquemes, interior de Rondônia, mas registrada e criada em Rio Branco, Acre. Sou filha de Adma da Costa Mendes, vinda de Manuel Urbano, e Christian do Nascimento Mendonça. Minha mãe, com idade inferior da que tenho hoje, mudou-se para a capital em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho, devido à limitação do interior, em meados da década de 80.

Tudo que aprendi durante o meu crescimento sobre minhas origens, veio de minha mãe e meus avós maternos. A família Mendes, de minha mãe, é muito grande – vinda de várias partes do Estado. Minhas etnias indígenas vêm da parte da família dos meus avós, vindos do Alto Acre, posteriormente mudando-se para Manoel Urbano – onde nasceram minha mãe e tios. Todos trabalharam por muito tempo nas seringueiras e extração de borracha, fato que, historicamente, ocorreu no século anterior, com o povo Kaxinawá vindo trabalhar nas atividades extrativistas, em meados de 1800.

Quando criança, por algum motivo, eu não me sentia à vontade quando alguns primos e minha mãe me chamavam de “índia”. Nunca consegui entender. Talvez fosse a questão da aceitação de identidade. Depois que me tornei acadêmica da Ufac, fiquei mais próxima a cursos e oficinas de estudo na Antropologia Indígena, contando também com muitas conversas com o professor e antropólogo Leonardo Lessin, docente do curso de Ciências Sociais. Assim, ficando conhecendo e me aprofundando mais sobre minhas origens, hoje tenho muito orgulho de quem sou e de onde vim.

Durante todo meu crescimento, tanto como pessoa, quanto como acadêmica, meu tutor sobre minhas origens foi meu avô Raimundo Nonato da Costa (*in memoriam*)*, nascido e criado no

* Este memorial foi finalizado após o falecimento do meu avô, vítima de Covid-19, em 01 de janeiro de 2021. Deixo-o em sua homenagem, por tudo o que me ensinou.

povo *Kaxinawá*, em Tarauacá. Ele sempre me contou como o povo gostava de deitar em redes de cipó, dançar e tomar a tradicional bebida *ayahuasca*, a qual ainda não tive a oportunidade de experimentar. Ele sempre trabalhou muito. Não teve a oportunidade de ser alfabetizado. Era queimado de sol da mata. Mais nova, eu o ensinei o alfabeto. Depois de um tempo, ele aprendeu a ler um pouco e a escrever seu próprio nome. Não cheguei a ter a vivência em minha etnia, foi somente pela minha família e histórias de meu avô. Contei a ele sobre minhas atividades na Universidade e o quão ansiosa estava para desenvolvê-las e sentir de perto toda aquela vivência que ele teve e dormir em uma rede de cipó.

Sempre estudei em escola pública na cidade de Rio Branco. Minha mãe, me criando sozinha, sempre fez o possível para dar a mim o melhor. Sempre me disse que só crescemos estudando e trabalhando. Tive uma ótima educação infantil na escola Menino Jesus. Saindo desta, passei por outras escolas públicas, até firmar-me no Instituto São José, instituição filantrópica, na qual demorei 2 anos para conseguir uma vaga. Estudei do 8º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Neste ano, que é onde temos que “decidir” o que vamos fazer da nossa vida acadêmica, uma professora de português perguntou-me o que eu queria fazer, e respondi que queria cursar História, e ser uma pesquisadora. Não sabia a diferença de uma licenciatura e bacharelado na época. Então, pesquisando e estudando, vi que para ser pesquisadora eu precisava de um diploma bacharel.

A área de trabalho me preocupava um pouco, mas estudando a fundo, vi que além da graduação, poderia ir além e cursar um mestrado e posteriormente, um doutorado. Me firmei nessa ideia e segui. Concluí o ensino médio em 2015, e fiz a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Percebi aí que estava tendo uma certa dificuldade com a prova, mas confiei e garanti que tudo daria certo. Início de 2016, veio um baque: não obtive nota o suficiente para o curso de História bacharelado, nem mesmo em cotas, considerando que a nota de corte não era alta. Não consigo expressar a frustração que eu senti na época. Eu seria uma das primeiras da minha família a ingressar na federal.

Quase desisti aquele ano, mas persisti e tentei novamente. Neste

mesmo ano, 2016, tive um diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) já em estado crítico. Mesmo com isso e tanta dificuldade, consegui ingressar através da cota de Candidatos com Deficiência no curso de Letras – Inglês. Apesar de professores de excelência, não me identificava com o curso. Não era o que eu buscava. Porém, foi neste curso que conheci o programa no qual sou bolsista hoje: o Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas.

Saí do curso antes de me tornar bolsista, migrando para o curso de Comunicação Social/Jornalismo, onde eu poderia desenvolver atividades de pesquisas documentais sobre os povos indígenas. Em 2019, surgiu a oportunidade de aprofundar mais meus estudos de antropologia, participando do edital da bolsa do PET. Consegui ficar como voluntária, mesmo não tendo desenvolvido muitas atividades naquele ano. Em 2020, finalmente consegui ser bolsista, porque contei com muitas ideias e orientações do coordenador do PET, o professor Selmo Apontes. Infelizmente, por conta da Covid-19, não pude fazer pesquisas de campo do meu interesse, devido às restrições e riscos.

Tive a oportunidade de participar, em Brasília, no ano de 2019, do 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas. Conheci povos indígenas de outras partes do Brasil, fora o Norte e outros países, como México, Peru e Equador. Percebi que os povos são unidos e a cultura é muito forte. Mesmo a mim, uma descendente vinda de um Estado onde a cultura também é forte, senti um grande impacto com a grande diversidade para com as etnias indígenas e como elas vêm crescendo. Conheci neste congresso um amigo maravilhoso, natural da etnia Nauá, em Mâncio Lima, interior do Acre, seu melhor amigo é o audiovisual e uma câmera. É ex-aluno da Ufac, mas formou-se em Jornalismo pela Universidade Federal de João Pessoa. Hoje faz mestrado em Antropologia pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro. E ele é um exemplo que sinto muito orgulho, por vermos o quanto longe nós indígenas conseguimos chegar.

Posso dizer que todas essas experiências que vivi até o momento em minha vida me ajudaram nesse processo, que foi o florescer da autoaceitação da identidade indígena que carrego comigo. Não digo que foi um processo rápido, mas sim que foi construído durante todos esses anos, desde o momento que você tem contato com as suas

raízes, vivencia aquela situação de familiarização com toda essa cultura, sabendo que todas as suas origens estão diretamente ligadas a isso, como um laço que permanece vivo nas próximas gerações.

Sei que não sou a única que passa por isso, pois em um país tão diverso culturalmente como o nosso, o reconhecimento da identidade do nosso povo deve ser valorizado para que cada vez mais surjam histórias como a minha.

Você, jovem universitário que leu até aqui, esta é a mensagem que deixo para vocês, e nós indígenas: valorizem a educação. Lute e persista sempre, mesmo quando a vida acadêmica tiver difícil, continue. Nós chegaremos longe.

**TEXTO SOBRE O PERFIL DO
PET INDÍGENA 2010-2020**

PERFIL DOS PETIANOS CONEXÕES DE SABERES COMUNIDADES INDÍGENAS 2010-2020

*Selmo Azevedo Apontes,
Tutor PET - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas
Itamar Miranda da Silva,
Diretor do Centro de Educação, Letras e Artes*

Introdução

No ano de 2018, foi publicado pela editora Nepan um livro intitulado *Atualizar o mito: práticas indígenas na universidade*, elaborado pela primeira Tutora do Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas, da Universidade Federal do Acre, Célia Collet, em conjunto com 7 ex-petianos: Alana Manchineri, Alessandra Manchineri, Jeferson Saady, Miguel Silva, Pâmela Apurinã, Soleane Manchineri e Wendel Manchineri. O livro é o registro dos primeiros petianos do PET interdisciplinar, que agrega estudantes universitários de vários cursos e que são indígenas.

Em 2020, foi publicado pela editora Pólen, outro livro intitulado *Tetã Tekoha*, contando um pouco a história de estudantes indígenas na Universidade Federal do Paraná. Através de seus relatos, conhecemos um pouco sobre suas culturas, os processos de identidade e resgate étnicos, tudo isso confrontado com o ambiente universitário. Os livros citados (de 2018 e 2020) trazem memoriais dos acadêmicos indígenas, relato de algumas das atividades executadas por eles, em forma de breves artigos e reflexões. Esses livros são importantes para se conhecer como estão os processos de entrada e de permanência na tão sonhada universidade; para termos relatos em primeira pessoa e em primeira mão de como foi o percurso dos universitários indígenas até chegar ao ensino superior e suas labutas para o enfrentamento da permanência com qualidade nos cursos pretendidos.

Nesse texto, abordaremos uma descrição do perfil dos estudantes universitários do PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas, do ano 2010 até 2020. O objetivo é conhecer quais são as etnias atendidas, a distribuição por gênero e por curso matriculado, para verificar o perfil do PET Indígena da Ufac.

A base de dados utilizada foi disponibilizada no sistema SigPet,

de acesso pelo Tutor, com informações básicas, necessárias para esse texto. Os dados foram organizados em tabelas e depois, sua visualização em gráficos. A distribuição será por nome dos bolsistas atendidos, seguidas das 3 referências já citadas: etnia, gênero, curso. Algumas vezes, serão agregados dois anos ou mais, tendo em vista que se mantiveram os mesmos perfis. Outras vezes, por falta de dados no próprio SigPet, teremos apenas informações básicas de integrantes temporários. A distribuição do texto seguirá um percurso anual, desde 2010 até 2020, finalizando com algumas reflexões sobre os perfis dos acadêmicos indígenas, e palavras finais.

1. Perfil dos petianos de 2010 a 2012

O Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas possui a característica interdisciplinar, pois não funciona como outros PETs, que são específicos de um determinado curso. Como a característica é para o atendimento de um perfil específico – acadêmicos indígenas, de diversos cursos, sua organização é realizada de modo a atender as especificidades de cada estudante universitário indígena em seu respectivo curso.

Como dito em outro texto nesta mesma coletânea (*De Conexões de Saberes à PET*), a professora Célia Collet, da Ufac, realizou um projeto e o submeteu ao Edital 09/2010 MEC para concorrer ao chamado para criação de novos grupos PET, agora, com o diferencial de ser *PET – Conexões de Saberes*, e de ser na temática das *Comunidades Indígenas*, o qual foi aprovado. Depois, houve a realização de um Edital na Ufac para que estudantes universitários indígenas concorressem a uma vaga. Foram selecionados 5 estudantes universitários indígenas, especificados e demonstrados em uma tabela por ordem alfabética.

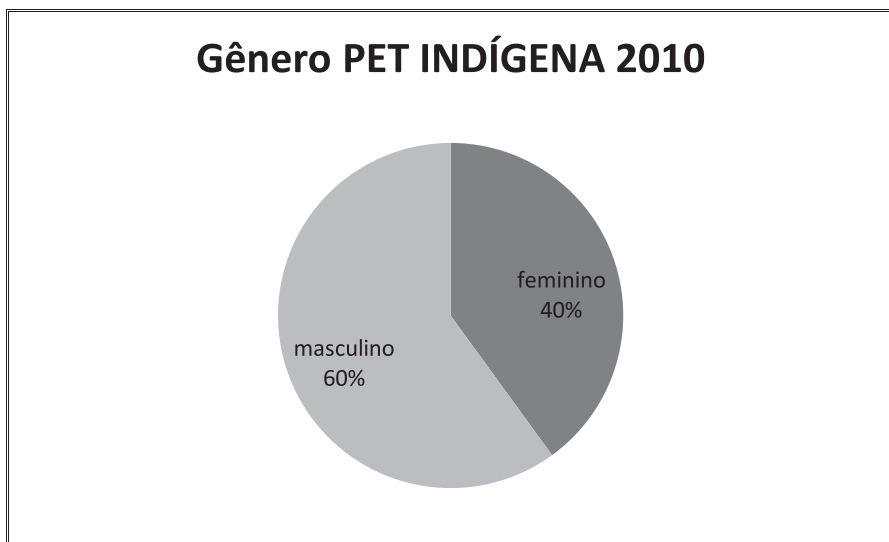
Tabela 1 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2010.

	Petianos
1.	Alana Keline Costa Silva Manchineri
2.	Jeferson Saady Maciel Junior
3.	Josivaldo Josias de Souza
4.	Soleane de Souza Brasil Manchineri
5.	Wendel Ricardo Souza Brasil

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Os dados da tabela 1, bem como das demais a serem apresentadas, serão visualizados também através de gráficos, detalhados por Gênero, Etnia e Cursos.

Gráfico 1 – Gênero PET Indígena, 2010.



Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

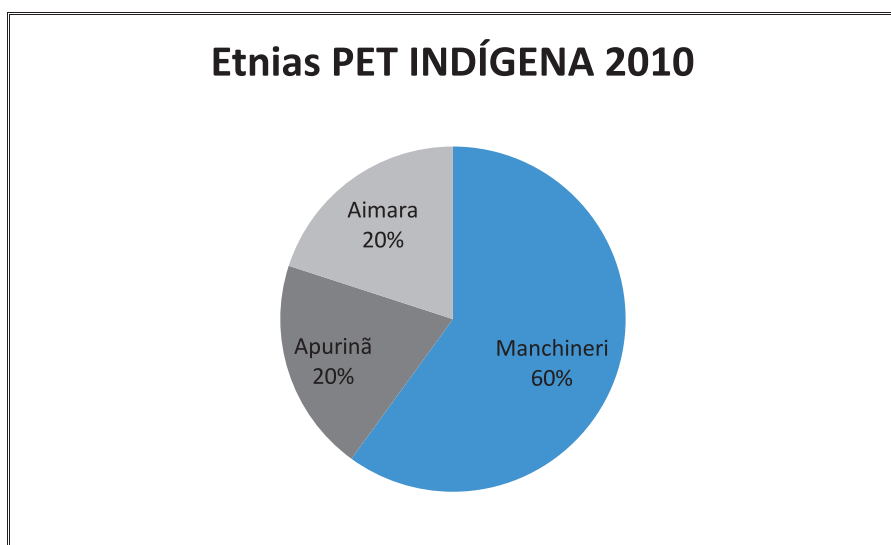
Verifica-se, no Gráfico 1, que na abertura do PET Conexões de Saberes, houve um perfil maior de estudantes universitários indígenas do gênero masculino, 3 pessoas – 60%. As estudantes universitárias indígenas do gênero feminino eram 2 – 40%.

Vejamos as primeiras etnias do Programa:

As primeiras etnias a entrarem no PET Indígena foram: Manchineri,

Apurinã e Aimara. Manchineri teve 3 pessoas (60%), Apurinã e Aimara, 1 pessoa (20%), cada. Interessante destacar o fato de que logo no primeiro perfil das etnias atendidas verifica-se a participação das duas primeiras etnias: uma da cabeceira do rio Acre e Iaco e outra do Purus, resultando em uma concentração maior hoje em dia na região amazônica, as quais pertencem à família linguística Arawak. Há ainda um representante da Etnia Aimara, que é um povo transfronteiriço, situado principalmente na Bolívia e no Peru, mas também estão no Chile e Argentina.

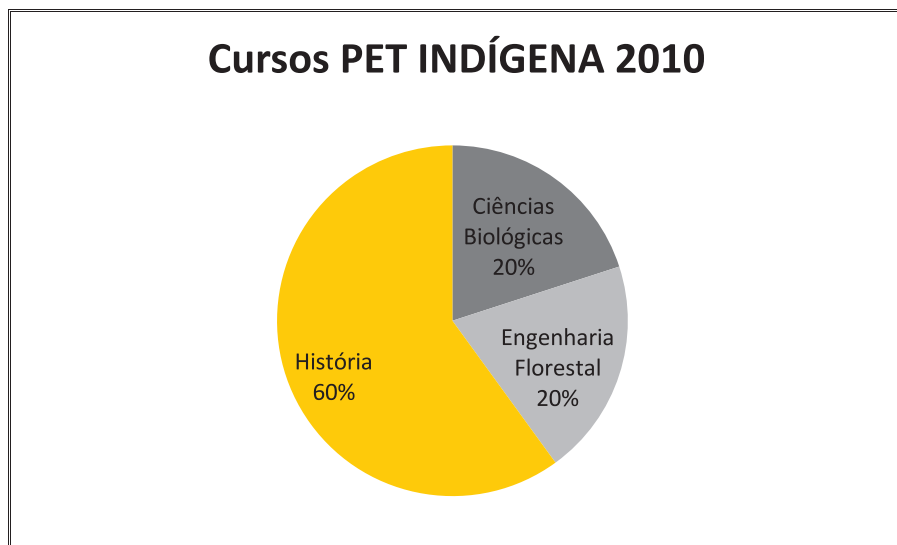
Gráfico 2 – Etnias PET Indígena, 2010.



Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação aos cursos frequentados, 60% dos integrantes do PET Indígena estavam cursando História, 20% estavam cursando Ciências Biológicas e o percentual restante (20%), Engenharia Florestal. Então, houve uma boa representação dos petianos nos cursos das áreas de Humanas, Saúde e Engenharias.

Gráfico 3 – Gênero PET Indígena 2010.



Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Vale enfatizar que o perfil desses 5 primeiros petianos indígenas permaneceu o mesmo até o ano de 2012, com apenas uma diferença em 2011 – no sistema do SigPet apareceu, por apenas um mês de registro, os seguintes nomes:

Tabela 2 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas 2011.

	Nome
01	Lucas Artur Brasil Manchineri
02	Aldenire dos Santos Souza

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Como não houve a continuidade dos dois integrantes (Tabela 2) no próprio SigPet, então não serão contabilizados esses dois perfis de petianos.

2. Perfil dos petianos do início, em 2013

Em 2013, foi somado mais dois petianos, passando a serem 7 integrantes. As duas novas entradas foram de estudantes Apurinã e

Guarani Mbyá. No entanto, dois integrantes que estavam desde o início, ficaram no programa até fevereiro e o outro, até agosto. Mas, para registro anual, serão contabilizados para o perfil.

Tabela 3 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2013.

	Nome
1.	Alana Keline Costa Silva Manchineri
2.	Jeferson Saady Maciel Junior (AGO)
3.	Josivaldo Josias de Souza (FEV)
4.	Miguel Jorge Martins da Silva
5.	Pâmela Hingrid de Souza F. Apurinã
6.	Soleane de Souza Brasil Manchineri
7.	Wendel Ricardo Souza Brasil

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação ao gênero, a predominância ainda era do gênero masculino, com 4 integrantes, representando 57%. E havia três integrantes de gênero feminino, correspondendo 43% do total.

Quanto às etnias atendidas, a maioria era de Manchineri com 3 integrantes, correspondendo 43%, seguidos de 2 integrantes Apurinã, 1 Aimara e 1 Guarani Mbyá. Como já havia um integrante da etnia Apurinã (14%), agora acrescentou-se ao grupo um integrante Aimara (14%) e Guarany Mbyá (14%), da família linguística Tupi-Guarani.

Sobre cursos dos petianos, os dois novos integrantes estão no mesmo curso, Ciências Sociais, agregando um novo curso ao perfil atendido pelo PET Indígena. No entanto, a maioria (3 integrantes) ainda era do curso de História (43%), seguido de Ciências Sociais (2 integrantes, 29%), Ciências Biológicas e Engenharia Florestal (1 integrante em cada, 14%). O aumento de integrantes do PET Indígena se deu na grande área de Ciências Sociais.

3. Perfil dos petianos do início, em 2014

Com a saída de dois petianos em 2013, em 2014 entrou mais uma integrante da Etnia Manchineri, cursando Geografia. Esse fato vai gerar um novo perfil geral dos integrantes do PET Indígena, agora com 6 integrantes.

Tabela 4 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2014

	Nome
1.	Alana Keline Costa Silva Manchineri
2.	Alessandra Severino da Silva Manchineri
3.	Miguel Jorge Martins da Silva
4.	Pâmela Hingrid de Souza Freitas Apurinã
5.	Soleane de Souza Brasil Manchineri
6.	Wendel Ricardo Souza Brasil

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação ao gênero, com a saída de um integrante, agora são quatro integrantes mulheres (67%), e dois homens (33%). Nesse sentido, a predominância de gênero feminino no PET Indígena vai durar até 2016.

Da mesma forma, com a entrada de mais uma integrante da etnia Manchineri ao PET Indígena, dos 6 integrantes, 4 são Manchineri, 1 Apurinã e 1 Guarany Mbyá.

Quanto aos Cursos, agora temos as seguintes divisões: 2 do Curso de História (33%), 2 do Curso de Ciências Sociais (33%), 1 de Ciências Biológicas e 1 de Geografia (17% cada). A grande área de Ciências Humanas ainda tem maior representação no grupo PET Indígena.

4. Perfil dos petianos em 2015 e 2016

Os anos 2015 e 2016 permaneceram com os mesmos perfis de petianos atendidos pelo PET Indígena, 4 integrantes, com a saída de 2 integrantes no final de 2014. As duas saídas geraram uma nova organização interna dos perfis. Vejamos:

Tabela 5 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2015 e 2016

	Nome
1.	Alana Keline Costa Silva Manchineri
2.	Miguel Jorge Martins da Silva
3.	Pâmela Hingrid de Souza Freitas Apurinã
4.	Soleane de Souza Brasil Manchineri

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação ao gênero, 3 integrantes são do gênero feminino, o que levou a um percentual de 75% do total, e apenas 1 integrante do gênero masculino, 25% do total.

Quanto às etnias atendidas pelo PET Indígena, 2 são Manchineri, totalizando 50%, 1 Apurinã (25%) e 1 Guarany Mbyá (25%).

Em relação aos cursos dos petianos do PET Indígena, eles estão distribuindo, em sua grande maioria, 50%, em Ciências Sociais, 25% em História e 25% em Ciências Biológicas.

5. Perfil dos petianos em 2017

Em 2017, com a mudança de tutoria, a professora Maria de Jesus Moraes elaborou um novo edital para chamada pública e compôs o limite permitido de integrantes pelo PET, que é de até 12 bolsistas. A professora Maria de Jesus Moraes ficou pouco tempo na tutoria do PET Indígena. Assim, com a saída da tutora, em julho, houve um novo edital em que um dos integrantes deste texto, o professor Selmo Azevedo, assumiu a tutoria. Dessa forma, foi realizado outro edital e, então, houve a integralização de 12 bolsistas, o que aumentou a diversidade das etnias atendidas e dos cursos que os petianos estavam cursando.

Tabela 6 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2017.

	Nome
1.	Alana Keline Costa Silva Manchineri
2.	Jonivalber Manoel da Silva
3.	José Ruy do Nascimento
4.	Liliane Araújo Maia
5.	Miguel Jorge Martins da Silva
6.	Orcemilda Almeida da Silva (SAIU)
7.	Pâmela Hingrid de Souza Freitas Apurinã
8.	Ruwi Costa Silva Manchineri
9.	Sâmia Rafaely de Souza Coelho
10.	Soleane de S. Brasil Manchineri (SAIU)
11.	Wuriu Costa Silva Manchineri
12.	Wytlen Lima de Souza

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação ao Gênero, a divisão ficou em 50% do gênero masculino e 50% do gênero feminino. Apesar de termos duas saídas durante o ano, no mês de setembro, contabilizamos para efeito de perfil do grupo.

Quanto às etnias presentes no PET Indígena, Manchineri continua sendo a maioria, com 34%, seguida de Apurinã, com 25%; as demais, com apenas 8%, são: Guarany Mbyá, Kariri-Xokó, Baré, Poyanawa, e uma integrante que não sabia ao certo sua ascendência étnica, devido aos percursos da história, por isso irá constar como um termo amplo de “indígena”. Dessa forma, foi inserido mais 3 etnias ao PET Indígena, aumentando a presença da diversidade étnica brasileira no PET, com representantes do Amazonas (Baré) e Nordeste (Kariri-Xokó).

Com o aumento dos integrantes do PET Indígena, também houve uma maior representação dos cursos: sendo acrescentado Engenharia Florestal, Educação Física, Psicologia e Química. No entanto, a grande área de Ciências Humanas continua sendo aquela que tem mais representação no PET Indígena. O perfil ficou: 25% para História; 17% para Ciências Sociais e Geografia, respectivamente; os demais, 8%: Química, Psicologia, Educação Física, Engenharia Florestal e Ciências Biológicas.

6. Perfil dos petianos em 2018

No ano de 2018, também tivemos 12 integrantes. Com a saída de dois petianos em 2017, conseguimos abrir editais para recompor o grupo, e também tivemos a permanência de uma integrante voluntária.

Tabela 7 - Petianos - Conexão de Saberes - Comunidades Indígenas, 2018.

	Nome
1	Alana Keline Costa S. Manchineri (SAIU)
2	Caroline de Souza Brasil
3	Jonivalber Manoel da Silva
4	José Ruy do Nascimento
5	Liliane Araújo Maia
6	Miguel Jorge Martins da Silva
7	Pâmela Hingrid de Souza F. Apurinã

8	Ruwi Costa Silva Manchineri
9	Sâmia Rafaely de Souza Coelho
10	Thalia Coutinho Fernandes
11	Wuriu Costa Silva Manchineri
12	Wytlen Lima de Souza
<hr/>	
	Elenira Oliveira Gomes (Voluntária)

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação ao gênero, tivemos, mais uma vez, equiparada a divisão em 50%. Se fosse contabilizado com a integrante voluntária, as mulheres seriam a maioria no ano de 2018.

Em relação às etnias, tivemos em 2018 a composição de 3 Manchineri (34%), 2 Apurinã (17%), e 1 representante de: Guarani Mbyá, Kariri-Xokó, Poyanáwa, Shanenáwa, Baré e Indígena, com 8% cada.

Quanto aos cursos frequentados, poucas mudanças ocorreram do ano de 2017 para 2018. Dessa forma, o curso de História continua em primeiro lugar (28%), seguido de Ciências Sociais e Engenharia Florestal (18%), os demais cursos com 9%: Ciências Biológicas, Psicologia, Química, Educação Física e Geografia.

7. Perfil dos petianos em 2019

Em 2019 tivemos abertura de Editais para compor o quadro do PET Indígena. Nesse novo edital, tivemos a entrada de 3 integrantes e saída de outros 4. Desta vez, foi contabilizado a petiana voluntária dentro do perfil geral para elaboração dos gráficos. Com as novas entradas, houve o acréscimo de mais uma etnia atendida pelo PET Indígena: a etnia Kaxinawá, que possui a maior quantidade populacional do Acre.

Tabela 8 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2019.

	Nome
1	Bruna Mendes Mendonça
2	Caroline de Souza Brasil (SAIU)
3	Elcio Severino da Silva Filho Manchineri
4	Ernázia Borges Sereno Kaxinawá

5	Jonivalber Manoel da Silva (SAIU)
6	José Ruy do Nascimento
7	Liliane Araújo Maia
8	Miguel Jorge Martins da Silva (SAIU)
9	Pâmela Hingrid de S. Freitas Apurinã (SAIU)
10	Paulo Henrique Mesquita Cândido
11	Ruwi Costa Silva Manchineri
12	Sâmia Rafaely de Souza Coelho
13	Thalia Coutinho Fernandes
14	Wuriu Costa Silva Manchineri
15	Wytlen Lima de Souza
16	Elenira Oliveira Gomes (Voluntária)

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Em relação ao gênero, tal como nos anos anteriores, o grupo permaneceu dividido em 50% do gênero masculino e 50% feminino.

Quanto à etnia, metade do grupo estava dividida entre Manchineri e Apurinã, com 25% cada; 13% de indígenas (não sabiam ao certo sua etnia); e as demais com 6% cada, a saber: Guarany Mbyá, Kariri-Xokó, Baré, Poyanáwa, Shanenáwa e Kaxinawá.

Sobre os cursos frequentados pelos petianos, agora os integrantes do curso de Ciências Sociais passaram à frente do curso de História, com 25% para petianos integrantes dos cursos de Ciências Sociais. Dois cursos ficaram com 13%: História e Engenharia Florestal. Os demais cursos possuem 6% (com um integrante): Psicologia, Química, Geografia, Economia, Educação Física, Jornalismo, Inglês.

8. Perfil dos petianos em 2020

Vejamos agora o perfil dos integrantes do PET Indígena do ano de 2020:

Tabela 9 – Petianos – Conexão de Saberes – Comunidades Indígenas, 2020.

	Nome
1	Bruna Mendes Mendonça
2	Elcio Severino da Silva F. Manchineri
3	Ernázia Borges Sereno Kaxinawá

4	José Ruy do Nascimento
5	Ketlen Lima
6	Liliane Araújo Maia
7	Paulo Henrique Mesquita Cândido
8	Queren Souza
9	Ruwi Costa Silva Manchineri
10	Sâmia Rafaely de S. Coelho (SAIU)
11	Thalia Coutinho Fernandes
12	Wuriu Costa Silva Manchineri
13	Wytlen Lima de Souza(SAIU)
14	Elenira Oliveira Gomes (Voluntária)

Fonte: SigPet, 2010 – organizado por Apontes, 2021.

Ao contabilizar os perfis dos 14 integrantes, o gênero feminino foi a maioria, com 57% (8) petianas, e o gênero masculino ficou com 43%, seis integrantes.

Em relação às etnias, um fato interessante foi a busca pela identidade e pertencimento étnico de uma das integrantes, que acabou verificando, pela história familiar, que é Kaxinawá. O perfil, então, ficou o seguinte: duas etnias tiveram a mesma porcentagem: 29% de petianos Manchineri (4), e 29% Apurinã (4); 14% Kaxinawá (2); e os demais, 7%: Kariri-Xokó, Poyanáwa, Shanenáwa e Indígena.

Em relação aos cursos dos petianos, os cursos de História, Ciências Sociais, Psicologia e Economia tiveram 2 integrantes cada (por motivo de porcentagem automática do Excel houve divergência nos valores: 2 perfis com 15% e 2 perfis com 14%; os demais, cada curso com 7%, ou seja, 1 integrante cada: Educação Física, Jornalismo, Geografia, Francês, Engenharia Florestal e Inglês

9. Um breve resumo dos perfis 2010-2020

Resumidamente, esboçaremos os dados das categorias de Gênero, Etnia e Curso dos anos 2010-2020, para termos uma visualização geral dos perfis com os quais o PET - Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas vem atuando.

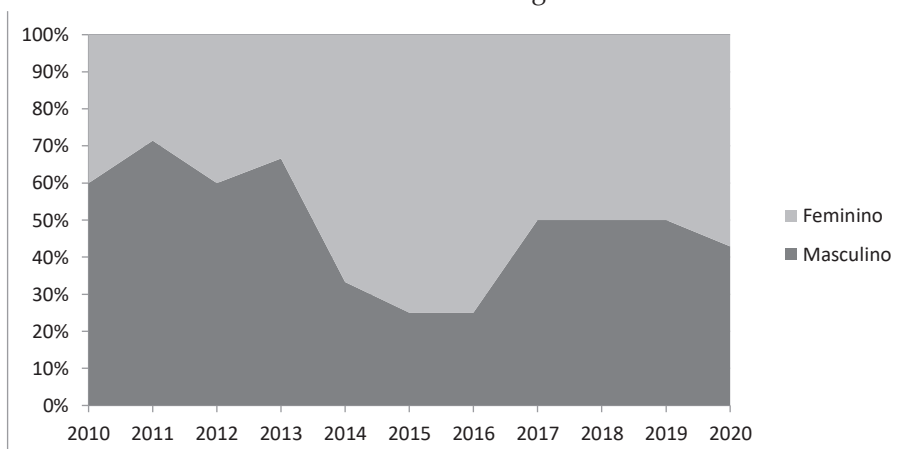
Tabela 10 – Gênero PET Indígena 2010-2020.

GÊNERO	PERÍODO										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Feminino	2	2	2	2	4	3	3	6	6	8	8
Masculino	3	5	3	4	2	1	1	6	6	8	6

Fonte: SigPet – organização Apontes, 2021.

Podemos verificar que o gráfico 4 mostra um aumento considerável no Gênero feminino dentro do PET Indígena entre os anos de 2014 a 2016, e se mantendo levemente acima da média do gênero masculino, no ano 2020.

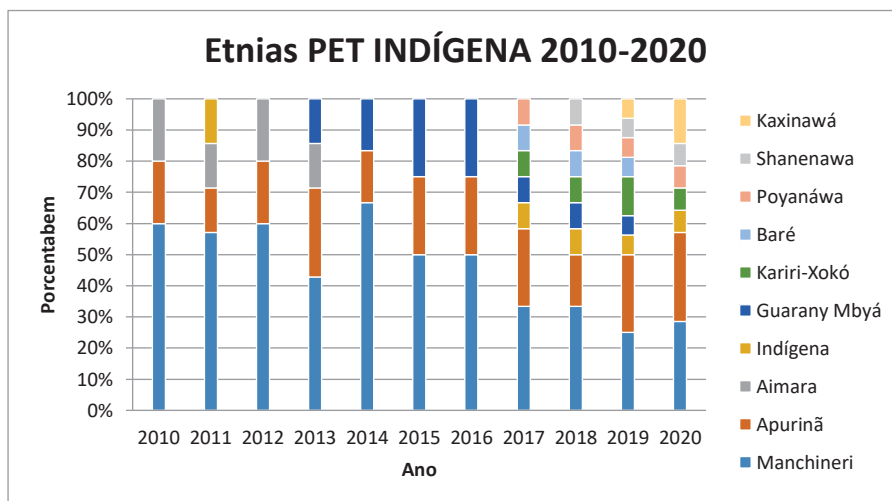
Gráfico 4 – Gênero PET Indígena 2010-2020.



Fonte: SigPet – organização Apontes, 2021.

Tendo em vista o que já expomos do perfil referente ao Gênero, agora será verificado o perfil das Etnias e dos Cursos do petianos do PET Indígena referente aos anos de 2010-2020.

Gráfico 5 - Etnias PET Indígena 2010-2020.



Fonte: SigPet - organização Apontes, 2021.

Através do gráfico comparado, verificamos que, de 2010 a 2016, houve uma manutenção do perfil étnico atendido pelo PET Indígena. Já 2017 foi o ano em que ocorreu o aumento considerável da participação de mais etnias no programa. Isso enriquece bastante a presença da diversidade no PET.

Vejam agora a relação comparada dos Cursos aos quais os participantes do PET Indígena frequentam:

Tabela 11 - Cursos PET Indígena 2010-2020.

CURSOS	ANO											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ciências Biológicas	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Engenharia Florestal	1	1	1	1				1	2	2	1	
História	3	3	3	3	2	1	1	3	3	2	2	
Ciências Sociais				2	1	2	2	2	2	4	2	
Geografia					1			2	1	1	1	
Química								1	1	1		
Psicologia								1	1	1	2	
Educação Física								1	1	1	1	
Jornalismo										1	1	
Economia										1	2	
Inglês										1	1	
Francês											1	

Fonte: SigPet - organização Apontes, 2021.

Vale a pena uma palavra sobre os motivos dos registros das saídas: os mais comuns figuram no fato do petiano ter finalizado o curso, e, outros, desistiram porque conseguiram um emprego; alguns, por motivo de não conseguirem cumprir com os créditos básicos dos cursos e terem um índice de reprovação em disciplinas acima do requerido pelo Programa.

Apesar de termos um PET Conexões de Saberes, as legislações avaliativas ainda não atuam no sentido de oportunizar outros perfis avaliativos para os estudantes indígenas, egressos de escolas públicas, com dificuldades de permanência com qualidade no ensino superior. Ou seja, uma reavaliação do Mobi nunca foi feita depois da inserção de novos perfis dentro do PET.

Quanto ao PET Indígena, principalmente para as ações de empoderamento de um discurso próprio, verifica-se um aumento considerável nos indígenas que estão continuando os cursos de pós-graduação. Isso mostra que os ex-petianos continuam com o papel de reflexão da realidade indígena, nos diversos níveis da academia.

Breve reflexão e desafios

Em relação ao gênero, verifica-se um perfil interessante, em que no início do programa a maioria era de gênero masculino, mas em meados de 2015, a grande maioria foi do gênero feminino. E agora, uma leve tendência a ser um pouco mais da metade de gênero feminino. Ou seja, as mulheres estão ampliando seus espaços de conquista, em vários âmbitos. Isso é um passo importantíssimo não somente pelas conquistas femininas, mas também porque mostra espaços de gênero feminino indígena que está em pleno voo, em relação aos espaços de gênero masculino. Daqui a um tempo, teremos um bom número de mulheres indígenas que contribuirão para o processo de empoderamento feminino indígena.

Diante dos 44 cursos regulares da Universidade Federal do Acre, verifica-se que já passaram pelo PET Indígena acadêmicos de 12 cursos regulares. Isto é um importante ganho institucional. Porém, cabe a pergunta essencial: em quais cursos estão os demais indígenas na Ufac? Será que conseguiram ingressar e permanecer com qualidade nos cursos iniciados? Quais as maiores dificuldades encontradas: financeira, acadêmica, de acolhida? Infelizmente ainda

não temos uma pesquisa séria em relação a essa situação.

Em um trabalho publicado em 2019, Apontes apresentou uma breve tradução de 153 etnônimos registrados por Rivet e Tastevin, na década de 1920, nas bacias do Juruá, Purus e no entorno (Aquiri). Desses 153 etnônimos, no estado do Acre, hoje, temos 15 etnias. No entanto, os dados dos viajantes e historiadores também evidenciam que havia mais uma etnia que tinha também residência nas terras acreanas, a Apurinã. Assim, colocaremos como 16 etnias, agrupadas em três famílias linguísticas: Pano (a qual o prof. Joaquim Maná Kaxinawá chama de Kuin), Apolima-Arara, Huni Kuin (Kaxinawá), Jamináwa, Jamináwa-Arara, Katukina, Kuntanáwa, Nawa, Nukini, Puyanáwa, Shanenáwa, Shawādawa, Yawanawá. Da família linguística Arawák são: Manchineri, Ashaninka e Apurinã. Da família linguística Aruá: Madihá/Kulina.

Quanto às etnias, segundo o IBGE 2010, o Brasil possui, autodeclarados, 305 povos indígenas. Parece bastante. No entanto, segundo Aryon Dall’Igna Rodrigues (2016, p. 192), calcula-se mais de 1.000 línguas presentes desde o período do “encobrimento”. Ou seja, esses 305 povos são um ganho importantíssimo no cenário da riqueza desconhecida da diversidade brasileira, ou seja, um testemunho vivo da ignorância geral em relação aos povos indígenas brasileiros. Das 10 etnias que já passaram pelo PET Indígena, temos indígenas de várias localidades brasileiras, desde a região Sudeste (Mato Grosso do Sul), Nordeste (Sergipe), do estado do Amazonas e a grande maioria da região acreana. Porém, os dados também evidenciaram a presença de acadêmicos descendente de indígenas do Peru. Dessa forma, verifica-se uma ampla gama de diversidade concreta da realidade, e não uma realidade teórica, dos povos autóctones no PET Indígena e na Ufac.

Referências

APONTES, Selmo Azevedo. Os 153 etnônimos das bacias do Juruá, Purus e entorno, elaborado por Rivet e Tastevin (1921) - uma fonte atual para a etnogênese da região acriana. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, v. 7, n. 1, 30 jun. 2019. pp 34-46.

FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão de extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006.

HUAMAN, Miguel Ángel. **Hacia la Universidad de la investigación**: una perspectiva interdisciplinaria en las humanidades. Lima, Peru, Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Dedo Crítico Editores, 2017.

MANCHINERI, Alana et al. **Atualizar o mito**: práticas indígenas na universidade/ organizado por Manchineri (et al). Rio Branco: Nepan Editora, 2018.

NHANDEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tanh de (org.). **Tetã Tekoha**. São Paulo: Pólen, 2020.

RODRIGUES, A. D. Originalidade das línguas indígenas brasileiras. In: **Revista Antropológica**, Vol. 8, n. 2, dez. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. **Acre em Números**, 2017. Governo do Estado do Acre. Rio Branco, AC, 2017.

UFAC. **Ufac em Números 2017**. Universidade Federal do Acre. Rio Branco: Ufac, 2018.

**TEXTO DE FINAL DE CURSO DE UM
EGRESSO DO PET INDÍGENA**

TERA'O – O CAMINHO DO NOME

A linguagem do silêncio entre os M'bya Guarani*

Tataendygua - Miguel Jorge Martins da Silva

A família, a escola, os outros, todos elegem em nós uma centelha promissora, um território em que poderemos brilhar. Uns nasceram para cantar, outros para dançar, outros nasceram simplesmente para serem outros. Eu nasci para estar calado. Minha única vocação é o silêncio. Foi meu pai que me explicou: tenho inclinação para não falar, um talento para apurar silêncios. Escrevo bem, silêncios no plural. Sim, porque não há um único silêncio. E todo o silêncio é música em estado de gravidez. Quando me viam parado e recatado, no meu invisível recanto, eu não estava pasmado. Estava desempenhando, de alma e corpo ocupados: tecia os delicados fios com que se fabrica a quietude. Eu era um afinador de silêncios” (COUTO, Mia. Antes de nascer o mundo, 2016).

RESUMO

O propósito que move a escrita deste texto é compreender o valor do silêncio entre os *M'byá Guarani*, silêncio este que, por diversas vezes, foi equivocadamente entendido como apatia, como vazio, como falta, como carência. Daí a necessidade de um estudo aprofundado sobre os significados do silêncio entre os *M'byá*. Pensar o silêncio como parte do *ñandereko* implica um debate aprofundado e pessoal (sobre as produções acadêmicas), sobre os universos literários, principalmente sobre muito do que se pode dizer sobre os *M'byá*, sem os *M'byá*. Como linguagem, o universo *Guarani* guarda no silêncio a extensão da palavra, antes disso, o silêncio conserva o profundo respeito pelas *Nhe'ẽ Porã*, palavras-alma. O silêncio é a consagração das palavras necessárias, a sublimação de tudo o que se pode dizer sem a voz humana. Uma permanência do que existe e resiste oculto no *ñandereko*, o belo modo de ser *Guarani*.

Palavras-chave: *Tera'o*; *Nhe'ẽ*; Silêncio; *M'bya Guarani*.

* Trabalho de Conclusão de Curso, na forma de artigo, apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Sociais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia. Ano de 2019. Orientadora: Professora Dra. Mariana Ciavatta Pantoja; Banca: Prof. Dr. Marcos de Almeida Matos e Prof. Dr. Selmo Azevedo Apontes.

INTRODUÇÃO

Este artigo está dividido em três partes: a primeira, *Outra Palavra é possível*, constitui-se numa introdução sobre a Palavra-Alma para os M'bya Guarani, a que foi silenciada propositalmente pela colonialidade. A segunda parte, *A palavra não falseia nem engana*, trata da fundamentação teórica que ajudou na reflexão, e que incluiu autores como Galeano (2005), Cadogan (2014), Clastres (1979, 1995), Áliga (2012), Baéz (2010) e Boaventura Sousa Santos (1995). A terceira parte, *Tera'ó – O nome do caminho*, fundamenta a leitura da Palavra e do Mundo-Palavra M'bya, tracejando um caminho sonoro desde o Nosso Pai Último-Primeiro que, desde a mansidão do Silêncio, compõe o mundo, estabelecendo uma parentalidade primária entre todos, unindo todos no Uno indiviso que se desdobra, desdobrando se percebe Palavra, sonoridade divina; cada ser uma palavra sagrada.

1. OUTRA PALAVRA É POSSÍVEL

Outra Palavra é Possível, afirma Bartolomeu Meliá, ao discorrer sobre o saber Guarani, que escreve:

O Guarani busca a perfeição de seu ser na perfeição do seu dizer. Nós somos a história de nossas palavras. Tu és tuas palavras, eu sou nossas palavras. *Che ko ñandeva*. Potencialmente, cada *guarani* é um profeta – e um poeta –, segundo o grau que alcance sua experiência religiosa.

E foi Anita Ekman quem disse que “espírito” e “palavra” são sinônimos na língua *Guarani M'byá*. *Nhe'ẽ* significa ao mesmo tempo “falar”, “vozes”, “alma”. *Nhe'ẽ porá*, então, significa as “belas palavras” ou o “bom espírito”. Traduzir o espírito em palavras é um desafio comum ao poeta. Porém, para um Guarani, a tradução de suas “palavras-almas” para a língua portuguesa é um desafio que transcende o literário; é, em si, um ato político.

Dito isto, as palavras que percorrem este texto são palavras andarilhas, como andantes são os povos originários que com elas caminham, embalando seu desdobrar, desde os caminhos primeiros. Palavras de um *Xeramoí Tapejara*, palavras inspiradas nos sopros

de *Ñanderu*. Movem-se em busca do encontro com a sabedoria das *nhe'ẽ porã*. E, para caminhar, há que se adornar, há que se proteger, há que se despir de tudo que pesa, há que se invocar os parentes primeiros, nossos antepassados, aqueles que vieram antes para mostrar o depois – para que nos guiem e fortaleçam nosso caminhar, para que, assim, alcancemos o estado de completude, o estado de *aguyjé*. Para chegar a Terra Sem Males é preciso caminhar, o *yvy marãe'y* está no próprio caminhar. E, caminhando, seguimos.

Ao pormo-nos em movimento, também as palavras caminham com as gentes, tecendo pessoas e épocas, percorrendo espaços próximos e distantes. Todas elas. As que nomearam e foram negadas, as que ganharam sentidos outros, as que perderam seus sentidos originários no próprio ato que lhes deu origem, as que foram origens de realidades outras. Todas elas, estão atravessadas de silêncios.

Esses silêncios fazem-se presentes nas palavras que perderam sua língua e se apresentam na forma de um dialeto indigente; nas palavras que servem para separar o fato da história, nas que servem para falsificar a história, nas que recontam o passado para legitimar um presente em que o “outro” não se encontra e não se reconhece; nas que transformaram usurpação em legitimidade; nas palavras sem passado, que perderam seu impulso originário e, hoje, não são mais que ecos emparedados em sua língua e, assim, ruminam fragmentos de uma Cultura. Todas elas – estão atravessadas de silêncios.

Conhecendo o valor das palavras, cultivamos o silêncio. Nossos ancestrais nos ensinaram que a Mãe Terra está sempre nos falando, e que devemos ficar em silêncio para escutá-la. Existem muitas vozes além das nossas. Muitas vozes. Só vamos escutá-las em silêncio.

Entre os M'byá – o silêncio segue seu curso, seu caminho, seu *tapé*. Entre os Guaraní – silêncio é resistência, é enfrentamento, é linguagem, é palavra. Essa palavra não falseia nem engana, ela cria universos e tudo que neles há. Por isso, há que se guardar o silêncio. Há que se guardar o silêncio, porque ele constitui o modo-de-ser-Guaraní, o *ñandereko*.

Sobre os M'byá, o silêncio por diversas vezes foi equivocadamente entendido como apatia, como vazio, como falta, como carência. Daí a necessidade de um estudo aprofundado sobre os significados do silêncio entre os M'byá. Pensar o silêncio como parte do

ñandereko implica um debate aprofundado sobre as produções acadêmicas, sobre os universos literários, principalmente sobre muito do que se pode dizer sobre os M'byá, sem os M'byá. Daí a pertinência deste estudo, que põe em relevo outras formas de pensar as *culturas, narrativas e identidades*.

Desde que a bota colonialista pisou estas terras e a palavra estrangeira nomeou nossos universos, as populações originárias foram aliadas diuturnamente do direito de dizer, por si e sobre si, o que lhes interessa, o que lhes inquieta, o que lhes toca e o que lhes fere em algum aspecto fundamental. Descritos e inferiorizados sistematicamente por poderosos argumentos de sentidos – canibais, selvagens, quase-humanos, preguiçosos... - argumentos pobres, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência e em apagamentos de memórias e identidades.

Este debate sobre as múltiplas formas de linguagens torna-se mais oportuno, porque o traço constitutivo da “espoliação” em curso na Amazônia continental tem reiterado a violência iniciada pelo advento da colonização europeia sobre as populações originárias, com uma sempre renovada lógica de ocupação e uso do solo, dos recursos minerais e biológicos, dos modos de ser e de viver, por meio de um tipo de colonialismo que, no correr dos séculos, tornou-se organizado e sistemático.

Assim, torna-se patente a importância da apropriação de diversas linguagens, próprias do “mundo não-indígena”, como forma de fortalecimento e reinvenção das “identidades” das populações originárias. Uma arma de enfrentamento contra o avanço das degradantes e desiguais estruturas que o capital engendra. Um espaço árido de combate, que pretende enterrar com o peso de toda uma carga revolucionária, as autonomias subjugadas, as liberdades vigiadas, as esperanças banidas, e restabelecer os direitos de viver próprios de cada cultura, os espaços de convivência de cada povo originário. Denunciar como hecatombes – os contínuos e sistemáticos apagamentos, silenciamentos, genocídios e massacres cometidos contra os povos ancestrais.

2. A PALAVRA NÃO FALSEIA NEM ENGANA

Un día nos invitaron a participar de un no'óvusu o asamblea de líderes o Mburuvicha, [...] donde tratan cuestiones de interés general.

[...] Nadie nos explicó cómo se avisaban para participar de estos encuentros ni por qué las reuniones se realizaban precisamente en dicho lugar. En fin, el primer día, un martes, se sentaron en unos apyka puku jere acompañados de sus mujeres y debidamente ataviados. Estuvieron todo el día sin decirse una sola palabra, absolutamente nada. Se levantaron del sitio solamente para comer o para cumplir con sus necesidades. El día siguiente ocurrió lo mismo. Y el tercer día, como a la mediatarde, uno de ellos -el inspirado- se puso de pie y solamente pronunció tres palabras: "ko'ága ñañemitýva'erá avati". Después de escucharlo, todos se pusieron de pie y retornaron a sus comunidades.

Imaginense, se reunieron tres días únicamente para escuchar tres palabras, palabras sagradas; o sea, la manifestación de Ñande Ru, al decir de Cadogan. (GALEANO, David. El valor de la palabra en la civilización Guaraní, 2005).

“La palabra no falsea ni engaña”, escreveu David Galeano (2005, p.1) sobre os M’byá Guaraní, “por eso, cuando le ponían o le ponen el nombre a un lugar, no mienten ni imaginan, sino que estampan mediante la palabra las características más exactas del sitio...” assim, o caminhante saberá que em Mogi-guaçu, haverá um rio cheio de cobras, que o rio Tieté é importante: originariamente Sy Eté, grande mãe nutridora, boa e verdadeira, cuidado e atenção no Jaguari, sabemos se tratar do rio das onças. Ao colonialista, se nomeou Juruá – comumente traduzido como homem branco – mas, precisamente, seu significado é da-boca-para-fora. Como se vê: *la palabra no falsea ni engaña...*

O ñe’êngatu, o falador, será então aquele que carrega consigo as belas palavras, aquelas que, ao serem ditas, se tornarão a matéria do que foi pensado. “... as palavras necessárias encontraram para dizê-las os lábios que eram necessários e nenhum gesto ficou no esquecimento” (CLASTRES, 1995, p. 36). A palavra somente se pronuncia quando é absolutamente imprescindível, quando, de outro modo, não se pôde ser dito nem escutado.

Cadogan, em seu *Ayvu Rapyta*, evidencia o valor da palavra entre os M’byá, posto que quando Ñamandu Ru Ete Tenondegua, o verdadeiro Ñamandu, o último-primeiro assumiu a forma humana:

Habiéndose erguido, de la sabiduría contenida en su propia divinidad, y en virtud de su sabiduría creadora concibió el

origen del lenguaje humano. De la sabiduría contenida en su propia divinidad, y en virtud de su sabiduría creadora, creó nuestro Padre el fundamento del lenguaje humano (la palabra) e hizo que formara parte de su propia divinidad. Antes de existir la tierra, en medio de las tinieblas primigenias, antes de tenerse conocimiento de las cosas, creó aquello que sería el fundamento del lenguaje humano e hizo el verdadero Primer Padre Ñamandú que formara parte de su propia divinidad (CADOGAN, 2014, p. 22).

Por isso, a palavra é sagrada, porque é a forma do que nela está contido. As coisas que se apresentam como coisas, são antes de tudo, *nhe'ẽ*. Em cada palavra se manifesta *Ñamandu Ru Ete Tenondegua*.

Nesta perspectiva, Galeano (2005, p. 1) chama a atenção para o *ñandereko*, o modo-de-ser-guarani, em que o silêncio diversas vezes foi equivocadamente entendido como apatia. “En realidad, los indígenas no hablan sencillamente porque respetan la palabra. Eso no significa que ellos sean maleducados, malos o poco sociables. Forma parte de seu *ñandereko*”.

Pierre Clastres (1995) faz referência a um diálogo entre dois *Aché Guarani: Jyvugugi* e sua esposa, os quais foram reduzindo os tons de suas palavras, passando a encurtar a pronúncia das vogais das palavras, numa espécie de quase sussurro, até o diálogo ficar inaudível:

Eu notava, além disso, que vez por outra o som se tornava inaudível e que, então, só contava o movimento dos lábios: a escuta do assobio era substituída pela leitura da boca do interlocutor. Isso, sobretudo me induziu pensar que este modo de falar não é uma verdadeira linguagem assobiada. Por que os Guayaki elaboraram esse curioso meio de se comunicar? Reduzido às hipóteses, eu sugiro uma. A qualidade principal desse modo de manejar a linguagem, deformando-a, é em definitivo seu quase silêncio, que a situa a meio entre o som e o gesto (CLASTRES, 1995, p. 89).

O autor dá pistas de um tipo de diálogo usado entre os Guarani, em que a palavra pronunciada cede lugar à cumplicidade, à intenção de que o “outro” anteveja a formulação do pensamento despido de palavra. Ali, as palavras são desnecessárias...

Pierre Clastres ao escrever sobre *o dever da palavra*, em *A Sociedade Contra o Estado*, nos lembra que falar é, antes de qualquer coisa, deter o poder de falar. Ou por outras palavras, o exercício do poder assegura o domínio da palavra falada: só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, são obrigados ao silêncio do respeito, da veneração ou do terror.

A sociedade primitiva sabe por natureza, que a violência é a essência do poder. Nesse saber se enraíza a preocupação de manter constantemente à distância um do outro o poder e a instituição, o comando e o chefe. E é o próprio campo da palavra que assegura a demarcação e traça a linha de separação. Obrigando o chefe a mover-se apenas no elemento da palavra, isto é, no extremo oposto da violência, a tribo assegura-se de que todas as coisas se mantêm no seu lugar, que o eixo do poder assenta exclusivamente sobre o corpo da sociedade, e que o homem de palavra tornar-se homem de poder (CLASTRES, 1979, p. 152-153).

De acordo com Daniel Iberê (2008), a suposição de imobilidade do Colonialismo - de que ele tenha sido construído há centenas de anos, e que assim permanecerá, até que seja superado – leva à aceitação de que o tempo entre a origem e a destruição seja um tempo de duração, um tempo de identidade, um tempo homogeneizado, imóvel e rotineiro. Mas “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 1993, p. 15). Como se as palavras tivessem guardado seu significado; os desejos, sua direção; as ideias, sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e requeridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, covardias, astúcias. A singularidade dos acontecimentos guarda-se distante de toda monotonia.

A ordem da linguagem é inseparável de toda ordem...

Se uma planta não pode viver de acordo com a sua natureza, então ela morre; o mesmo acontece com um homem (THOREAU, 2007, p. 40). A imaginação no poder é um monólogo, o monólogo do discurso autoritário.

Este é o ponto que nos toca e que nos inquieta: inquietação por suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras, em cujo uso há muito se reduziram as suas formas ritualizadas, num rodeio de atenção e silêncio.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder começando a formular-se à meia voz no murmúrio das coisas, assenhoreando-se dos discursos, “os discursos que ‘se dizem’ ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio ato que lhes deu origem; e os discursos que estão na origem de um certo número de novos atos” (FOUCAULT, 2002, p. 6), são refúgios de inesgotáveis tesouros de sentidos, destinados à exclusão e ao constrangimento.

A estrutura do poder traduz o real em uma linguagem falseadora. Os corpos materiais diluem-se em corpos de signos e desaparecem na nova representação. “Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama *ordem* e não deseja senão a obediência do executante” (CLASTRES, 1979, p. 149).

Se ao falar, afastamos discursos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele cala.

Daniel Iberê (2015, p. 78) lembra que, antes da chegada dos europeus, havia aproximadamente 1.750 línguas. A introdução forçada de seis idiomas significou a extinção de mais de mil línguas, muitas das quais não tivemos sequer conhecimento, porque foram extintas com seus falantes. Neste exato momento, 375 línguas estão em situação de vulnerabilidade, em sério risco de extinção. Com elas, modos de vida, saberes, histórias, memórias...

Eni Orlandi, em seu livro *As formas do Silêncio*, indaga sobre a exclusão do “índio” da língua e da identidade cultural brasileira: “com efeito, o índio não fala na história (dos textos que são tomados

como documentos), do Brasil. Ele não fala, mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial” (ORLANDI, 2007, p. 57).

Sobre os vários sentidos do silêncio, Orlandi (2007, p. 11) argumenta que para se compreender o funcionamento da linguagem é, antes, necessário compreender o estatuto particular do silêncio nos processos de significação. Todo sentido posto em palavra se dispôs antes em silêncio. A autora trabalha o silêncio sob dois eixos: a) considerando o silêncio como fundante, em que o homem, percebendo-o como significante, instituiu a linguagem: “há um modo de estar no silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras” (ORLANDI, 2007, p. ?). O silêncio não se apresenta disponível e claro, não está visível, não é diretamente observável, ele passa pelas palavras. b) A “política do silêncio”, que se fragmenta entre o “dizer” e o “Não-dizer”... “o silenciamento, que já não é o silêncio, mas pôr em silêncio, um processo de produção de sentidos silenciados” (ORLANDI, 2007, p. ?).

A autora acusa a posição secundária a que o silêncio foi relegado no estudo da linguagem, como caráter de incompletude da palavra, assumindo uma função passiva e errante:

Para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então, o homem abre mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenche: fala. Atulha o espaço de sons e cria a ideia de silêncio como vazio, como falta. Ao negar sua relação fundamental com o silêncio, ele apaga uma das mediações que lhe são básicas (ORLANDI, 2007, p. 34-35).

George Steiner, em seu livro *Linguagem e Silêncio*, descreve o silêncio como consequência da negação da palavra. Steiner escreve sobre as pressões exercidas sobre as linguagens pelas mentiras totalitárias de seu tempo, sobre o reducionismo da linguagem ao consumismo que, por vezes, assume funções “pós-linguísticas” de um “silêncio parcial”. Para Steiner: “Falar, assumir a privilegiada singularidade e solidão do homem, no silêncio da criação, é perigoso

falar com a força máxima da palavra, assim como faz o poeta, é sumamente perigoso” (1988, p. 58). E continua: “Se as palavras pronunciadas no meio urbano estão impregnadas de selvageria e mentiras, nada fala mais alto do que o poema não escrito” (STEINER, 1988, p.74).

“Agora as sereias têm uma arma ainda mais fatal do que suas canções”, escreveu Kafka nas Parábolas, ou seja, o silêncio. Embora por certo isso jamais tenha acontecido, ainda assim é possível que alguém tenha escapado do canto das sereias, mas de seu silêncio, certamente jamais (STEINER, 1988, p. 74).

Contra os silenciamentos, o silêncio.

Resistência, agora, dos sentidos. Ao que os povos indígenas seguem resistindo:

O fogo da morte passou no corpo da terra, secando suas veias. O ardume do fogo torra sua pele. A mata chora e depois morre. O veneno intoxica. O lixo sufoca. A pisada do boi magoa o solo. O trator revira a terra. Fora de nossas terras, ouvimos seu choro e sua morte sem termos como socorrer a Vida... (Trecho de carta dos Guarani Kaiowá publicada em 17 de março de 2007, disponível em: <http://campanhaguarani.org/?p=421>).

Escreveu, já há algum tempo, Dom Pedro Casaldáliga (2012, p. 9): há 500 anos que “o índio é aquele que deve morrer”. 500 anos proibidos para esses povos classificados com um genérico apelido, negadas as identidades, criminalizada a vida diferente e alternativa. 500 anos de sucessivos impérios invasores e oligarquias “herdeiras da secular dominação”. 500 anos sob a prepotência de uma civilização hegemônica, que vem massacrando os corpos com armas e trabalho escravo e as almas com um deus exclusivo. Por economia de mercado, política imperial, religião imposta, Bulas e Decretos e Portarias pseudocivilizadas e pseudocristãs. Já se passaram 500 anos para aquele povo (de povos) que tinha que morrer e, mesmo convivendo diuturnamente com várias formas de extermínio, “os Povos Indígenas são aqueles que devem Viver”.

Devemos dar razão a Fernando Baéz (2010, p. 297) quando afirma que “qualquer decisão do que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer”. São vários os modos de identificar que fazem desaparecer. No Brasil, há toda uma camada da população invisível para os demais. Essas pessoas estão tão apartadas da agenda política, que até a retórica do desenvolvimento da região torna-se mais importante que o evidente etnocídio de indígenas na Amazônia.

Para Daniel Iberê (2015, p. 318), há toda uma lógica de interesses que torna um animal mais visível que um ser humano. O que os “donos do mundo” reconhecem como acertos são erros, o que admitem como erros são crimes, e o que omitem são genocídios. Segundo Boaventura de Souza Santos (1995), devemos “*lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem e lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize*”.

O colonizador chega com sua língua. É a língua do colonizador que se distende e que avança. Ela não reconhece outro que não seja o eco de sua própria estrutura: suas categorias de pensamento e interpretação, seus códigos, suas condutas. A paisagem da linguagem desaparece na nova representação, e as múltiplas linguagens do colonizado são proibidas, constrangidas, extirpadas.

[...] en los últimos cien años, los guaraní-hablantes padecieron todo tipo de atropellos verbales y físicos. Gente a quienes despectivamente se trataba de “guarango”, “campesino”, “indio” o “juruky’a”. Otros fueron castigados en las instituciones educativas, quedando en la escuela después de la hora de salida; o en la esquina de la sala de clase de plantón; o bien, recibiendo bofetadas; o recorriendo el patio escolar repitiendo “no voy a hablar más guaraní”, o arrodillándose sobre sal gruesa o avati tupi ku’i; o colgándose de una alambrada de púas, en la posición ñakyrã y gritando a todo pulmón “estoy aquí por hablar guaraní”, o siendo sometidos a la degradante experiencia de bajar de grado o curso por hablar guaraní (GALEANO, 2005, p. 1).

Mas o fato colonial é instável, seu equilíbrio é incessantemente ameaçado, e nenhum autoritarismo, por mais centralizador que possa ser, pode impedir que pensamentos perigosos e insubmissos se ergam contra a materialização do poder, contra a institucionalização das iniquidades. Será, então, o silêncio secular se assenhoreando dos lugares, o meio grito sussurrado por contrabando, demonstrando que seu conteúdo é luta.

Por fim, o papel do “colonizado” é tentar recuperar sua própria língua ou o que restou dela, mesmo que ela esteja em frangalhos. Ela está em frangalhos porque durante os séculos foi tratada como menor, “*ela não serve para a ciência*”, “*ela não serve para filosofar*”, “*ela não serve para estabelecer tratados*”, “*porque é pobre*”, “*ela não diz tudo*”, “*não se pode pensar com essa língua*”. O papel do “colonizado” é buscar recuperar sua língua, mesmo que isso represente reinventá-la pelo muito que se perdeu no correr tempos e das eras. Pois é sua própria sobrevivência que está em jogo.

A libertação do colonizado só poderá se dar por meio da conquista de si mesmo e de sua dignidade autônoma. Nas palavras de Albert Memmi (2007, p.176): “*é preciso restituir, com vistas a esse movimento de redescoberta de si mesmo de todo um povo, a ferramenta mais apropriada, aquela que encontra o caminho mais curto de sua alma, porque vem diretamente dela*”.

3. TERA’O – O CAMINHO DO NOME

Tera’o, o caminho do nome, a linguagem do silêncio atravessa o corpo das palavras e se instala nas superfícies dos sentidos. *Tera’o* transcende a palavra falada, e oferece o profundo que nasce na raiz do coração, entrega de amor que brota de um coração e caminha para outro. Ali onde tudo foi dito e já nenhuma palavra é mais necessária.

Peço licença para dizer que esse silêncio, por diversas vezes, foi equivocadamente entendido por gentes outras que aqui chegaram, assenhoreando-se destas terras – como indolência, apatia, vazio, carência. Dito isso, meu caminhar pede licença para adentrar os universos das palavras e dos silêncios, desde onde se formam, para falar a vossos corações sobre os caminhos percorridos: sobre os caminhos que percorremos. Não é tarefa fácil, pois para isso é necessário voltar às memórias antigas, é necessário voltar ao mais

profundo de mim, ao mais profundo de nós, Povo Tapejara, e revolver pedras, pedir licença aos espinhos e ouvir as vozes ancestrais. Ouvir sobre como nascem as *nhe'ê*, as “palavras-alma”, de onde fluem, como se desdobram e no corpo tomam assento.

Contam os antigos, os antigos contam, que quando a noite era jovem e as coisas não tinham nome ainda, *Ñanderu*, nosso pai primeiro último – último primeiro, se desdobrou. *Ñanderu* – aquele que foi alimentado por *maino'i*, o “colibri”, da seiva de *Jasuká*, “mãe de *Ñamandu*”, mãe de tudo que flui. Quando o Nada era toda a extensão e as coisas de tão novas ainda não haviam, *Ñanderu* nosso pai, pai primeiro, último primeiro, de grande coração, *Ñanderu* cujo coração é o sol, tataravô deste sol que vemos, se desdobrou, enraizando seu conhecimento das coisas que ainda não/nas margens da completude, seu saber que desdobra as coisas, nas *nhe'ê porã*.

Ñanderu ergueu-se. E, havendo-se erguido, com seu saber divino das coisas, saber que desdobra as coisas, o fundamento das palavras ele desdobrou. Desdobrou desdobrando-se, e fez disso sua própria divindade. O fundamento das palavras é, portanto, *Ñanderu*. E *Ñanderu* fez brotar desse fundamento, do fundamento das palavras, ele fez brotar, única, a fonte do Canto Sagrado. E esse fundamento constitui o modo de ser do Povo *Tapejara*. Por isso, o respeito com o que se diz. Por isso, a importância do que se cala.

Ñanderu, então, desdobrado o fundamento das palavras que deu origem ao Canto Sagrado, procurou alguém que redisseesse esse canto. E, com a força de seu olhar, com seu saber que desdobra as coisas, desdobrou-se em *Karai*, a quem encarregou da missão de redizer as *nhe'ê porã*.

Ñanderu não queria ficar só. *Ñanderu*, quando da luz que de si se desdobrava, viu que o *Um/Unitário/Único* era pouco, e que *Muitos/Pluralidade* era melhor, das ondas de sua voz/do sopro originário tornou-se *Outros*, *nhe'ê* que, desdobrados, passaram a habitar o mundo *que ainda não/na* iminência da completude. *Ñanderu*, sendo um, desdobrou-se em vários: *Jakairá Ru Ete*, *Jakairá Cy Ete*, *Karai Ru Ete*, *Karai Cy Ete*, *Tupã Ru Ete*, *Tupã Cy Ete*, *Ñamandu Ru Ete*, *Ñamandu Cy Ete*. Perguntando a *Ñanderu*, eles e elas faziam o mundo *que ainda não/na* iminência da completude, o mundo de mundos vários/*plurais*, infinitos mundos dentro de infinitas partes menores

infinitamente diversas. *Nhe'ẽ* brotando se desdobrando, infinitos se desdobrando.

Depois de ter se tornado nomes, essência sonorizada, depois de inspirado tudo que se desdobra, depois de se tornado sons, ritmos, essências, letras, palavras do murmúrio dos universos, depois de inspirado os fundamentos da sabedoria criadora, do saber que desdobra as coisas – fizeram morada nos quatro *ambá*: “lugares de onde fluem os *nhe'e*, as “palavras-alma” que habitam os corpos que aqui vemos.

Sabendo que a terra criada *ywy mbyte*, terra das coisas não mortais, se tornara *ywy mba'e megua*, terra enferma, *Ñanderu* interrogou os senhores das quatro moradas, sobre quem enviaria seus *nhe'ẽ* para habitá-la.

Consultou, então, *Karai Ru Ete*, em seu *ambá*, em sua morada, domínio das inúmeras chamas inacessíveis, para saber se ele enviaria seus filhos, os *karai* valorosos, os senhores das chamas, à terra enferma. Desse modo, eles cuidariam de todos os que futuramente produzissem o ruído do crepitar das chamas, e a cada primavera floresceriam em fileiras de chamas, como desdobramento de *Karai Ru Ete*.

Consultou *Tupã* em seu *ambá*, em sua morada, o extenso mar e seus ramos e rumos em sua totalidade, para saber se ele enviaria seus filhos, aqueles que inspiram e expiram águas e trovões do frescor divino, à terra enferma. Assim, em morada terrena, os futuros *Tupã* de grande coração fluiriam o frescor da fonte originária.

Consultou *Jakairá* em seu *ambá*, em sua morada, para saber se ele enviaria seus filhos à terra enferma. Desse modo, a terra seria habitada por aqueles que se manifestam como neblina, substância, brisa, que engendram inspiração por dentro das palavras, os *Jakairá* de grande coração, senhores da neblina, do vento, das palavras inspiradas em *Jakairá Ru Ete*.

Ao que os primeiros responderam que seus filhos não deveriam habitar essa *ywy mba'e megua*, esta terra enferma, porque isso lhes traria tristeza no coração, enviar seus filhos para o mundo das coisas que definham. Foi então que *Jakairá*, conversando, falou: “Meus filhos são *nhe'ẽ*, verdadeiros, inspirados em estado de *aguyjé*, sopros indestrutíveis, e passarão pela terra das coisas que definham com pés descalços e corações transparentes”. Depois de longas conversas,

todos concordaram em enviar seus filhos, seus *nhe'ê*, de suas respectivas moradas, para habitar os corpos deste mundo que definha. Vindo cada um de sua morada, de cada *ambá* diferente.

Quando uma criança nasce, costumamos dizer que um *nhe'ê* tomou assento, uma palavra indestrutível, habita o corpo. Cabe ao “pajé”, o *nhe'ê jara*, “o senhor das palavras”, descobrir de que morada, de que *ambá*, veio aquele ser, aquela palavra-alma que no corpo tomou assento.

Não apenas os humanos são habitados por *nhe'ê*, mas tudo que existe, tudo que se desdobra, tudo que vibra, tudo que flui, tudo o que é atingido pela onda vibratória da palavra originária...

Desse modo, termos como: natureza, cultura, humanos e não-humanos, não nos são termos distintos e separados. Além disso, a apropriação destes conceitos é, antes de tudo, uma tentativa de tornar compreensivo um mundo que, salvo todos os esforços, não pode e não deve ser reduzido ou incorporado a uma estrutura de pensamento ocidental que se nutre da fantástica atração pelo Um, pelo Poder.

Vindo os *nhe'ê* da mesma fonte originária, costumamos dizer que somos parentes.

Somos parentes de tudo que vive e pulsa...

Somos parentes de tudo que flui. De tudo que se desdobra, somos parentes. O gavião é parente da serpente que se enrodilha, como se de si se desembainhasse. O sopro de vento névoa, pelos ares formando, são as palavras formosas de nossos avós. Somos parentes dos que na água vivem juntos de *Jasuká Sy Ete*, mãe primeira, tataravó da avó que vemos. Somos parentes dos morros e das montanhas, parentes de *Ñamandu*, cujo coração é o sol, tataravô deste sol que vemos.

Sobre as folhas caídas o *Jaguarete* (a onça pintada) ensina silêncios nos passos que dá. Somos parentes da noite e da neblina, lírios de vento-névoa, saber que se desdobra, saber que desdobra as coisas. Aprendemos a paciência das pedras com a profundidade das raízes. Parentes da serpente última-primeira.

A flecha é parente do arco, assim como a caça é parente do caçador, a canoa é parente do rio e o rio é parente dos peixes e dos seres que nele vivem, dos seres que com ele habitam, dos mundos que

nele há. Um parente cuida do outro, um parente se preocupa com o outro. Um parente sabe que está interligado com o outro; o curso de sua vida é plasmado, desdobrado com o outro.

O *Jaguarete* caça os seres e os humanos, mas ele não é nosso inimigo. A serpente caça o sapo, dele se alimenta. O sapo agora nela vive, a serpente agora é cobra e sapo.

Sabe a cura quem vai ao mundo da doença. A doença é um caçador que pegou uma caça: ele tem fome. Quem quiser demovê-lo de seu alimento terá que mostrar seu coração transparente, terá que ir a seu encontro, em seu mundo, falar seu idioma, pedir licença, cobrir-se com a pele do puro animal que nele habita, a pele que ganhou de presente do caçador. Terá que conversar com palavras indestrutíveis, mostrar que suas palavras são leves e não se bifurcam... Tornar-se *Karai*, “pajé”, *Nhe’ẽ Jara* (senhor das palavras). Só então poderá trazer de volta o doente, só então poderá voltar ao mundo das coisas visíveis e o trazer consigo. Para reestabelecer o *nhe’ẽ* ao corpo que definha, é preciso conversar... explicar os motivos ao caçador – que está com fome e tem uma presa por entre seus dentes.

Jakairá Ru Ete deu aos seus filhos o *petingúá* para cruzar a terra enferma, com seus passos resplandecentes... Aquele que tiver o coração transparente percorrerá este mundo que definha.

O tempo que agora vemos cabe no vazio do espaço. O espaço que agora vemos cabe no vazio do tempo. Antes é depois e o que virá sempre foi. Infinitos desdobrados cabem nos que agora são humanos, *nhe’ẽ* agora de pé fazendo vibrar os humanos, *nhe’ẽ* em *ywy mba’e megua*, na terra enferma, *mba’e megua* querendo retorno ao *tetã* de nosso pai último, nosso pai o primeiro, irradiado seu saber das coisas, saber que desdobra as coisas, saber que se enraíza...

Palavra-alma, palavra primeira, som-palavra que se põe de pé que se ergue, vaga e se distende na neblina originária neblina que segue na fumaça do *petingúá* dos *ñanderamói*, nossos avós, nossos maiores, nossos primeiros, aqueles que vieram antes para mostrar o depois, fumaça-caminho dos *nhe’ẽ* por onde voam, vento fumaça, *nhe’ẽ* se desdobrando, tornando as outras coisas que só existiam no antes, quando o tempo era pequeno e ainda não sabia de si. *Karai* se desdobrando, *Karai* humano, se despindo, transparecendo, sublimando, *aguyjé porã*, *Karai* se elevando, aspirando ser divino, na

divindade que nele há, *Karai* sabia ao certo os caminhos que ainda não/nas margens da completude, *Karai* os abriu, *Karai Xapá* foi à terra sem males *ywy marae'y*, *Karai Xapá*, tornou ao *ambã* de nosso pai último primeiro, *Karai* foi só. Só depois os outros *Karai* foram...

Karai Xapá chegou ao mar para ir ao *ywy marae'y*, a terra sem males, terra das coisas não mortais/à terra da completude, *Karai* encontrou *M'bói*, a serpente originária, a cobra que o levou, levou seu *nhe'ẽ* com seu corpo humano, a cobra o levou completo, cobra originária tataravó das cobras que vemos, as cobras que vemos são reflexos de *M'bói* última primeira, ela habita a morada de *Ñanderu*, *ambá* de nosso pai.

Karai foi se despindo até ficar transparente, e foi então que pode passar pelo mundo das coisas imperfeitas/das coisas incompletas. Desde então o caminho do *Karai* é não-ser, ser despido, ser nada, para que tudo possa soar e ser por si mesmo, ser irradiado.

O *nhe'ẽ* fez morada, o humano que agora vemos, agora é humano, mas *nhe'ẽ* é do mundo das coisas não mortais/do mundo da completude: uma palavra tomou assento no ser que é.

O peixe habita o peixe, mas o peixe que vemos é só um reflexo do peixe que nele habita, o peixe que no peixe habita é a palavra-indestrutível, palavra primeira, som que faz tremer, *nhe'ẽ*.

O *jaguar* habita o *jaguar*, o *jaguar* que no *jaguar* habita vem da morada do *jaguar* eterno, *ambá* de *jaguar ovy*, mas o *jaguar* que vemos é somente o reflexo do *jaguar tenonde*, o primeiro. O *jaguar* que habita o *jaguar* que vemos é *nhe'ẽ*, *rugido*, *estrondo da mata*.

O humano habita o humano, mas o humano que vemos é um ras-cunho do humano que nele há. A palavra que tomou assento e se ergueu é *nhe'ẽ*, *tomou assento e vibrou em ondas sonoras impactantes*.

Karai habita o humano, *Karai* habita o *jaguar*, *Karai* habita a serpente, *Karai* habita a pedra, mas *Karai* é *nhe'ẽ*, o sopro de *Ñanderu*. *Karai* é *Tapejara*, Senhor dos Caminhos, *Karai* é *Nhe'ẽ Jara*, Senhor das Palavras, os caminhos que levam ao *ambá* dos *jaguar ovy*, *jaguar kueri* originários. *Karai* é sabedor dos caminhos dos seres das águas, sabe ir e sabe voltar, quanto mais caminha, mais mundos conhece, seu poder vem do caminhar e caminhando os mundos se desdobram nos saberes, que desdobram as coisas, moradas dos *nhe'ẽ*.

Karai transparente, *Karai* *nhe'ẽ* ouve os *ayvu* últimos primeiros,

Ñamandu fala ao *Karai* sempre que o *M'baraká* se põe a mover. O mundo se põe em movimento, mundos se desdobrando com as palavras alma, palavras indestrutíveis, belas palavras, palavras verdadeiras, que não se bifurcam.

O som do *M'baraká* anuncia a primeira palavra e instaura o ritmo primordial em todos os seres. Em seu âmbito e a seu comando, infinitos universos põem-se em movimento. Sua forma reúne mundos e abriga um sem fim de vidas nas quais diferentes, iguais, múltiplos e complexos seres, de divina “natureza” e “alma”, habitam, em desafio de coabitar, de coexistir, de conviver, de bem viver.

O som por ele produzido é a voz dos últimos-primeiros as palavras-alma, palavras indestrutíveis, os *nhe'ẽ*. O *Karai* ouve no som do *m'baraká* as palavras-alma. O *Karai* se faz *jaguar* sem deixar de ser humano, se faz serpente sem deixar de ser humano, voa alto e vê no escuro sem deixar de ser humano. Veste peles, mas é *nhe'ẽ*. Palavra que se põe de pé. Palavra que, em um corpo, procura assento.

O silêncio pode ser ruidoso.

Quando um corpo escuro, iluminado por alguma fonte, absorve todas as cores e reflete a luz de sua própria cor, também o silêncio pode absorver nossos sons. Então, em nosso caminhar sobre a terra das coisas que definham/terra da incompletude, praticamos esse silêncio profundo. Dentro de nossas mentes, de nossas percepções, de nossos pensamentos e também da calma do nosso corpo. Então há solidez, estabilidade, pulsar, pulsar e fluir... assim, outros sons podem surgir, ser e soar/vibrar por si, desdobrando mundos, mundos outros, mundos vários.

Quando em cada passo que se dá, em unidade com a mãe natureza, e não há divisão entre “um” e “outro”, a natureza e aquilo que existe, então, há um som originário profundo. Não há limites, pode surgir uma música daí, um poema, um sorriso. Um sorriso pode ser um som lindo.

E é por isso que em longas caminhadas, cantamos assim:

Hekorya ryapuko póvae
Hekorya ryapuko póvae...

(O som que escutamos é do modo de ser dos Seres Divinos

Eles vêm e trazem seu próprio ser na forma do que há...)

Quando são verdadeiras, quando nascem da vontade de dizer, as ideias, como as palavras, não podem ser emudecidas. Somos muito mais que vestígios e fragmentos de um ser caricatural, que cresceu nas neblinas de uma noite esquecida. Falamos com as palavras, com os passos, com os poros e com os silêncios.

Hekorya ryapuko póvae
Hekorya ryapuko póvae...
Aguyjé veté! ¹

Referências

BAÉZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: Da Conquista à Globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta**. Textos Míticos de los Mbyá Guaraní del Guairá – Capítulos I, II y XIX. 2 ed. España: Ediciones Epopeteia, 2014.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. O sonho da terra sem males. In: HECK, Dionísio Egon; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (orgs.) **Povos indígenas**: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012, 192p.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado** (Investigações de antropologia política). Porto: Edições Afrontamento, 1979.

CLASTRES, Pierre. **Crônica dos Índios Guayaki**: o que sabem os Aché, Caçadores nômades do Paraguai. 1º Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971. Versão para PDF por Marcelo C. Barbão. Julho de 2002. Disponível em: <www.ciberfil.hpg.ig.com.br>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

IBERÊ, Daniel. **As armadilhas do consenso**: o mito do Estado protetor e a servidão repensada. Monografia, Ciências sociais, Ufac, 2008.

IBERÊ, Daniel. **Iirsa**: a serpente do capital, pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau). Rio Branco: Edufac, 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ORLANDI, Inês Puccinelli. **As Formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. 6º Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

STEINER, George. **Linguagem e silêncio**: ensaios sobre a crise da palavra. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOUREAU, Henry David. **Desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

**ESTUDO DA POPULAÇÃO
INDÍGENA DISCENTE - 2018**

ESTUDO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DISCENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC ANO 2018: DESAFIOS ÀS DEMANDAS REPRIMIDAS

*Ruwi Costa Silva Manchineri, petiano Curso de Educação Física,
Wuriu Costa Silva Manchineri, petiano Curso de Economia,
Selmo Azevedo Apontes, tutor do PET Indígena, Ufac.*

RESUMO

Introdução: A Universidade Federal do Acre - Ufac, por estar em uma região amazônica, onde se concentra o maior quantitativo de populações indígenas do Brasil, ainda não tem um estudo voltado para delimitar e conhecer o seu público indígena. **Objetivo:** Verificar o estudo da população indígena discente nos cursos da Ufac, através do registro oficial da Ufac, dos discentes matriculados como indígenas. **Método:** Adotou-se o método quantitativo para ajudar nas reflexões qualitativas em relação à temática. Quanto à técnica de pesquisa: foi feita uma consulta oficial ao Núcleo de Registro e Controle Acadêmico solicitando os dados sobre os discentes indígenas: nome, ano de ingresso e término, curso frequentado e etnia a qual pertence. Esses dados irão subsidiar as discussões sobre o perfil dos estudantes universitários indígenas na Ufac que estraram através do sistema de cotas. **Resultados:** Diante da resposta, constatou-se uma população estudantil indígena de 66 matriculados como indígenas. Em relação à *especificação étnica*, há 4 Kaxinawá, 6 Manchineri, 6 Ashaninka, 1 Apurinã, 2 Shanenawa, 3 Shawanava e 44 sem especificação étnica, ou seja, não consta em seu sobrenome, um nome do povo ao qual pertence. Quanto ao *Tipo de Formação*, há 43 indígenas matriculados em cursos de Licenciatura, 22 em cursos de Bacharelado e 1 realizando Pós-Graduação. Os inscritos na categoria indígena estão matriculados em 24 cursos das Ufac. **Discussão:** Os dados instigam os questionamentos: será que essa é a população estudantil real da Ufac é de apenas 65 estudantes na graduação e 1 na pós-graduação, ou alguns indígenas na hora de se matricularem resolveram, por alguma razão, não optar pela autoafirmação como indígena? Seriam os 66 estudantes matriculados como indígenas

somente do Estado do Acre ou seriam e outros estados do Brasil? Dos 47 cursos da Ufac, por qual(quais) motivos(s) apenas 24, dos 47 cursos da Ufac, são acessados? Por fim, essas perguntas orientarão a continuidade da pesquisa para, tendo em vista que é necessário conhecer o público ao qual a universidade está atuando e a verificação da população indígena dentro da Ufac, para constatar de fato se o sistema de cotas está exercendo o seu papel, que é a de atender às demandas formativas da população indígena, e se a UFAC está respondendo às expectativas do programa de cotas.

Palavras-chave: Discentes, Povos Indígenas, Cotas, Demandas, Critérios

Introdução

A Universidade Federal do Acre - Ufac, por estar em uma região amazônica, onde se concentra o maior quantitativo de populações indígenas do Brasil, ainda não tem um estudo voltado para delimitar e conhecer o seu público indígena, ou seja, conhecer os membros das etnias indígenas que estão frequentando os seus cursos. Com a necessidade de acessar os demais níveis de estudos, as populações indígenas estão galgando novos desafios formativos, um deles é o curso superior. Assim sendo, eles, no geral, estão buscando entrar na universidade, permanecer com qualidade dentro dos cursos, para poder dar uma melhor resposta às suas demandas. No entanto, é necessário que se tenha uma descrição dessa população estudantil e conhecer quais são as formas de ingresso, permanência e também as desistências dos mesmos diante dos cursos pretendidos, da mesma forma é necessário conhecer os cursos que estão sendo acessados.

A inscrição para galgar uma vaga nas universidades federais é feita através do sobre sistemas de cotas e sistema geral. O sistema de cotas está dividido em diversos tipos: sociais, étnica. Dessa forma, há na Ufac uma inscrição generalizada de indígena para concorrer a uma vaga. E, após passarem no processo seletivo, é feita a inscrição do mesmo nessa modalidade específica. No entanto, não há uma especificação clara dos critérios utilizados para reconhecimento de ser ou não indígena, pois o sistema não possui registro ou cadastro de pertencimento a qual etnia. E também não há um estudo para demonstrar qual o quantitativo desses estudantes registrados

no Núcleo de Registro e Controle Acadêmico - Nurca - como indígenas. Diante disso, este trabalho, que está em andamento, e que faz parte de um projeto a longo prazo, pretende investigar: quais os critérios utilizados para concorrer a uma vaga no sistema de cotas pelo critério indígena? Haveria alguma possibilidade de especificação da etnia a qual pertence o ingressante? Dos alunos ingressantes como cotistas indígena, quantos conseguiram se formar? Quantos evadiram? Quantos jubilaram? Quantos realizaram a transferência interna? Quantos desistiram? Quantos são formandos? Quantos fizeram a reopção? Quais os cursos acessados? Essas perguntas vão direcionar as discussões posteriores, tendo em vista que é necessário conhecer o público ao qual a universidade está atuando e a verificação da população indígena dentro da Ufac. Como recorte, essa comunicação pretende:

Objetivo

Verificar o estudo da população indígena discente nos cursos da Ufac, através do registro oficial da Ufac, dos discentes matriculados como indígenas.

Método

O método de trabalho foi o quantitativo para se conhecer a população estudantil registrada como indígena, utilizando a técnica de questionário e de solicitação de informações/dados oficiais. Foi feita uma consulta oficial ao Nurca – Núcleo de Registro e Controle Acadêmico – solicitando os dados registrados sobre os discentes indígenas, através de uma CI do PET – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas– no processo 23107.007330/2018-71, solicitando informações sobre os estudantes cadastrados como indígenas. No processo foram solicitadas as seguintes informações; nome, ano de ingresso e término, curso frequentado e etnia a qual pertence. Esses dados irão subsidiar as discussões sobre o perfil dos estudantes universitários indígenas na Ufac, proporcionar um mapeamento demográfico dos estudantes e dos cursos frequentados por eles na Ufac.

Resultados

Diante da resposta do Nurca, que é o órgão oficial da Ufac para

registro e controle acadêmico, constatou-se uma população estudantil indígena de 66 matriculados como indígenas. Na resposta, o Nurca enviou com os seguintes dados: *Nome, matrícula, etnia, situação, cursos*. Na coluna de etnia consta apenas se o estudante é indígena ou não. Não há nenhuma especificação do povo ou da etnia a qual pertence. Na coluna ‘situação’ consta a informação se houve evasão, jubramento, transferência interna, desistência, formando, reopção, sem evasão, e outros.

Em relação à *especificação étnica*, tendo em vista que não há nenhuma especificação ou subitem para deixar registrado o pertencimento étnico, utilizou-se o critério de sobrenome para identificar o pertencimento, tendo em vista que muitos estudantes possuem registrado no sobrenome a etnia à qual pertence. Dessa forma há 4 Kaxinawá, 6 Manchineri, 6 Ashaninka, 1 Apurinã, 2 Shanenáwa, 3 Shawanava e 44 sem especificação étnica, ou seja, não consta em seu sobrenome, um nome do povo ao qual pertence, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1: Especificação Étnica

Quant.	ETNIA
4	KAXINAWA
6	MANCHINERI
6	ASHANINKA
1	APURINÃ
2	SHANENAWA
3	SHAWANAVA
44	SEM ESPECIFICAÇÃO
66	Total

Quanto ao *Tipo de Formação*, há 43 indígenas matriculados em cursos de Licenciatura, 22 em cursos de Bacharelado e 1 realizando Pós-Graduação, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Tipo de Formação

Tipo de formação	Quantidade
Bacharelado	22
Licenciatura	43
Pós- Graduação	1

Os inscritos na categoria indígena estão matriculados nos seguintes cursos, segundo a tabela 3.

Tabela 3: Curso Frequentado

Curso	Quant.
Economia	5
Biologia	4
Ciências sociais	1
Direito	1
Educação Física	3
Agronomia	2
Eng. Elétrica	1
Eng. Florestal	5
História	7
Med. Veterinária	1
Pedagogia	2
Sistema de Informação	1
Formação Indígena	12
Artes Cênicas	1
Educação Física	2
Física	1
Espanhol	2
Inglês	2
Libras	1
Português	1
Matemática	1
Química	1
Pedagogia	8

Curso de 1 Desenvolvimento de software para internet	
Total	66

Em relação à situação de matrículas dos estudantes registrados como indígenas, temos a seguinte tabela 4:

Tabela 4: Situação de Matrícula

SITUAÇÃO DE MATRÍCULA							
Sem evasão	Desistência	Transfer. Interna	Jubilamento	Outros	Formado	Falecido	Reopção
31	8	2	4	6	8	1	6

Discussão

Em relação ao Número de estudantes da Ufac matriculados no segundo semestre de 2017, constatou-se que são 9.979 discentes na graduação e na pós-graduação são 1.009 discentes. Nos dados enviados pelo Nurca, somente 66 estão matriculados como indígenas, sendo 65 na graduação e 1 na pós-graduação. Será que essa é a população estudantil real da Ufac ou alguns indígenas na hora de se matricularem resolveram, por alguma razão, não optar pela autoafirmação como indígena? Tendo em vista que o critério de pertencimento ou não é feito através de uma autoafirmação, conforme estabelecido pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, a qual o Brasil é signatário: “A auto identificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção” (Art. 1º, parágrafo 2). Teria alguma forma de comprovação, além da autoafirmação, desse pertencimento? Tendo em vista a população indígena acreana, em 2015, era de 19.962 pessoas, segundo o documento Acre em Números de 2017, do Governo do Estado do Acre, seriam os 66 estudantes matriculados como indígenas somente do Estado do Acre ou seriam e outros estados do Brasil?

Quanto à especificação étnica, sabe-se que no Estado do Acre temos 15 etnias reconhecidas e 2 povos em isolamento voluntários. Das 15 etnias, o documento revela que há apenas 6 etnias como

estudantes universitários registrados. Será que as demais etnias estão dentro do resultado ‘sem especificação’? Ou será que aqueles que optaram por não especificar são de etnias do estado do Acre ou de outra parte da Federação?

A Ufac, segundo a Ufac em Números 2017, possui 36 cursos de graduação na sede e 11 no campus Floresta. Quanto ao tipo de formação que estão cursando, obteve-se a resposta de que 22 estão frequentando cursos de Bacharelado, 43 na licenciatura e 1 na pós-graduação. E esses 66 estudantes registrados como indígenas estão divididos entre 24, dos 47 cursos da Ufac. A maioria dos estudantes indígenas, 12, estão matriculados nos cursos de licenciatura para docente indígena, no campus Floresta, 8 fazendo Pedagogia, seguido por 7 matriculados na Licenciatura em História. Tanto Economia quanto Engenharia Florestal estão com 5 discentes matriculados como indígenas, dentre outros. Diante desses números, quais são os cursos, dos 47 ofertados pela Ufac, que os discentes indígenas ainda não estão acessando? Quais os motivos que eles ainda não estão acessando os outros cursos?

Quanto à situação de Matrícula, 31 permanecem na universidade, 8 desistências, 2 transferências, 4 jubilações, 8 estão formados, 6 realizaram a reopção, 1 falecido e há um critério geral denominado de “outros”, no qual estão 6 discentes. Diante disso, quais as razões que levaram os discentes a desistirem dos cursos ou optarem por transferência? Será que houve alguma questão institucional ou socioeconômica que os levou a tomarem essa decisão?

Conclusão

Nessa pesquisa em andamento, verificou-se que é necessário haver uma maior reflexão e definição sobre os critérios utilizados para o ingresso dos estudantes considerados indígenas. É necessário haver uma especificação étnica em relação ao critério de cotas, por exemplo, uma subespecificação além do critério ‘indígena’. Esse fato ajudaria a conhecer melhor o perfil e o público indígena que entrou na Ufac pelo sistema de cotas específicas como indígenas. Por outro lado, o sistema de cotas que a Ufac adota faz a reunião em um mesmo bloco de três tipos de cotas, a saber: preto, pardo e indígena. Não há uma especificação dentro desse bloco. Assim, se houver três

vagas no sistema de cotas étnicas em um curso, por exemplo, não serão subdivididas em três vagas específicas: uma para negro, outra para pardo e outra para indígena. O critério adotado é que quem obtiver o maior rendimento, ou seja, a maior nota, vai conseguir ingressar na Ufac. Esse tipo de critério deveria ser melhor especificado e dialogado com a comunidade ou entidades representativas dos indígenas para verificar se corresponde às demandas das diversas comunidades indígenas, pois, dessa forma, os mesmos continuarão distanciados de alguns cursos, tendo em vista que o acesso à educação formal escolar da maioria dos indígenas ainda é muito deficitário.

Por fim, essas perguntas orientarão a continuidade da pesquisa para direcionar as discussões posteriores, tendo em vista que é necessário conhecer o público ao qual a universidade está atuando e a verificação da população indígena dentro da Ufac, para constatar de fato se o sistema de cotas está exercendo o seu papel, que é a de atender às demandas formativas da população indígena, e se a Ufac está respondendo às expectativas do programa de cotas. Tendo em vista que a Ufac é uma universidade da região Amazônica que tem a maior diversidade de povos indígenas do Brasil, consideramos que é um ganho tanto acadêmico quanto social para a própria região a inclusão de suas populações tradicionais no universo acadêmico.

Referências

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho.** - Brasília: OIT, 2011. 1 v.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 23107.07330/2018-71. **Solicitação de Informações de discentes Indígenas.** Abertura em 16/04/2018. Ufac.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. **Acre em Números, 2017.** Governo do Estado do Acre. Rio Branco, AC, 2017.

UFAC. **Ufac em Números 2017.** Universidade Federal do Acre. Rio Branco: Ufac, 2018.

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO DO LIVRO

Bruna Mendes Mendonça
Elcio Severino da Silva Filho Manchineri
Ernizia Borges Sereno Kaxinawá
José Ruy do Nascimento
Ketlen Lima de Souza
Liliane Araújo Maia
Paulo Henrique Mesquita Cândido
Queren Souza de Castro
Ruwi Costa Silva Manchineri
Selmo Azevedo Apontes
Thalia Coutinho Fernandes
Wuriu Costa Silva Manchineri

Uma universidade não pode apenas estar em uma região amazônica sem demonstrar em seu fazer acadêmico, de ensino, pesquisa e extensão, que realmente tem a região como presença constante no processo de revisão, produção, sistematização de conhecimentos, e reflexão com produções de saídas viáveis para a realidade amazônica; não apenas com importações de modelos de “des-envolvimento”, que se mostraram falhos, falíveis e altamente excludentes, gerados apenas para uma pequena classe e para manter o atual status de ganância produtiva, em troca de um grande desgaste no sistema do nicho ecológico.

Se os novos intelectuais amazônicos não aliarem compromisso social regional com as necessidades e demandas históricas dos povos amazônicos, mais seu fazer acadêmico evidenciará que está apenas intelectualmente num paradigma intelectual que exclui, diminui e deprecia a realidade, seus habitantes locais e suas tecnologias milenares ao invés de gestar sua presença na grande Amazônia, pensando em gerações atuais e gerações futuras.

Se não aliarmos competência acadêmica com compromisso geracional e localizado, impregnado amazonicamente em todos os constructos teóricos, práxis-teórico, apenas seremos reprodutores e importadores de teoremas, axiomas que não funcionam para nossa região, porque desconhecemos seu potencial e não conseguimos ver para além das aparências. Isso seria um exercício de redirecionamento do paradigma que conduz as ações: em benefício de quem?

O ingresso de estudantes de origem popular trouxe um novo

perfil e uma reviravolta na função da universidade, em sua pauta. Está certo que a Universidade é um centro de transmissão de saberes. Mas também um centro de desconstrução e produção de saberes, comportamentos, que evidenciam valores e atitudes que podem incluir ou excluir uma grande parcela da população e suas demandas, ou seja, fazer com que esse centro de produção de saberes discuta uma agenda inclusiva. Ela evidencia um campo dialético, um cabo de guerra na produção de conhecimentos e na posição de tomadas de decisões.

Dessa forma, as tomadas de decisões coletivas são importantíssimas para alavancar ações em prol de uma universidade mais popular. Todos os movimentos populares pressionaram e foi implantado um sistema de acesso unificado para dar conta das demandas das camadas populares. Assim, somente coletivos organizados com pautas em comum vão fazer com que possam somar forças para pautar decisões e ações voltadas para uma permanência com êxito, e que seja direcionada com um projeto de universidade com cenário mais inclusivo.

Na década de 1980, houve os primeiros ingressos de estudantes universitários indígenas na Ufac (e que valeria a pena, um dia, ter a história da presença desses primeiros estudantes). Hoje, esses antigos estudantes/acadêmicos são reconhecidamente importantes lideranças de seus respectivos povos e da causa indígena. Atualmente, alguns filhos desses primeiros estudantes universitários indígenas estão fazendo o percurso acadêmico de seus pais.

Conforme Huamán (2017, p. 77*), “mais que ratificar algum sistema racional, {a universidade} deve possibilitar a irrupção crítica de uma consciência crítica que pretende assumir um uso cooperativo e compreensivo da razão na interação social e cultural,” através de um reconhecimento de outras pautas, outras demandas, outros projetos que possibilitem horizontes mais fecundos e mais colaborativos.

* HUAMÁN, Miguel Ángel. **Hacia la universidad de la investigación**: una perspectiva interdisciplinaria de las humanidades. Lima, Peru: Universidade Nacional Mayor de San Marcos, 2017.

E isso se dá respeitando e conhecendo a diversidade de práticas e saberes dos novos sujeitos nas universidades.

Novos sujeitos

Novas pautas

Novas demandas

Novos projetos.

...

Reinvenção

Que Ñanderu, Epa Kuxipa, Tsura, as forças sagradas dos ancestrais... lancem sempre a iluminação “das belas palavras” para guiar a busca pelo diálogo dos conhecimentos e dos reconhecimentos do potencial ignorado por muitos da riqueza prático-teórica em estar amazonicamente agindo, pois, a natureza nunca foi inimiga do “desenvolvimento”; ela apenas tenta nos alertar de que há um outro tipo de “envolvimento”, com outras prioridades, outras lógicas e outros saberes. Mas para isso, teríamos que rever todo um paradigma oficial, canônico, em vista de novas vertentes, novas fontes; amazônicas fontes. É nessa proposta que o Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes – Comunidades Indígenas se insere. Eis o que é diversidade!

POSFÁCIO

UNIVERSIDADE PARA TODOS

*Prof. Dr. Joaquim Maná de Lima Kaxinawá
Professor Indígena, Doutor em Linguística, e
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em
Linguagem e Identidade, Ufac*

Esse é o desejo de todos “minorizados” e povos originários que receberam nomes de “indígenas”, que esse nome é um sucesso na atualidade. Logo quando os povos originários foram tendo os domínios das escritas, leituras e as escolas foram chegando nas suas comunidades em década de 70, foi quando a maioria tentou buscar mais a perfeição profissional foi na Universidade. Com as demandas dos professores em trabalhar com os estudantes, foi criando o desejo de aprender cada vez mais para atender as necessidades do mundo: mágicas de ensinar e aprender cada vez mais como profissional de ensino e de outras profissões.

Com esses desejos foram pedindo as instituições de ensino, assim foram abrindo alguns cursos para as comunidades externas/rural/Indígenas. Com isso as que tinha vontade de enfrentar o desafio, foram sendo ingressados para fazerem a graduação nas áreas desejadas e essa demanda nunca parou, continua crescendo a cada ano. E assim muitos foram sendo formados para trabalharem em suas localidades de origens, fazendo o trabalho crescer nas suas comunidades e em seu território.

Atualmente, existem vários programas nas universidades como: PET Indígena, cotas e cursos específicas direcionadas os povos originários. Através dessas iniciativas é que os profissionais de cada povos estão melhorando os trabalhos que fazem nas suas comunidades. Mesmo assim, ainda há muitas necessidades de melhorar em diversas áreas de conhecimento acadêmicas nas comunidades indígenas. Essas práticas têm que melhorar, já que é o lugar de formar e produzir os conhecimentos, assim, formando turmas para continuar trabalhando em suas comunidades e outras turmas formadas para continuar trabalhando em todas as áreas de ensino na Universidade, só assim poderão trabalhar as diversidades culturais e multidisciplinares.

DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE




Outro sonho que os povos originários desejam é que as universidades abram programas de formação que trabalhem as duas diversidades: diversidades oriental/ocidental e diversidade tradicional de cada povos. Quanto às formações acadêmicas oriental/ocidental, as universidades já trabalham isso, pois é uma tradição da academia. As diversidades tradicionais de cada povos é que estão para iniciar, que são os conhecimentos e práticas para continuar fortalecendo as especificidades de cada culturas e línguas. Quando todos os programas que já existem colocarem, nos seus currículos, uma área de formação na academia, irá completando os desejos dos povos de trabalhar as suas áreas de conhecimentos específicos.


Trabalhando as áreas específicas com cada povos, a universidade poderia abrir uma das portas mais interessantes das vidas culturais e linguísticas que nunca tiveram durante a colonização. Para que a diversidade tradicional ganhe vida, há duas equipes formadas em áreas específicas: as que vão continuar trabalhando nas suas comunidades com novas gerações e com os sábios; a outra turma, formados que irão trabalhar na Universidade em todos os cursos de formação e cursos específicos com estudantes do seu povo que irão entrar a cada ano para fazer as graduações.

Os cursos criados com esse perfil é que será o momento de traduzir muitas nomenclaturas que são citadas nos documentos oficiais: interculturalidade e bilinguismo. Isso significa que as culturas e linguagens de cada povos podem ficar mantidas por mais séculos. Com esses cursos criados é que poderíamos chamar de Universidade para todos, onde todos os conhecimentos dos povos originários estariam em pauta para serem ensinados e produzidos novos conhecimentos acadêmicos com cada povos. Assim, no futuro muitos dos povos poderão criar os seus cursos específicos em seus territórios e comunidades, para fortalecer as práticas culturais e da região. Seria a forma mais prática de trabalhar os dois conhecimentos: os conhecimentos culturais e os conhecimentos surgidos após os contatos, pois cada povo convive após os contatos de longa datas. E uma esperança que cada povo pode ter seria a criação desses espaços, onde pudessem garantir a manutenção das sabedorias que cada povos mantêm para que não sejam esquecidas e destruídas como vem sendo nos últimos séculos.

Impressão:



 (68) 3224-8888  99977-9988
 nossagrafica3333@gmail.com



O CORPO SABE?
O corpo sabe!
O corpo lembra!
O corpo guarda!
Arqueologicamente
Ele constrói as pegadas de retorno:
Memória corporificada!
Saber corporificado!
A pele que lembra e sabe!
Pensamos
Com o corpo
E com a planta dos pés
Semeada na terra.
Eis o pensamento concreto!

Selmo Azevedo Apontes
(Ensaio de Quietude – prelo)

APOIO FINANCEIRO:

FNDE

Fundo Nacional
de Desenvolvimento
da Educação

